



Associação Nacional dos Dirigentes das  
Instituições Federais de Ensino Superior

ANDIFES E OS RUMOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

# ANDIFES E OS RUMOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS



1ª Edição



Brasília  
2013





**ANDIFES**

Associação Nacional dos Dirigentes das  
Instituições Federais de Ensino Superior

# ANDIFES E OS RUMOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

1ª Edição

Brasília  
2013

[www.andifes.org.br](http://www.andifes.org.br)

2012

2011

2010

2009

2008

2007

2006

2005

2004

2003

2002

2001

2000

1999

1998

1997

1996

1995

1994

1993

1992



Associação Nacional dos Dirigentes das  
Instituições Federais de Ensino Superior

# ANDIFES E OS RUMOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

1ª Edição



Brasília  
2013



## AUTORES

Nelson Maculan Filho

Newton Lima Neto

Antônio Diomário de Queiroz

Odilon Antônio Marcuzzo do Canto

Tomaz Aroldo da Mota Santos

José Ivonildo do Rêgo

Rodolfo Joaquim Pinto da Luz

Mozart Neves Ramos

Wrana Maria Panizzi

Ana Lúcia Almeida Gazzola

Oswaldo Baptista Duarte Filho

Paulo Speller

Arquimedes Diógenes Ciloni

Amaro Henrique Pessoa Lins

Alan Kardec Barbiero

João Luiz Martins

Organizador: **Gustavo Balduino**

Produtora: **Iara Malta de Miranda**

ISBN: **978-85-67619-00-2**



*In memoriam* ao ex-presidente da Andifes Carlos Roberto  
Antunes dos Santos (UFPR). Gestão 2001-2002

# PALAVRA DO PRESIDENTE

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) idealizou o lançamento deste livro sobre a própria Associação e os rumos das Universidades Federais nos últimos 20 anos. A ideia é que o material reunisse textos exclusivos dos ex-presidentes da Andifes, com relatos sobre o contexto nacional do ensino superior público em cada gestão, ao seu tempo, desde 1992 até 2011.

Motivou-nos para essa empreitada a convicção do importante papel da Andifes nos rumos da educação brasileira, especialmente no ensino superior. Também acreditamos ser uma das missões de nossa Associação registrar a história, compartilhar experiências e valorizar a pluralidade de opiniões.

Para redigi-lo, contamos com a participação de muitos ex-presidentes da Andifes e com o compromisso contínuo que cada um tem com a educação brasileira. Agradecemos a todos. Este livro certamente é uma rica contribuição bibliográfica para a história das Universidades Federais brasileiras.

## **Jesualdo Pereira Farias**

### **DIRETORIA EXECUTIVA DA ANDIFES (2013/2014)**

*Presidente:*

**Reitor Jesualdo Pereira Farias** (UFC)

*1º Vice-presidente:*

**Reitor Targino de Araújo Filho** (UFSCar)

*Suplente:*

**Reitor Carlos Alexandre Netto** (UFRGS)

*2º Vice-presidente:*

**Reitora Maria Lúcia Cavalli Neder** (UFMT)

*Suplente:*

**Reitor Suelo Numazawa** (UFRA)

*Secretário Executivo:*

**Gustavo Henrique de Sousa Balduino**



# SUMÁRIO

---

## **Prefácio**

*Gustavo Balduino – Secretário Executivo da Andifes* 8

---

*Presidente Nelson Maculan Filho (UFRJ) – 1992/1994*

**Sobre o meu tempo de Andifes** 10

---

*Presidente Newton Lima (UFSCar) – 1994/1995*

**Andifes: uma entidade em defesa da educação pública** 14

---

*Presidente Antônio Diomário de Queiroz (UFSC) – 1995/1996*

**Diálogo franco pelo cumprimento dos compromissos sociais da universidade pública brasileira** 22

---

*Presidente Odilon Antônio Marcuzzo do Canto (UFSM) – 1996/1997*

**Andifes, 1989 - 1997: a construção e amadurecimento da instituição** 34

---

*Presidente Tomaz Aroldo da Mota (UFMG) – 1997/1998*

**Unidade, resistência e autonomia: os papéis da Andifes durante o governo FHC** 42

---

*Presidente José Ivonildo do Rêgo (UFRN) – 1998/1999*

**Autonomia: discussão que precisa ser retomada** 52

---

*Presidente Rodolfo Joaquim Pinto da Luz (UFSC) – 1999/2000*

**A Andifes na virada do milênio** 64

---

*Presidente Mozart Neves Ramos (UFPE) – 2002/2003*

**Em busca de uma agenda positiva e de uma autonomia universitária** 82

---

---

*Presidente Wrana Panizzi (UFRGS) – 2003/2004*

**O Arauto que anuncia o início de um novo  
tempo: universidade e mudança social** 90

---

*Presidente Ana Lúcia Almeida Gazzola (UFMG) – 2004/2005*

**Um tempo de realizações coletivas** 102

---

*Presidente Oswaldo Baptista Duarte Filho (UFSCar) – 2005/2006*

**Reforma da educação superior, autonomia: pavimentariam  
o caminho para a universidade do século XXI** 114

---

*Presidente Paulo Speller (UFMT) – 2006/2007*

**Desafios da educação superior pública  
brasileira entre 2006 e 2007** 122

---

*Presidente Arquimedes Diógenes Ciloni (UFU) – 2007/2008*

**Um olhar sobre a evolução da educação brasileira  
em 2007/2008, à luz da contribuição da Andifes** 132

---

*Presidente Amaro Henrique Pessoa Lins (UFPE) – 2008/2009*

**A expansão e democratização do acesso  
à educação superior no Brasil** 144

---

*Presidente Alan Kardec Barbiero (UFT) – 2009/2010*

**Andifes 2009/2010: da complexidade e  
dinâmica de um processo em construção** 152

---

*Presidente João Luiz Martins (UFOP) – 2011/2012*

**Panorama de uma gestão: fatos, diagnósticos e tendências** 164

---

# PREFÁCIO

Dizem que um fato deixa de existir no instante em que se encerra. Posteriormente só sobrevivem as versões, e com mais força as mais alimentadas. Portanto o conjunto de contribuições deste livro não tem o condão de fazer a história, mas pretende, a partir de relatos qualificados pelo testemunho de protagonistas desses tempos, enriquecer as fontes de informação. Certamente a visão coletiva e encadeada no tempo é elemento rico que permite que cada leitor forme seu próprio juízo sobre a construção e o papel da Andifes nos rumos das Universidades Federais.

A proposta objetiva relacionar as Universidades Federais com o conjunto da sociedade na ótica de sua dimensão política e educacional nesse pequeno tempo de existência da Associação. Os textos buscam uma abordagem do sistema, e não particular de cada universidade. Por isso os artigos trazem, na visão de cada autor, os temas e as políticas públicas mais relevantes de cada época, tanto no que se refere aos problemas enfrentados quanto aos meios e os modos para resolvê-los. Além dos avanços do ensino superior, em paralelo, observa-se a trajetória de consolidação da Andifes.

Na elaboração do livro foi preciso revisitar os caminhos percorridos, observando o papel dos reitores e da Andifes na construção de políticas públicas para as Universidades Federais no espaço de duas décadas. Nesses vários momentos de diferentes governos e contextos sociopolíticos e econômicos, buscou-se destacar como a Associação manteve a interlocução com parcela significativa dos agentes que constituem a educação pública brasileira. Os autores desse livro, bem como os reitores de cada geração, formam também uma pluralidade ideológica que deve ser considerada para a boa compreensão dos textos e a interpretação das informações.

Para melhor avaliar a diversidade e a complexidade do ambiente no qual está inserido este conjunto de relatos que retratam pouco mais de 20 anos, e assim as condições para enfrentar o debate político e manter a independência da entidade, a cada momento da história, é bom lembrar que os fatos transcorreram por cinco presidentes da República, sete ministros da

educação, mais de uma dúzia de secretários da Sesu e de duas centenas de reitores nas instituições associadas à Andifes.

Mesmo da diversidade de visões e de conjunturas que cada autor viveu, emergem de forma recorrente temas e concepções comuns. Por exemplo, a autonomia universitária foi mais ou menos exercida em diferentes momentos, mas jamais com o prestígio que a Constituição lhe confere, pensam os ex-presidentes. De igual modo é generalizada a compreensão de que na Andifes a posição da entidade é fruto do debate e da busca de consenso e não da decisão isolada de qualquer presidente.

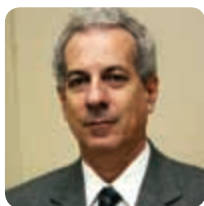
Neste livro não temos uma obra científica, mas certamente relatos que descrevem uma experiência relevante para a história da educação superior no Brasil. Sem dúvida é um grande estímulo para dar curso a essa experiência ímpar saber que, de um momento em que poucos reitores, num misto de voluntarismo e responsabilidade, reunidos na casa de um deles, perceberam a necessidade de uma ação coordenada e coletiva em favor de uma educação superior pública, transitaram para outra situação, chegando a uma prática de reuniões de todos os reitores com o Presidente da República no Palácio do Governo. Isso não é tudo, mas também não é pouco.

O leitor ao conhecer o protagonismo da Andifes nas proposições, debates e consolidação de várias políticas públicas, como por exemplo: a expansão do sistema federal, com foco na interiorização, cursos noturnos e nas licenciaturas; o reconhecimento da importância da avaliação institucional e a inclusão de mais jovens sem descuidar da excelência acadêmica; e sobretudo a defesa da educação pública, pode perceber que esta coletânea de textos mais que apresentar respostas definitivas para problemas novos ou recorrentes, provoca naturalmente a pergunta: Como seria hoje o sistema de Universidades Federais e o ensino superior no Brasil se a Andifes não existisse?

**Gustavo Balduino**

*Secretário executivo da Andifes*

CA  
PÍ  
TU  
LO  
**01**



PRESIDENTE **NELSON MACULAN**  
(UFRJ)  
1992-1994

DIRETORIA EXECUTIVA:

*1º Vice-presidente:*

**Reitor Nilson Pinto de Oliveira** (UFPA)

*Suplente:*

**Reitor Tabajara Gaúcho da Costa** (UFMS)

*2º Vice-presidente:*

**Diretor Manoel Lopes dos Santos**

(Escola Paulista de Medicina)

*Suplente:*

**Diretor Luis Fernando Guimarães** (CEFET-MG)

*Secretário-Geral:*

**Diretor Raul Rousso** (CEFET-RJ)



**SOBRE O MEU  
TEMPO DE ANDIFES**

Encabecei a lista quántupla escolhida pelos três segmentos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde todas as cinco posições foram ocupadas pelos membros da nossa chapa, numa consulta organizada pelo seu Conselho Universitário e referendada por esse conselho.

No início de julho de 1990, fui convocado pelo Ministro Carlos Chiarelli para ser entrevistado, a reunião começou com o Ministro lendo o meu currículo e me dizendo: “O senhor, com este excelente currículo, quer ser reitor da UFRJ!”

Já em agosto de 1990, quando eu acabara de assumir a reitoria da UFRJ, houve uma reunião na minha residência no Rio de Janeiro, onde até hoje resido. Éramos quatro dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Recordo-me que, além da UFRJ, havia a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Universidade Federal de Goiás (UFG); falta uma na minha memória. Esse encontro talvez tenha sido a semente da criação real da nossa Associação, saindo daí a primeira chapa para concorrer à diretoria da Andifes: Vanessa Guimarães, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para presidente e eu para vice. Naquele tempo tínhamos os CEFETs, faculdades isoladas, e universidades como IFES. Todos participaram da criação da Andifes.

Lembro-me das reuniões dos dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) com o Ministro Chiarelli e da coragem da Vanessa Guimarães, defendendo nossa autonomia: o governo do presidente Fernando Collor não apresentara um plano de desenvolvimento para a educação superior federal. Havia uma grande intervenção da presidência da República nas IFES, até a interdição de carros com quatro portas para os dirigentes dessas!

Nesse mesmo ano, uma das cenas mais insólitas se deu numa homenagem, na qual havia mais de 90 reitores (as), prestada pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) ao presidente Collor, que entrou como saiu: sem uma palavra, nem mesmo um obrigado.

Raul Rousso, diretor do CEFET-RJ, Nilson Pinto, vice-presidente e reitor da Universidade Federal do Pará (UFPA) e eu (presidente) sucedemos, em 1992, a diretoria da Vanessa. A quem agradeço todo o apoio e a abertura de um gran-

---

*ANTES DA ANDIFES, CADA  
DIRIGENTE TRAZIA APENAS  
OS SEUS PROBLEMAS AO  
MEC, QUASE NÃO HAVIA  
PROPOSTAS COLETIVAS.*

---

---

A ANDIFES SE TORNOU UMA  
REALIDADE NESSES MAIS DE 20  
ANOS DE EXISTÊNCIA E OCUPA  
UM ESPAÇO IMPORTANTE E DE  
DESTAQUE NA EDUCAÇÃO E NA  
PESQUISA DO NOSSO PAÍS.

---

de espaço para minha participação na política educacional nacional. Aprendi muito com essa valente colega.

A primeira dificuldade que tive veio da minha UFRJ, onde se dizia: “perde o seu tempo trabalhando para o conjunto das IFES”.

Com muita discussão interna, conseguimos defender que a minha presença de, pelo menos, um dia

por semana em Brasília não representaria o meu abandono da direção na UFRJ. Para isso contei com apoio de toda a minha equipe de direção, em que destaco a atuação de Paulo Alcântara Gomes (nosso vice-reitor, que me sucedeu em 1994).

Antes da Andifes, cada dirigente trazia apenas os seus problemas ao MEC, quase não havia propostas coletivas. Nossa diretoria contou muito com o apoio logístico em Brasília da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), tendo a sua frente Newton Lima Neto. Com a interrupção do governo Collor e com a chegada, no MEC, do professor Murilo Hingel, o nosso trabalho trouxe mais avanço: diálogo franco e de respeito às IFES. Quando contratamos Gustavo Balduino para ser nosso *secretário perpétuo*, constituímos a “*force de frappe*” da Andifes. Devo muito ao Gustavo.

Newton Lima Neto me sucedeu na presidência da Andifes, continuando sua brilhante e coerente carreira de reitor, prefeito e deputado federal.

Algo que tentei organizar e não consegui: um acordo de cooperação entre todas as IFES, no qual docentes, técnico-administrativos e estudantes pudessem mover-se facilmente nessas instituições, com a autorização mútua de seus dirigentes, sem as dificuldades criadas pelo Ministério do Planejamento via MEC.

A Andifes se tornou uma realidade nesses mais de 20 anos de existência e ocupa um espaço importante e de destaque na educação e na pesquisa do nosso país.





CA  
PÍ  
TU  
LO  
**02**



PRESIDENTE **NEWTON LIMA**  
(UFSCar)  
**1994-1995**

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

*1º Vice-presidente:*

**Reitor Éfrem de Aguiar Maranhão** (UFPE)

*Suplente:*

**Reitor Hégio Henrique Trindade** (UFRGS)

*2º Vice-presidente:*

**Diretor-geral Luiz Fernando Guimarães** (CEFET-MG)

*Suplente:*

**Diretor-geral Nelson de Camargo Roso** (FMTM)



**ANDIFES: UMA ENTIDADE  
EM DEFESA DA  
EDUCAÇÃO PÚBLICA**

**E**m 1994 tivemos a honra de suceder na presidência da Andifes o reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor Nelson Maculan Filho, que havia dado extraordinária contribuição na construção da entidade.

A nós coube a tarefa de dar continuidade ao que havia sido feito e avançar na consolidação e expansão da Andifes para fazer frente aos desafios impostos pela conjuntura política e econômica daquele momento. Era imperioso reconhecer e estruturar o “sistema de Universidades Federais” a partir da organização e fortalecimento da entidade. Esse reconhecimento foi de fundamental importância para unificar a intervenção da Andifes no debate nacional sobre o ensino superior no Brasil e nas ações políticas junto ao governo federal, sem evidentemente concorrer com os sindicatos.

Do ponto de vista político, tivemos a preocupação de pautar nossa atuação no sentido de ampliar a consolidação da Andifes subordinando as ações e tomadas de posições públicas à aprovação pelo coletivo nas diferentes instâncias da entidade, promover a transparência das ações políticas, administrativas e financeiras, bem como preservar a independência em relação ao governo, aos partidos políticos e a outras entidades.

Era ampla a diversidade de tendências políticas entre os dirigentes das universidades, cada um com sua realidade, mas conseguimos a coesão interna necessária para o fortalecimento da entidade, e assim poder alcançar os objetivos definidos coletivamente.

Do ponto de vista administrativo e organizacional, demos continuidade ao processo de implantação da Andifes proporcionando melhoria da infraestrutura. Conseguimos acomodar a entidade em nova sede, nas dependências do CRUB - um espaço maior e mais apropriado - com aquisição de mobiliário, de equipamentos de comunicação e contratação de pessoal.

As reuniões passaram a ser ordinárias, com registro e comunicação rotineira dos encaminhamentos dos debates e dos resultados das deliberações às IFES. Foram realizadas 13 (treze) reuniões do Conselho Pleno, 08 (oito) do Diretório Nacional e 02 (duas) reuniões regionais (Sul e Sudeste).

Várias reuniões do Pleno trouxeram resultados importantes para as universidades locais permitindo conhecimento mútuo das diversas realidades vividas pelas instituições universitárias do país. As reuniões do Pleno contaram com contribuições de representantes do MEC (ministro, COF, Sesu,

CAPES) e entidades representativas da comunidade universitária, de órgãos de fomento à pesquisa, de parlamentares e de outras autoridades.

Além disso, foi criada a assessoria parlamentar e orçamentária, que contou com a colaboração do professor Artur Obino e do secretário executivo, Gustavo Balduino, na articulação com órgãos do Executivo e com o Congresso Nacional.

A Andifes participou também do debate, já em estágio avançado, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), das discussões do projeto de lei do deputado Ubiratan Aguiar, que tratava da autonomia universitária, e da articulação para impedir a aprovação da lei de criação do Fundo Social de Emergência, que retirou verbas expressivas da educação.

Foram estreitadas as relações com todos os Fóruns de Pró-Reitores com a abertura para participação das reuniões da Andifes e encomendado estudos a fim de subsidiar os dirigentes nas intervenções e tomada de decisões da entidade.

O trabalho das comissões temáticas foi intensificado com o aprofundamento das discussões de variados temas. Foram descentralizadas as atividades e envolvido maior número de dirigentes e assessores na construção das deliberações da Andifes como, por exemplo, as publicações sobre autonomia universitária, avaliação institucional (gestão anterior) e matriz de alocação de recursos.

Merece destaque o debate sobre a carreira dos servidores técnico-administrativos (FASUBRA) e a Agenda Autonomia/94 em que MEC, Andifes, ANDES, FASUBRA e UNE chegaram a uma posição comum, negociada.

Foi realizado também o I Fórum de Relações de Trabalho nas IFES (dezembro/94), organizado pela Andifes, FASUBRA e ANDES, que deu início a discussões conjuntas sobre outros assuntos como o contrato coletivo e funcionamento institucional em momentos de greve.

A criação do Colégio de Procuradores Gerais (CPG), sob a coordenação do Professor Francelino Grando (UFSCar) foi um passo decisivo na solução de problemas, de natureza jurídica e política, enfrentados pelas IFES. As mudanças ocorridas no âmbito da legislação deixaram problemas generalizados no conjunto do funcionalismo e da estrutura funcional. O CPG tratou desses e de outros assuntos proporcionando ao conjunto das IFES melhores condições para as devidas intervenções da Andifes nas relações institucionais.

Nossa gestão, delimitada em apenas um ano, ocorreu num contexto histórico do Brasil de grande efervescência política que vale a pena ser lembrado. O período posterior à promulgação da Constituição de 1988, os movimentos sociais continuavam pulsantes e ascendentes e atingiam seu melhor momento. Era uma fase de intensa mobilização e organização das forças políticas para participar do novo ciclo da democracia iniciado com o restabelecimento das eleições diretas em todos os níveis. No plano institucional, as entidades participavam dos debates para viabilizar as conquistas sociais e da cidadania. Era o momento da regulamentação da Constituição, de elaboração das propostas de leis complementares, leis estruturais que definiriam a base jurídica para a garantia de direitos, de sustentação das políticas públicas e repartição orçamentária.

Naquele momento, os movimentos mais comprometidos com a democracia plena foram unânimes no entendimento de que a educação se tornasse estratégica para o aprofundamento das conquistas políticas, econômicas, sociais e culturais.

O Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública, criado para participar da Constituinte, do qual participava entre outras entidades, CUT, OAB, ANDES, CRUB, UNE, CNTE, ANPOCS, ANPG, e, a partir de um dado momento, a Andifes, priorizou o apoio ao projeto de Lei de Diretrizes e Base (LDB) que estava sendo discutido na Câmara dos Deputados sob a liderança do deputado Florestan Fernandes, cujas linhas gerais eram mais condizentes com a proposta de rompimento com o sistema educacional vigente. No Senado, na mesma época, outro projeto de LDB estava sendo discutido. Em 1996, portanto, já no governo Fernando Henrique Cardoso, foi feita uma grande articulação política no Congresso Nacional para aprovação do projeto do Senado, ficando prejudicado o projeto da Câmara, que era apoiado pelo Fórum.

Naquele mesmo período o país vivia, também, profunda crise econômica, agravada ainda mais pela hiperinflação e pelas restrições aos gastos públicos, aos investimentos e ao consumo, impostos pelos planos econômicos de combate à inflação e pelos acordos assinados com o Fundo Monetário Internacional.

Somavam-se a isso os ventos neoliberais soprados do Leste e do Norte, inicialmente pelos governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, na década de 80, e que, mesmo tardiamente, ainda influenciavam fortemente o debate no Brasil, em particular, em relação à concepção de Estado. A visão

---

O CENÁRIO, PORTANTO, ERA  
DRAMÁTICO PARA TODOS OS  
SETORES QUE VINHAM DE UMA  
JORNADA DE LUTAS INCANSÁVEL  
PELO RESTABELECIMENTO  
DA DEMOCRACIA E AINDA, DE  
FORMA TENAZ, ORGANIZAVAM  
AS FRENTE DE COMBATE  
À POLÍTICA ECONÔMICA,  
AOS EFEITOS DA CRISE E NA  
DEFESA DO SETOR PÚBLICO.

---

que defendia o “Estado Mínimo” ganhou força nas eleições que elegeram Fernando Collor, em 1989, posteriormente deposto, e que elegeram Fernando Henrique Cardoso, em 1994.

A ideia de uma reforma do Estado rondava o espectro político do país, mas era bloqueado o debate de uma reforma do Estado que o modernizasse para proporcionar a redução das desigualdades econômicas, sociais, políticas, culturais, de direitos, e regionais, e que promovesse a cidadania e democratizasse o poder político e o Estado para permitir o acesso aos serviços públicos a todos.

Prevalência a ideia no governo de que o livre mercado se encarregaria de resolver os problemas do país e que o Estado atrapalhava.

O cenário, portanto, era dramático para todos os setores que vinham de uma jornada de lutas incansável pelo restabelecimento da democracia e ainda, de forma tenaz, organizavam as frentes de combate à política econômica, aos efeitos da crise e na defesa do setor público.

A Andifes, naquela conjuntura de alta turbulência, enfrentou os desafios de articular as demandas das instituições federais de ensino superior e atuar no plano institucional junto ao Ministério da Educação e do Desporto, ao Congresso Nacional e aos demais movimentos organizados da época. A “reforma do Estado” avançava com a extinção de órgãos públicos, redefinição de outros e criava problemas generalizados para o funcionalismo público.

Já no governo Fernando Henrique Cardoso, o Ministério da Educação e do Desporto foi ocupado pelo economista Paulo Renato de Souza, ex-reitor da UNICAMP - que fora dirigente do Banco Mundial - trazia em sua pasta o documento *La Enseñanza Superior: Las lecciones derivadas de la experiencia* (BM 1994), considerado referência para o governo promover a reforma do ensino superior no Brasil. O documento fazia uma interpretação dos problemas dos sistemas de educação superior, especialmente dos países em desenvolvimento, e apresentava quatro orientações-chave para a reforma:

estimular maior diferenciação entre as instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas; proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversificassem as fontes de financiamento, por exemplo, a participação dos estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados; definir a função do governo no ensino superior; e adotar medidas que estivessem destinadas a priorizar os objetivos de qualidade e equidade.

O modelo do Banco Mundial também considerava que apenas algumas universidades (falava-se em 10), as mais consolidadas, deveriam se envolver com pesquisa. As demais, assim como o setor privado, deveriam se ocupar em formar profissionais (graduação). A construção dessa política tinha como tática desqualificar as universidades e suas comunidades com o argumento de que eram dispendiosas e ineficientes. Por conhecer a realidade, a qualidade e a substancial contribuição dada ao desenvolvimento do país pelas Universidades Federais, os reitores, reunidos na Andifes, se contrapuseram a essas ideias.

O Banco Mundial afirmava, ainda, neste documento que o modelo tradicional das universidades europeias de pesquisa tinha demonstrado ser custoso e pouco apropriado aos países em desenvolvimento. A solução seria, então, promover uma maior diferenciação no ensino superior, isto é, criar instituições não universitárias e instituições privadas. Desta forma, responder mais adequadamente à demanda social por esse nível de formação, e as Instituições de Ensino Superior seriam mais sensíveis às necessidades de mudança do mercado de trabalho. Isso já vinha sendo implantado, no Brasil, através das políticas públicas para a educação superior, com a criação de duas novas instituições de educação superior denominadas Centros Universitários e Institutos Superiores de Educação (ISEs) e, ainda, com a implantação de uma nova modalidade de educação superior: os Cursos Sequenciais por Campo do Saber.

---

*O BANCO MUNDIAL ENFATIZAVA QUE O GOVERNO DEVA INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS, PORQUE SERIA UM MEIO EFICAZ DE AMPLIAR O NÚMERO DE MATRÍCULAS A BAIXO CUSTO E PROPUNHA O FINANCIAMENTO TANTO DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS QUANTO PRIVADAS PELO CRITÉRIO DE QUALIDADE DE SUAS PROPOSTAS.*

---

O Banco Mundial enfatizava que o governo devia incentivar a criação de instituições privadas, porque seria um meio eficaz de ampliar o número de matrículas a baixo custo e propunha o financiamento tanto de instituições públicas quanto privadas pelo critério de qualidade de suas propostas. A meta em longo prazo seria atingir condições de igualdade entre as instituições de ensino superior, fossem elas públicas ou privadas. Um exemplo da aplicação desta proposta, no Brasil, foi a instituição do “provão” para o ensino superior e a abertura de inúmeros novos cursos superiores privados.

A chamada “Reforma do Estado” tornou-se prioridade nos governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique. A privatização e o congelamento do sistema estatal assumiram o primeiro lugar entre as prioridades. Com o Plano Real, em 1994, a campanha contra o Estado se intensificou ainda mais e quem ousava discordar era taxado, de forma constrangedora, de “dinossauro” e outros adjetivos desqualificadores.

Os reflexos incidiram fortemente sobre o ensino superior federal. Esse foi mais um desafio para a Andifes que, integrada ao movimento em face do ensino público, participou do debate com posições claras de defesa e preservação das instituições universitárias públicas, e de um sistema nacional em que se reconhecia a importância estratégica de todas as instituições, em todos os estados, desde as mais consolidadas, as mais recentes.

Os números mostram isso: ocorreu uma expansão significativa do ensino universitário privado no país. Tanto que no final dos anos 90, de cada dez instituições, oito eram privadas e duas públicas, divididas entre federais, estaduais e municipais. O total de matrículas nos estabelecimentos de ensino superior privados atingiu 64%, contra 36% das universidades públicas. Isso significa que houve privatização gradativa do ensino superior em razão da falta de investimentos do Estado.

Para se ter uma ideia da situação enfrentada pelo ensino superior na década de 90, vários estudos publicados apontaram redução gradativa dos investimentos. A Andifes, ao totalizar as despesas das IFES, atualizadas pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, excluídos os gastos com aposentados, verificou que houve uma retração de 5,6%. Os recursos decresceram de R\$ 6,248 bilhões, em 1995, para R\$ 5,896 bilhões em 1999, enquanto a matrícula cresceu mais de 20% no mesmo período. Estudo da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados demonstrou também que os gastos com pessoal e encargos

sociais, em 1995, eram de cerca de 60,90% das despesas do Ministério da Educação e em 2000, foram reduzidos a 53,4%. Os indicadores mostram que a redução dos recursos ocorrida ao longo dos anos 90 decorria de uma política deliberada de redução dos investimentos iniciada nos primeiros anos da década.

Tivemos a oportunidade de debater a situação do ensino superior em artigos na imprensa. Sob o título “*A indefensável bitributação para a escola pública*”, publicado no jornal Folha de São Paulo (18.01.94), questionamos a tentativa de instituir, no âmbito das reformas econômicas de 1994, a obrigatoriedade do pagamento de uma taxa para quem estudava em instituições públicas de ensino superior. A educação era tratada nos planos econômicos como gasto e não como investimento. Nessa mesma lógica da privatização dos serviços públicos, cogitou-se a estadualização das Universidades Federais com a conseqüente redução da participação da União e dos Estados no financiamento do ensino público superior.

No mesmo artigo, mencionamos resultados de estudos demonstrando que através do ensino pago não mais do que 5% seriam captados frente a atual e insuficiente estrutura de custos. Se os salários do pessoal fossem condizentes com a responsabilidade da função e os investimentos retomados na proporção requerida, tal percentual seria ainda mais baixo. Nunca é demais lembrar que a rede pública de ensino superior é o “*locus*” central da produção do conhecimento no país.

A Andifes resistiu, sobreviveu à turbulência desse período difícil do Brasil e se consolidou como uma instituição fundamental para a interlocução das instituições universitárias com o governo, com o Congresso Nacional e com a sociedade, na defesa e no fortalecimento do sistema federal de ensino superior público, gratuito, autônomo e de qualidade.

Se hoje temos um país que é o 13º maior produtor de conhecimento do mundo, isto se deve certamente à qualidade do conhecimento produzido nas universidades públicas do país.

A rede federal deu sua contribuição para isso e a Associação, desde sempre, se manteve na vanguarda desse processo. Temos orgulho de juntos com os demais reitores da época, em especial os colegas da Diretoria, ter participado da construção da Andifes.



CA  
PÍ  
TU  
LO  
**03**



PRESIDENTE **ANTÔNIO DIOMÁRIO**  
(UFSC)  
1995-1996

DIRETORIA EXECUTIVA:

*1º Vice-presidente:*

**Reitor Tomaz Aroldo da Mota Santos** (UFMG)

*Suplente:*

**Reitor Neroaldo Pontes de Azevedo** (UFPB)

*2º Vice-presidente:*

**Reitor Sílas Costa Pereira** (UFLA)

*Suplente:*

**Reitor Hélió H. Trindade** (UFRGS)

→  
DIÁLOGO FRANCO PELO  
CUMPRIMENTO DOS  
COMPROMISSOS SOCIAIS  
DA UNIVERSIDADE  
PÚBLICA BRASILEIRA

O governo Fernando Henrique Cardoso se iniciou em 1995, tendo como Ministro da Educação e do Desporto, o professor Paulo Renato Souza. O presidente da República definia então, no seu plano de governo, como objetivo central de ação, “melhorar a qualidade da educação, em todos os níveis, num processo de repensar o que estava sendo feito e fazer mais e melhor”.

“A educação é pilar central da política social”, proclamou o então ministro aos líderes mundiais presentes à Cúpula sobre o Desenvolvimento Social realizada em Copenhague (Dinamarca) no início daquele ano.

Identificada com esses princípios, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) encaminhou ao presidente do Brasil um documento síntese das principais propostas no campo acadêmico e institucional em favor da educação pública de qualidade, fruto das reflexões dos reitores e das comunidades universitárias. Formalizaram a disposição de permanente diálogo e trabalho conjunto no desenvolvimento e implementação de políticas da educação, ciência e tecnologia.

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) aceitavam compartilhar as responsabilidades na construção de novos caminhos capazes de responder à crise da sociedade brasileira. Manifestaram-se dispostas a promover as mudanças necessárias, a enfrentar as deficiências da própria organização, a melhorar suas atividades acadêmicas e a aprofundar, enquanto instituições públicas, suas relações com a sociedade brasileira e com o Estado.

Nesse contexto, os reitores vinham realizando, no âmbito da Andifes, vigoroso processo de avaliação e estudos sobre temas fundamentais, como autonomia política e gestão universitária, funcionamento dos hospitais universitários, regime próprio de gestão financeira e patrimonial das universidades públicas, carreira e salários, matriz de financiamento, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, reforma constitucional, entre outros. As IFES não só aceitaram, mas tomaram a iniciativa de propor ao governo um processo sério de avaliação institucional, o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), para a melhoria do sistema universitário. Abriram o diálogo com as autoridades, dispostas ao exercício democrático do embate das ideias, visando o cumprimento do compromisso social da universidade pública com o desenvolvimento equilibrado do Brasil.

Em São Carlos, SP, em 18 de março de 1995, o presidente da Andifes salientou a tônica desse diálogo: “É a explicitação das diferenças em busca do

---

*AS IFES NÃO SÓ ACEITARAM,  
MAS TOMARAM A INICIATIVA  
DE PROPOR AO GOVERNO  
UM PROCESSO SÉRIO DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL,  
O PROGRAMA DE AVALIAÇÃO  
INSTITUCIONAL DAS  
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS  
(PAIUB), PARA A MELHORIA DO  
SISTEMA UNIVERSITÁRIO.*

---

consenso. É a oportunidade de discordar e de concordar com serenidade. O diálogo pressupõe o respeito mútuo e se constrói pela verdade no enfrentamento dos erros e no reconhecimento dos méritos. O diálogo possibilita administrar conflitos de maneira positiva e viabiliza o estabelecimento de relações de confiança entre plurais”.

A base da Andifes para esse diálogo foi consubstanciada na proposta de trabalho da diretoria, a qual fixava três objetivos estratégicos:

1) construção do sistema federal de educação, ciência e tecnologia, em sua globalidade, em sustentação do processo de desenvolvimento de uma sociedade brasileira justa e democrática; 2) consolidação e expansão da universidade pública, gratuita, autônoma e de qualidade; 3) reafirmação da Andifes como instrumento dos dirigentes das IFES, integrador da pluralidade de forças acadêmicas nela consorciadas, no cumprimento dos compromissos sociais da universidade pública. Além disso, foram aprovadas as principais linhas de ação e o programa de trabalho que serviram de base para alcançar os objetivos propostos.

Em reunião ocorrida em 29 de março de 1995, na qual foi apresentado o novo Diretório Nacional da Andifes ao ministro da educação, houve a mútua concordância de se estabelecer o espaço aberto de diálogo para discussão das questões estratégicas relativas à educação nacional. Foi-lhe entregue um Ofício Andifes nº 015/95, considerando oportuno que esse diálogo tivesse em vista a proposição de soluções urgentes para as questões relacionadas ao quadro de pessoal docente e técnico-administrativo, ao orçamento de 1995 e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

No entanto, toda a gestão da Andifes (1995-1996) foi marcada por um diálogo árduo com o Ministério da Educação, ao invés de franco, aberto e construtivo conforme acordado anteriormente. Sem responder às propostas da Andifes, o ministro elaborou e aprovou o Planejamento Político-Estratégico para o período 1995-1998, apresentado com surpresa aos reitores. Acredi-

tando “fazer uma revolução na educação brasileira”, o ministro concentrou a prioridade da sua gestão no ensino fundamental e questionou a “excessiva preocupação do Ministério, induzida pela escassez de recursos, com a manutenção de sua própria rede de universidades e estabelecimentos isolados, negligenciando políticas e programas que induzam à qualificação da rede privada e das instituições estaduais, municipais e comunitárias.” Superar essa suposta negligência tornou-se, então, sua segunda prioridade.

Em relação à educação superior, o Planejamento Político-Estratégico do MEC propunha “colocar o sistema de ensino superior na liderança do desenvolvimento nacional, garantir a autonomia da universidade pública e a excelência do ensino, da pesquisa e da extensão no sistema como um todo”, ou seja, público e privado. Formulava severos questionamentos quanto ao desempenho das IFES, à falta de critérios substantivos de qualidade, à baixa produtividade dos investimentos feitos na rede federal e à necessidade de incrementá-la, submetendo o ensino de graduação a um sistema de avaliação com padrões internacionais de referência. Propunha, ainda, para a autonomia universitária, subordinar a alocação dos recursos às IFES ao seu desempenho, de acordo com aqueles padrões internacionais em termos de ensino, pesquisa e extensão.

Essas e outras propostas apresentavam uma interface importante para avançar no diálogo franco desejado pela Andifes. No entanto, as críticas às Universidades Federais se avolumaram nos órgãos do MEC, inclusive pelos meios de comunicação. O questionamento da eficiência da universidade pública brasileira denunciava o alto custo da formação de seus egressos e que o ensino superior federal consumia 70 a 80% de todas as verbas do ministério em detrimento do ensino fundamental.

Todavia, o ministro reiterava a existência, no Brasil, de R\$ 25 bilhões por ano para a educação, enquanto o orçamento do conjunto das Universidades Federais não ultrapassava R\$ 5 a 6 bilhões anuais.

Esse orçamento das universidades foi objeto de diversas formas e artifícios de reduções de custos, em nome do controle do desperdício. Por exemplo, nenhum recurso foi assegurado pelo Ministério para investimento em acervo bibliográfico, renovação ou implantação de laboratórios, obras ou infraestrutura, foram interrompidos os Projetos PROGRAD de apoio à qualidade do ensino de graduação, fecharam-se restaurantes universitários e núcleos de moradias estudantis, foi retardada a contratação de pessoal

para os hospitais universitários, limitou-se a contratação de docentes a 50% do número dos aposentados no período, e as dificuldades para renovar a contratação de servidores técnico-administrativos foram ainda maiores. A orientação recebida pelos reitores era resolver os problemas de manutenção, por contratos de serviços de terceiros. Procedeu-se à integração de todas as IFES no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) para controle dos gastos com pessoal, aplicando-se a legislação, às vezes, em desrespeito aos direitos do servidor. Esse ato intempestivo provocou ações trabalhistas que resultaram em gastos públicos muito maiores do que os valores pretensamente economizados.

Os reitores, entretanto, contestavam que o maior desperdício na educação brasileira era deixar os quase quarenta mil professores pós-graduados das IFES sem condições de trabalho, para aproveitamento de seus conhecimentos em benefício da sociedade. E, assim, apontava-se o paradoxo de querer economizar e racionalizar os gastos de custeio que se situavam historicamente em torno de, apenas, 4% do orçamento.

Visando intimidar a reação dos dirigentes universitários, houve a fantasiosa denúncia pela imprensa nacional de que as IFES gastaram irregularmente R\$ 500 milhões de rendimentos obtidos pela aplicação de sobras dos recursos da folha de pessoal, utilizando-os em investimentos e outros custeios. Esses rendimentos eram legalmente contabilizados em receitas próprias das universidades e sua aplicação da competência dos reitores compensava a corrosão inflacionária. Sobre isso, o ministro veio a reconhecer a regularidade das aplicações feitas para “proteger o próprio interesse público”.

À época, as dificuldades para a execução orçamentária começavam pela não aprovação do Orçamento da União pelo Congresso Nacional antes do início do novo exercício anual. Assim sendo, desde o mês de janeiro, instaurava-se a anormalidade orçamentária do Executivo que prosseguia até o mês de dezembro, quando eram autorizados os créditos suplementares para honrar os mais prementes compromissos.

As universidades submetiam-se então ao duodécimo completamente irrealista da proposta orçamentária do Executivo, muito aquém das mínimas necessidades de pagamento das contas dos serviços essenciais aviltadas pela elevada inflação. Dessa forma, gerir o orçamento era então decidir quais contas atrasar e deixar de pagar.

Ao final de 1995, no próprio MEC, mesmo contando com as suplementações recebidas para restabelecer o equilíbrio orçamentário, o ministro alegou falta de disponibilidade de caixa para pagar os precatórios determinados pela Justiça Federal, a totalidade dos encargos sociais da folha do mês de dezembro e o crédito educativo do segundo semestre destinado aos estudantes das universidades particulares.

Impôs-se, então, o total descomprometimento do governo em relação ao orçamento de investimento das universidades públicas, mesmo tendo sido aprovado em níveis muito abaixo das necessidades. Era totalmente ignorada a obrigação constitucional de estender a presença das universidades públicas federais às cidades de maior densidade populacional nos estados brasileiros. Cobrada pela Andifes a responsabilidade social do cumprimento dessa disposição transitória da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a solução encontrada pelo governo foi eliminar essa obrigação por revisão constitucional.

Para evitar o sucateamento da universidade pública, com orçamento de investimento quase zero em 1995 e com proposta governamental de apenas R\$ 60 milhões para o conjunto das IFES no ano de 1996, a Andifes batalhou por suplementação orçamentária de R\$ 310 milhões para duas aplicações fundamentais: o programa de investimento em atividades acadêmicas e o programa de investimentos em obras e recuperação da infraestrutura. Mas nem esta, nem a emenda de R\$ 198 milhões adicionais para recuperar outros custos e capital ao nível que havia sido liberado em 1990, tanto trabalhadas no Congresso Nacional, prevaleceram sobre os cortes orçamentários de R\$ 186 milhões realizados no orçamento da educação para aquele ano.

Em face da grave crise de funcionamento que se instaurou no conjunto das IFES e seus hospitais universitários e da luta desesperada dos dirigentes dessas instituições para mantê-las em pleno exercício de funções que paralisavam por inanição, a Andifes, em outubro de 1995, apelou para a utilização do Fundo Social de Emergência (FSE), criado em 1993 pelo Plano Real para estabilização financeira do país, cujos recursos foram previstos a serem aplicados prioritariamente no custeio das ações dos sistemas de saúde e educação, inclusive benefícios previdenciários.

O FSE vinha fugindo às suas finalidades originais, deixando de responder à aguda crise social da saúde e da educação brasileira. Os recursos

solicitados pelas IFES representavam uma pequena percentagem dos valores acumulados nesse fundo. Todavia, sua liberação para sanar a crise da educação não foi autorizada pelo Governo Federal. Para evitar a cobrança do compromisso social que originou sua criação, a solução encontrada pela Fazenda Pública foi assumir publicamente o compromisso prioritário com a dívida externa e o saneamento financeiro do país, mudando por Emenda Constitucional o nome do FSE para Fundo de Estabilização Fiscal, com vigência retroativa a janeiro de 1996.

Para resolver a crise das IFES, aflorou, então, nos gabinetes do ministro Bresser Pereira, da administração e da reforma do estado, a proposta de transformá-las em organizações sociais de direito privado, ou seja, que assumissem a forma de fundações, com liberdade de gestão próxima à de uma empresa e com a possibilidade de cobrança de mensalidades aos alunos. Traduzindo o sentimento dos reitores e da comunidade universitária, a Andifes contestou a invasão de competência do MEC pelo ministro Bresser Pereira, ao propor a privatização do ensino público, sem garantir orçamentos adequados ao funcionamento dessas organizações sociais, resultando no descomprometimento do Estado com a educação superior pública.

Em contraposição, o ministro da educação anunciou seu plano de autonomia para as IFES que continuariam públicas e gratuitas e com orçamentos estabelecidos por indicadores de eficiência com liberdade de optar pela proposta do ministro Bresser Pereira. Ambos os ministros fizeram coro na hora de defender o fim do regime jurídico único como primeiro passo da autonomia, para que as universidades pudessem contratar professores e funcionários com critérios próprios, acabando com a estabilidade vigente. A Andifes reafirmou a rejeição à privatização e sua luta favorável à autonomia orçamentária respaldada por comprometimento financeiro definido e detalhado, para cumprir o compromisso social da universidade pública com o desenvolvimento do país por meio da formação profissional competente, realização de pesquisas e extensão universitária. Pleiteava-se que, tomando-se como base de cálculo o valor autorizado para a folha de pessoal, o adicional equivalente a 20% do valor orçado fosse destinado para custeio e investimento e outros 10% para as atividades de pesquisa, desenvolvimento e extensão. As universidades teriam, também, a autonomia de captar recursos extra-orçamentários, sem outras fontes externas, nacionais ou internacionais.

Porém, insatisfeito com a posição dos reitores, o Poder Executivo tomou a iniciativa da PEC nº 233-A/95, propondo modificar alguns artigos e parágrafos constitucionais relativos à educação e ao seu financiamento. No que se refere à educação superior, destacava-se a proposta de alteração do *status* constitucional atribuído à autonomia universitária, conforme inscrito no art. 207 da Constituição vigente. Por unanimidade de seus membros, a Andifes manifestou-se contrária a essa PEC, defendendo, em audiência pública na Câmara Federal, realizada em janeiro de 1996, o entendimento de que a autonomia universitária é um conceito universal que remonta à própria origem da noção de universidade. No Brasil, esse conceito já figurava nos textos legais desde a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República, de 1911.

A Andifes afirmou aos deputados a estreita relação entre autonomia e democracia e a necessidade de que a autonomia seja exercida num modelo democrático de sociedade. Argumentou que, para as IFES, a autonomia se expressa pela conquista da ampla liberdade acadêmica, somada a garantias de condições materiais e humanas para que se possam cumprir, com eficácia social, seus indissociáveis objetivos de ensino público e gratuito, de pesquisa e de extensão, dentro dos padrões desejáveis de qualidade e de equidade e que autonomia e avaliação institucional estão intrinsecamente correlacionadas.

A Andifes defendeu o modelo de autonomia plena da universidade pública, com definição de um estatuto jurídico no âmbito do direito público e pelas adequações normativas que viabilizem a melhor gestão administrativa e de pessoal. Propôs um modelo de autonomia que respeite o caráter público e gratuito das IFES, cumpra os preceitos constitucionais de educação para todos, de gestão democrática e de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, preserve o sistema federal de educação superior, garanta o financiamento público à educação de qualidade e valorize os profissionais da educação. Feito o alerta sobre as consequências nefastas a esse conceito, se aprovada a proposta do Executivo contida na PEC nº 233-A/ 95, ela não prosperou e dessa vez a mudança constitucional foi evitada.

Percebido pelo presidente da República como o mais eficiente de seus ministros, o Sr. Paulo Renato demonstrou permanente determinação para levar adiante seu projeto pessoal de educação. Assim, como relatou aos reitores, quando estava meditando na praia lhe veio a ideia de instituir um provão, o Exame Nacional de Curso, para avaliar o desempenho e a qualidade das universidades.



O Ministro implantou sua ideia, tornando-a lei, mesmo se sobrepondo à manifestação contrária da Andifes, que havia tão profundamente avançado na elaboração do PAIUB, com critérios múltiplos de avaliação das diversas funções da universidade. O PAIUB adotava o conceito da eficácia social para avaliar a universidade pública, de forma a respeitar sua diversidade regional e seus diferentes estágios de formação. Por este conceito, a qualidade da universidade se mede junto à sociedade pelos seus resultados alcançados na melhoria de vida das pessoas.

Para fortalecer seu domínio sobre as decisões relacionadas à educação brasileira, o ministro subordinou o Conselho Nacional de Educação (CNE) ao seu ministério e alterou o processo uniforme de eleição dos reitores, limitando a liberdade democrática das universidades nesse processo. Ele interrompeu a aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de Cid Sabóia, longamente discutido pelo país, e introduziu o elaborado, com participação de poucos especialistas, por Darcy Ribeiro.

Por outro lado, a Andifes, buscando o exercício permanente da coesão de todas as instituições componentes, com cordialidade e respeito mútuo, observadas as diferenças regionais e vocacionais próprias, tomou várias medidas que assegurassem o fortalecimento institucional indispensável para que ela exercesse sua firme ação de interlocução externa.

Assim, foi dada continuidade e dinamizaram-se os grupos de trabalho temáticos. Sobretudo foi necessário aprofundar a discussão, posicionar os argumentos em defesa da universidade pública e tomar a iniciativa na proposição de medidas relativas à autonomia universitária, política de recursos humanos e financiamento das IFES, entre outras.

Implementou-se o grupo de trabalho sobre Política e Gestão Universitária, que liderou a discussão do documento da UNESCO *“Política para el Cambio y el Desarrollo en la Educación Superior”*, realizando-se, inclusive, com essa finalidade, um seminário no Congresso Nacional.

Colaborou-se com a elaboração e a publicação pela Sesu/MEC dos “Dados Referenciais das IFES” para a organização de base de dados confiável, representativa do conjunto das Instituições Federais de Ensino Superior”.

Implantou-se o Núcleo de Comunicação Social, selecionando-se a Agência de Comunicação, que disponibilizou o trabalho do experiente jornalista Gilson Rebello, intensificando-se a presença da instituição na mídia nacional.

Publicou-se sempre o Informe da Andifes com agilidade e precisão. Criou-se o Jornal da Andifes, havendo sido editados os três primeiros números. Adotou-se a logomarca da Andifes, selecionada por meio de concurso nacional entre trinta e um trabalhos concorrentes.

Aprofundaram-se as relações de aconselhamento com os diversos fóruns de pró-reitores e colégios especializados, como os de procuradores gerais, assessores de comunicação e dirigentes de estabelecimentos de Ensino de Segundo Grau.

Assegurou-se a presença da Andifes em todo o país, fazendo-se sempre representar por sua diretoria executiva, pelos componentes do diretório nacional ou pelos coordenadores das comissões temáticas. Estabeleceu-se relacionamento de trabalho articulado com sindicatos, UNE e demais entidades corresponsáveis pela educação brasileira.

Aprofundaram-se, no âmbito internacional, as relações com o MERCOSUL, por meio do Grupo de Montevideo. Participou-se da formação da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Rede UNITRABALHO). Conseguiu-se a aprovação do Projeto ALPHA para intensificar as relações com as universidades europeias em gestão universitária.

O intercâmbio com as diversas experiências internacionais firmou a percepção de que o desmonte da universidade pública em todos os países onde aconteceu foi acompanhado do desmonte do processo de desenvolvimento da população. As universidades têm a responsabilidade social de alimentar continuamente com novos conhecimentos gerados localmente o processo sustentável do desenvolvimento econômico e social.

Prevaleceu, na Andifes, a convicção de que o Brasil, superando todas as barreiras históricas, criou um sistema de universidades públicas com um quadro de recursos humanos altamente qualificado e uma pós-graduação de alto nível. A luta pelo diálogo franco a favor dessas universidades

---

*PREVALECEU, NA ANDIFES,  
A CONVICÇÃO DE QUE O  
BRASIL, SUPERANDO TODAS  
AS BARREIRAS HISTÓRICAS,  
CRIOU UM SISTEMA DE  
UNIVERSIDADES PÚBLICAS  
COM UM QUADRO DE RECURSOS  
HUMANOS ALTAMENTE  
QUALIFICADO E UMA PÓS-  
GRADUAÇÃO DE ALTO NÍVEL.*

---

fundamentava-se na crença de que todo esse potencial deva ter apoio e condições dignas de trabalho para poder reverter-se, de maneira generosa, a favor do desenvolvimento do país. A educação pública, gratuita e de qualidade, com responsabilidade social, era percebida pelos reitores como um direito da condição humana dos brasileiros. O caráter público das IFES impunha-se, assim, como dever do Estado e direito dos cidadãos.

Em todas as suas manifestações, a Andifes foi fiel a esses princípios, manifestando-se totalmente favorável a melhoria do fazer acadêmico, a eficiência, eficácia e racionalização da gestão universitária, considerando esses indicadores compatíveis com a natureza pública das IFES, mas jamais perdeu a consciência do caráter público do acesso de todos à educação, condição indispensável para reverter o efeito concentrador, no Brasil, de um processo de desenvolvimento nefasto que tem levado à exclusão social, à fome e à miséria.



CA  
PÍ  
TU  
LO  
04



PRESIDENTE **ODILON  
MARCUZZO DO CANTO**

(UFESM)

1996 - 1997

DIRETORIA EXECUTIVA:

*1º Vice-presidente:*

**Reitor Luiz Felipe Perret Serpa** (UFBA)

*Suplente:*

**Reitor Marcos Antônio Lucidi** (CEFET - RJ)

*2º Vice-presidente:*

**Reitor Geraldo Walter de Aguiar** (FAFEOD)

*Suplente:*

**Reitor Nelson Abrahim Fraiji** (FUA)

→ **ANDIFES, 1989-1997:  
A CONSTRUÇÃO E  
AMADURECIMENTO DA  
INSTITUIÇÃO**

A criação de uma associação que reunisse os dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior já estava sendo gestada em meados da década de 1980, no seio do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). O movimento vinha na esteira das primeiras eleições de reitores nas IFES, que começaram a acontecer após a abertura, com o fim dos governos militares que impunham reitores escolhidos conforme suas conveniências.

Estes novos dirigentes se sentiam comprometidos mais com suas comunidades do que atrelados a interesses dos eventuais donos do poder. Tais sentimentos eram acompanhados da percepção de que o CRUB poderia não mais ser o fórum ideal para discussões e encaminhamentos necessários para o atendimento dos compromissos por eles assumidos. Criou-se então o consenso da necessidade de construir uma nova entidade, dotada de características estruturais e dinâmicas capazes de atender a essas novas demandas. A Andifes foi criada em 23 de maio de 1989, com a missão de *'ser a representante oficial das Universidades Federais na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral'*.

A primeira eleição para presidente da nova entidade se deu em 22/8/1990, tendo sido eleita a reitora da UFMG, professora Vanessa Guimarães Pinto, cujo mandato se estendeu até 17/03/1992, quando foi eleito como presidente o reitor Nelson Maculan, da UFRJ. Os dois primeiros presidentes enfrentaram o trabalho árduo de construção da nova entidade, num ambiente bastante turbulento, com políticas públicas praticamente inexistentes e com índices inflacionários estratosféricos. As dificuldades de interlocução com os diferentes setores do governo ainda eram grandes, fruto de vinte anos de prática de um tipo de governança imposta pelo regime militar. As conturbações políticas e sociais advindas dos desmandos do governo Collor de Mello, eleito em 1990, e seu conseqüente *impeachment*, em 1991, atingiram também os *campi* universitários. Os programas de demissões voluntárias e planos econômicos mal alinhavados dessa época trouxeram sérias conseqüências que complicaram ainda mais a já difícil tarefa da gestão universitária, com repercussões que perduraram por mais de uma década na vida acadêmica. Tal estado de coisas exigiu dos dois primeiros presidentes muita habilidade e grande esforço para manter a união e a identidade de propósitos da nova entidade.

No governo do presidente Itamar Franco, assumiu a pasta da educação o mineiro Murilo de Avellar Hingel, que sempre preferiu o tratamento de professor ao de ministro; não por modéstia, dizia ele, mas por considerar o título de professor mais importante que o de ministro.

Nesta época, estabeleceu-se uma relação de confiança e um diálogo contínuo e franco entre o MEC e a Andifes, facilitado ainda mais, pelo fato de ser o secretário de ensino superior um ex-reitor de Universidade Federal, o professor Rodolfo Pinto da Luz, que eventualmente seria também presidente da Andifes (1999-2000). Newton Lima Neto, reitor da Federal de São Carlos (UFSCar), foi o presidente da Andifes nessa época. Lima Neto, utilizando com inteligência suas ótimas relações e seu prestígio junto a todos os segmentos da comunidade universitária, obtidos durante sua gestão no Sindicato Nacional dos Professores, conseguiu consolidar ainda mais a Andifes no cenário nacional. As fortes relações estabelecidas na gestão Lima Neto com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e com o chamado Grupo de Montevideú (associação de universidades públicas do Cone Sul) criaram um importante fórum de discussões sobre o papel da universidade pública na sociedade moderna. Nos anos seguintes, essas relações desempenharam importante papel de baluarte contra as ideias advindas do Banco Mundial, de mercantilização do ensino superior. Também no biênio 93/94, as IFES conseguiram alguns recursos para investimentos graças a verbas repassadas pela Sesu e que, aplicadas com critério na ciranda financeira da época (*overnight*), permitiram pelo menos algum nível de investimento num cenário de extrema aridez de recursos.

Ao assumir a presidência em abril de 1995, nada indicava ao reitor Antônio Diomário de Queiroz, da UFSC, que enfrentaria tempos borrascosos na sua gestão à frente da entidade dos reitores. Afinal. Na Presidência da República estava um professor universitário, de carreira brilhante e conhecedor do papel das universidades na sociedade moderna e, no MEC, um ex-reitor de universidade pública. Além do mais, na primeira reunião da nova diretoria da Andifes com o ministro, ambas as partes expressaram o entendimento de que o diálogo franco e aberto seria sempre o caminho escolhido para a busca de soluções para os graves problemas enfrentados pelo sistema de universidades federais.

Nada mais enganador! A decepção começou na primeira e única reunião do conjunto de reitores com o presidente, no Palácio da Alvorada e se es-

tendeu por todo o período de governo. O ano de 1995 transcorreu com inúmeros embates entre a Andifes e o MEC. O clima bastante pesado tornou-se ainda mais tenso quando assumiu a Secretaria de Ensino Superior um professor oriundo da USP que tinha uma convicção profunda de ser aquela a única universidade brasileira verdadeiramente digna de tal denominação e que o sistema federal de universidades era perdulário, mal gerenciado e refém do corporativismo interno (devo hoje concordar que em alguns casos ele tinha razão). Os embates eram frequen-

tes e bastante acalorados de parte a parte. Na verdade, todos nós sabíamos que o professor Décio Zagottis era um homem de larga experiência (tendo sido ministro de ciência e tecnologia no governo José Sarney) e bem intencionado, apenas com ideias erradas sobre o sistema federal de universidades.

O alto nível de tensão que existia entre o governo e o conjunto de Universidades Federais se refletia dentro da Andifes, no ânimo dos reitores, que sentiam na pele as dificuldades de tocar uma gestão com carências imensas tanto de pessoal quanto de recursos financeiros. Tempos de orçamento zero para investimentos e congelamento de vagas de professores e de pessoal técnico-administrativo. Relembrando hoje o clima então existente, penso que posso afirmar com bastante certeza que, embora as dificuldades enfrentadas, ou talvez por isso, existia uma unidade de propósitos e um consenso entre os dirigentes quanto aos pontos fundamentais de luta das IFES e entorno dos conceitos básicos que regem o papel de uma universidade pública nos países democráticos. A grande maioria dos dirigentes comungava também da mesma percepção de que o governo federal defendia e tentava impor um modelo de universidade que não se enquadrava no modelo defendido pela Andifes.

Era época em que a cartilha neoliberal do Banco Mundial (*La Enseñanza superior – Las lecciones derivadas de la experiencia – Banco Mundial, 1994*) tentava empurrar goela abaixo dos governos sul-americanos e de

---

*O ALTO NÍVEL DE TENSÃO QUE EXISTIA ENTRE O GOVERNO E O CONJUNTO DE UNIVERSIDADES FEDERAIS SE REFLETIA DENTRO DA ANDIFES, NO ÂNIMO DOS REITORES, QUE SENTIAM NA PELE AS DIFICULDADES DE TOCAR UMA GESTÃO COM CARÊNCIAS IMENSAS TANTO DE PESSOAL QUANTO DE RECURSOS FINANCEIROS.*

---



outros países periféricos seu ideário e receitas para o caminho do desenvolvimento. Na área educacional, pregava que, sendo a educação superior uma alavanca para o sucesso individual e uma nação, para se desenvolver, não necessitaria que todos os seus cidadãos tivessem educação superior, o dinheiro público deveria ser aplicado em educação básica e não no terceiro nível. Isto deveria ocorrer às expensas do cidadão que dela se beneficia, ou seja, a defesa de pagamento de anuidades na universidade pública. Basicamente a tese era ver a educação como um instrumento para reforçar o mercado. Era tudo o que NÃO defendíamos na Andifes.

Nesse choque de modelos de sistemas universitários, tínhamos um importante aliado que era a UNESCO. O conceito de educação integral como um bem social e um direito de cidadania, sendo, portanto, função essencial do estado seu financiamento, constava nos documentos sobre ensino superior publicados pela UNESCO no início da década de 1990 e reforçado na declaração final da Conferência Mundial sobre Educação Superior, realizada em Paris, em outubro de 1998, na qual a Andifes teve forte presença.

O Plano Estratégico do MEC para o quadriênio 1995/98 caminhou na direção contrária ao anteriormente pactuado entre o MEC e a Andifes. Foi construído sem sequer uma consulta à Andifes e foi alardeado como uma revolução na educação brasileira. Atacava o Sistema de Universidades Federais como ineficiente e perdulário, consumindo a maior parte das verbas da educação e apresentando baixa eficiência. Implantava políticas que, no entendimento do coletivo da Andifes, tinham sua origem no ideário neoliberal da cartilha do Banco Mundial.

A unidade apresentada pelos dirigentes em torno dos eixos básicos de luta deixava, no entanto, de existir quando o assunto era a escolha de estratégias a serem usadas no embate com o governo. Alguns entendiam que a melhor forma seria o enfrentamento direto, inclusive na justiça, como no caso do não pagamento dos precatórios no final de 1995. Um segundo grupo defendia o diálogo permanente e insistente como o único caminho possível. Estas divergências ficaram explícitas na eleição para presidente da entidade que ocorreu em abril de 1996. Pela primeira vez na curta história da instituição, apresentaram-se duas chapas para concorrer à presidência. O segundo grupo venceu as eleições, não por grande diferença de votos, mas com uma margem confortável. Logo ficou muito claro que a divergência era realmen-

te somente na forma de atuação, e não de conteúdo, pois, imediatamente após as eleições, todo o conjunto de dirigentes passou a trabalhar em uníssono e com grande unidade de propósitos.

Quando iniciei a minha gestão na Andifes, em abril de 1996, as relações entre o MEC e a associação andavam um pouco menos tumultuadas. Havia assumido a direção da Secretaria de Ensino Superior o professor Abílio Baeta Neves, oriundo de Universidade Federal, conhecedor dessa realidade e um homem propenso ao diálogo e defensor de soluções consensuais.

Um outro fato colaborou na distensão com o MEC: a criação do Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE) no final de 1995. Na divisão de tarefas, o MARE ficou com a parte do *bad-guy*, encarregado de gerenciar, ou melhor, de contingenciar as vagas de pessoal e de levar adiante as propostas de transformação das IFES em organizações sociais, ou seja, em “transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, mas pública não estatal, com a função de gerenciar e de executar serviços como a administração de hospitais, universidades, museus, creches, ambulatórios. Essas organizações sociais serão financiadas pelo Estado, mas administradas por grupos privados sem fins lucrativos” (Bresser Perreira, 1997).

Os embates com a equipe de técnicos do MARE ainda estão em minha memória. Havia uma guerra constante de estatísticas, pois os números do governo nunca batiam com os das planilhas preparadas pelos dedicados pró-reitores do FORPLAD. Criávamos grupos de trabalho os mais diversos, a fim de refutar as afirmativas que julgávamos errôneas e buscávamos, com afinco, apresentar números mais confiáveis. Um dos assuntos, entre tantos, era a questão das aposentadorias e da folha de pessoal aposentado. Criou-se, para tal, um grupo de estudos atuariais para orientar a direção da Andifes. Outra questão importante e que exigiu muito trabalho e busca de consenso foi

---

*OS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS  
FORAM SEMPRE MOTIVO  
DE DEBATES E GRANDES  
APREENSÕES PARA OS  
REITORES. DESVIRTUADOS DE  
SUAS FUNÇÕES PRIMEIRAS,  
DE SEREM LOCAIS DE AVANÇO  
NAS CIÊNCIAS MÉDICAS E  
DE FORMAÇÃO DE PESSOAL  
QUALIFICADO NA ÁREA DA  
SAÚDE, TENDO QUE FAZER AS  
VEZES DE HOSPITAIS GERAIS.*

---

---

*COMO SEGUIDAS VEZES O GOVERNO REPASSAVA PARA OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO AS SUAS VERSÕES DE NÚMEROS E FATOS SOBRE AS IFES E QUE, NO NOSSO ENTENDIMENTO, NÃO CORRESPONDIAM À REALIDADE, TÍNHAMOS UMA PREOCUPAÇÃO GRANDE EM CRIAR CANAIS COM OS PRINCIPAIS JORNAIS E ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO.*

---

a construção de um modelo de alocação de recursos financeiros e de pessoal. Como é óbvio, este não era um assunto de fácil consenso e levou a situações bastante tensas em algumas das assembleias da Andifes, acabando por ensinar ao presidente importantes lições de como coordenar e dirigir um coletivo de 50 reitores. Felizmente o bom senso acabava prevalecendo e se conseguia chegar a bom termo nas discussões.

Os hospitais universitários foram sempre motivo de debates e grandes apreensões para os reitores. Desvirtuados de suas funções primeiras,

de serem locais de avanço nas ciências médicas e de formação de pessoal qualificado na área da saúde, tendo que fazer as vezes de hospitais gerais no atendimento às populações, acabavam ficando num limbo entre o Ministério da Saúde e o MEC. Como havia proibição de preenchimento de vagas, os reitores tentavam soluções criativas, a maioria delas alvo posterior do TCU. Infelizmente este é um assunto sem solução ainda hoje.

Como seguidas vezes o governo repassava para os órgãos de comunicação as suas versões de números e fatos sobre as IFES e que, no nosso entendimento, não correspondiam à realidade, tínhamos uma preocupação grande em criar canais com os principais jornais e órgãos de comunicação. Esta preocupação que havia sido iniciada na gestão do professor Diomário com a criação do Núcleo de Comunicação passou a ser intensificada na minha gestão.

A apresentação, durante a minha gestão, de uma proposta de Lei Orgânica das Universidades Públicas Brasileiras ao Congresso Nacional foi o coroamento de uma construção que perpassou três gestões na Andifes e exigiu muita perseverança, foco e trabalho árduo de toda a diretoria e do coletivo de reitores e pró-reitores.

Particularmente, considero o privilégio que tive em presidir a Andifes como uma oportunidade ímpar, que me propiciou um crescimento pessoal muito grande. O contato com meus pares, dirigentes das IFES, o trato com os

mais diversos assuntos e interesses, trouxeram-me grandes ensinamentos. Tive ainda o privilégio de contar com o reitor Luiz Felipe Serpa da Universidade Federal da Bahia (UFB) como 1º vice-presidente, homem de uma serenidade a toda a prova e que me auxiliou muito nos momentos mais tensos da gestão. Participaram também da diretoria o reitor da Federal do Amazonas, professor Nelson Fraiji, o professor Geraldo Walter, da Escola Superior de Alfenas, e o professor Marco Antonio Lucidi, do CEFET-RJ.

Sendo reitor de uma universidade de interior de estado – a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) era, na ocasião, a única em cidade não capital de estado –, as tarefas de presidente exigiram alguns sacrifícios extras de mim e de minha equipe. A presença constante em Brasília só era possível porque eu tinha plena confiança na minha equipe de reitoria na UFSM. Tenho um grande apreço por todos eles e são alvos de meu reconhecimento e agradecimento pela dedicação e companheirismo. Por outro lado, o arranjo de um presidente com sede tão afastada de Brasília só foi funcional porque contávamos com a eficiência e dedicação de um secretário geral como Gustavo Balduino, a quem também agradeço e dedico meu maior apreço.

CA  
PÍ  
TU  
LO  
**05**



PRESIDENTE **TOMAZ MOTA SANTOS**  
(UFMG)  
1997 - 1998

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

*1º Vice-presidente:*

**Reitor José Ivonildo do Rêgo** (UFRN)

*Suplente:*

**Reitor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz** (UFSC)

*2º Vice-presidente:*

**Diretor Marcos Antônio Lucidi** (CEFET - RJ)

*Suplente:*

**Reitor Ary Monteiro do Espírito Santo** (UFG)

→ UNIDADE, RESISTÊNCIA  
E AUTONOMIA: OS PAPÉIS  
DA ANDIFES DURANTE  
O GOVERNO FHC

Fui presidente da Andifes entre 1997 e 1998. O período foi de muita tensão entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e o governo federal.

Esse fato orientou nossa gestão em duas direções: i) a da busca permanente da unidade da Andifes; e ii) a da resistência às ações centralistas, restritivas das atividades das IFES.

Devo acrescentar que essas duas direções não foram impedimentos para que tivéssemos uma postura proativa, com a criação de novas frentes e estruturas na Andifes.

A unidade era condição para a resistência.

A compreensão da nossa atitude de resistência, de outro lado, requer menção a convicções do governo federal, que não eram necessariamente explicitadas por autoridades, mas por alguns de seus ideólogos. Sobretudo, essas convicções se materializavam em ações concretas que atingiam o dia a dia das IFES e ameaçavam sua sobrevivência como instituições públicas e gratuitas.

Entre essas, cabem citar: i) gratuidade do ensino público obrigatória apenas para educação básica, justificada pela crença de que a educação superior propicia ascensão social e econômica e, então, os que a recebem beneficiam-se de um investimento que devem custear (ainda que essa crença não tenha gerado ações concretas da parte do governo); ii) as IFES eram mal administradas e, em decorrência, ineficientes; iii) seus dirigentes não eram comprometidos com a boa gestão dos recursos públicos: lenientes, perdulários, corporativos, populistas (este último aspecto pode ser ilustrado pela referência no MEC, à Andifes, como a “CUT dos Reitores”); iv) a “ineficiência” das IFES não era caso único: todo o Estado brasileiro era ineficiente – gigante, inchado, causador dos males econômicos do país.

Enfrentávamos não apenas pessoas preconceituosas em relação às IFES, mas um conjunto de pressupostos sobre a gestão pública que tomou corpo como uma proposta de “reforma do Estado”: enxuto, econômico, eficiente, moderno, desonerado de várias funções inclusive a de conter e gerir empresas públicas.

Tratava-se, então, de confrontarmos uma ideologia sobre a direção do Estado e, por extensão, das Universidades Federais.

Bem o sabemos, essa foi uma época de privatizações, de “programas de demissão voluntária” (PDV), de corte de gastos com custeio e investimento públicos, de congelamento de nomeações de servidores públicos,

da criação da chamada lei de responsabilidade fiscal, de “auditorias especiais” dos órgãos de controle usadas como instrumento de pressão, controle dos orçamentos, de avaliações e exigências de desempenho segundo parâmetros quantitativos estabelecidos e controlados pelo governo. Foi também um tempo de restrição e de perseguição aos movimentos sociais, quando, como reação, aconteceram muitas greves, mobilização e organização desses movimentos.

É nesse contexto que a Andifes tornou-se o lugar de construir e manter a unidade – a sua própria e a das IFES.

Para isto, era importante reforçar a colegialidade e a clareza de suas decisões: jogo aberto e franco jogado por todos (as). Não se escondiam informações; pelo contrário, elas eram buscadas com zelo e lealdade pelos órgãos assessores da Andifes, especialmente suas comissões temáticas, fóruns de pró-reitores, dos procuradores gerais e assessorias técnicas especializadas da própria Andifes (ou das IFES).

Montou-se um sistema de análise dos orçamentos e da execução orçamentária das IFES e do orçamento global do MEC, ao mesmo tempo em que coletávamos e sistematizávamos os dados de desempenho acadêmico, administrativo e econômico-financeiro das IFES. Em decorrência, instalou-se uma espécie de “guerra estatística”: os dados orçamentários e financeiros, bem como estatísticas de desempenho acadêmico do MEC – base para distribuição de recursos – não “batiam” com os nossos. Na avaliação do MEC, nosso desempenho era abaixo do esperado e, para nós, as verbas eram menores que as que tínhamos direito segundo as regras de financiamento baseadas em desempenho criadas pelo MEC.

A busca da unidade tinha um risco, que decidimos correr: a troca aberta de informações também servia a alguns poucos entre nós que as repassavam ao MEC. Resultado: muitas vezes, ao chegarmos ao MEC para nossa habitual interlocução, (com frequência em torno de recursos financeiros ou recursos humanos), o ministro já conhecia nossos pontos de vista. E assim, ao apresentá-los, já encontrávamos o MEC armado de argumentos e contra-argumentos. Mas nem isso abalou nossa unidade.

Essa unidade incluía os movimentos sociais, o que suscitava contatos frequentes com a ANDES, FASUBRA, UNE, em torno de interesses comuns acerca das políticas para a educação superior.

Havia, claro, outras dimensões da unidade: a composição da direção da Andifes respeitava a diversidade regional, a natureza das IFES (universidades, faculdades, CEFETS), concepções políticas e ideológicas, ainda que, para o governo, fôssemos todos esquerdistas (é certo: muitos éramos, mas não todos).

Havia principalmente muita negociação política, muita conversa, muita reunião, muito debate. E ainda hoje, essa continua sendo uma boa regra: nada melhor, na política, que uma boa conversa.

Registro com alegria: essa busca da unidade não foi inédita. Nas gestões que nos precederam, essa era a tônica; apenas demos continuidade.

A Andifes sempre agiu junto ao Congresso Nacional, ao governo, aos movimentos sociais e às próprias IFES como portadora de uma ação conjugada, articulada, autorregulada: um só corpo, um só modo de ser. Assim foi na busca das emendas globais ao orçamento, na discussão sobre a LDB, na discussão sobre a autonomia universitária e de outros temas de interesse das IFES e da educação pública.

Tive oportunidade de coordenar a resistência, junto ao governo e ao Congresso Nacional, à proposta de emenda constitucional (PEC 370) que alterava o artigo 207 da Constituição, conforme narraremos a seguir, sem prejuízo das outras ações que todas as diretorias desenvolveram durante toda a vida da Andifes.

Durante o período em que fui presidente, lidamos com vários problemas e medidas governamentais que mobilizaram nossas forças políticas e institucionais para superá-los ou para a elas resistirmos. Vamos considerar alguns deles: i) proposta de emenda constitucional ao artigo 207 (PEC 370); ii) demissão de servidores não estáveis; iii) falta de recurso para pagamento de precatórios; iv) corte no orçamento da União para controle da crise fiscal; v) crise dos hospitais universitários.

---

*A ANDIFES SEMPRE AGIU JUNTO  
AO CONGRESSO NACIONAL, AO  
GOVERNO, AOS MOVIMENTOS  
SOCIAIS E ÀS PRÓPRIAS IFES  
COMO PORTADORA DE UMA  
AÇÃO CONJUGADA, ARTICULADA,  
AUTORREGULADA: UM SÓ  
CORPO, UM SÓ MODO DE SER.*

---



A autonomia e a PEC-370.

Desde a presidência do reitor Newton Lima Neto, constituiu-se na Andifes uma Comissão temática encarregada de acompanhar no Congresso Nacional a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional.

No governo Itamar Franco, o ministro prof. Murílio Hingel adotou várias medidas “autonomizantes” propostas pela Andifes. Todas elas desfeitas no governo Fernando Henrique Cardoso, que, em contrapartida, propunha a transformação das IFES em organizações sociais, deslocando a interlocução do MEC para o Ministério da Administração e Reforma de Estado (MARE). A Andifes, prontamente, rejeitou uma e outra.

A Proposta de Emenda Constitucional 370 (PEC 370) transformava as universidades em “entidades autônomas”, com autonomia de gestão de pessoal e com orçamento global financiado por um fundo de duração de 10 anos, constituído por 70% dos recursos federais destinados à educação superior.

Como princípio, a Andifes reiterou, junto ao MEC e à Comissão Especial do Congresso Nacional que examinava a PEC 370, que a operacionalização da autonomia das universidades prevista no artigo 207 da Constituição podia ser realizada por uma lei infraconstitucional.

No entanto, a Andifes analisou a PEC; percebeu, entre outros aspectos, as imprecisões de expressões como “entidades autônomas”, “recursos destinados à educação superior”, entre outras; e, principalmente, feitas as contas, a Andifes verificou a insuficiência do fundo proposto para custear as despesas globais das IFES, se entre essas estivessem incluídos os dispêndios com aposentados e pensionistas que, para algumas IFES mais antigas, chegavam a cerca de 50% da folha.

A Andifes também sabia da força do governo no Congresso, já demonstrada na aprovação da medida provisória que fixava em 70% o peso do voto dos docentes nas consultas às comunidades universitárias para confecção de listas para escolha de dirigentes, pondo fim ao voto paritário. A Andifes manifestou ao MEC e ao Congresso Nacional sua oposição a essa medida, por entender que feria a autonomia das universidades. Entendeu, por esse motivo, que não devia oferecer sugestão a modificação do texto da medida provisória. Resultado: a medida provisória foi aprovada da forma proposta pelo governo.

A par dessa experiência, a Andifes considerou que deveria arriscar-se e fazer uma proposta de emenda à PEC. Se não sugerisse alterações, poderia ocorrer o

mesmo que se deu na tramitação da medida provisória que pôs fim ao voto paritário. Isto é, a PEC seria aprovada da forma como proposta pelo governo e isto seria péssimo para as IFES e, nesse caso, a Andifes estaria cometendo um erro.

Se sugerisse alterações, poderia incorrer num outro erro: estaria legitimando a mudança do artigo 207 da Constituição, cuja formulação é conquista histórica das Universidades.

Arriscar-se seria escolher um entre esses dois possíveis erros.

Decidimos pelo “segundo erro” e propusemos emendas à PEC 370: i) que o fundo previsto na PEC fosse constituído por 75% dos recursos federais destinados à educação federal; ii) que a duração desse fundo fosse de 20 anos; iii) que os dispêndios das IFES com aposentadorias e pensões fossem excluídos dos recursos da educação destinados às IFES e que eles fossem financiados por verba previdenciária própria; iv) que os recursos do fundo fossem destinados ao financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior e não à “educação superior”, como proposto.

É preciso que se diga que nossa resistência à PEC era também a da UNE, da ANDES, da FASUBRA.

Em outra trincheira, parlamentares ligados às instituições privadas de ensino superior e membros da Comissão Especial do Congresso que examinavam a PEC apoiavam a emenda com a condição que fossem aumentados os recursos públicos destinados ao crédito educativo.

O governo avaliava que nossas emendas eram inaceitáveis por parte da área econômica, pois representavam aumento de despesa.

Não durou muito, o governo retirou a PEC 370 do Congresso Nacional.

Na ocasião, em entrevista ao *Journal do Brasil*, o Ministro Paulo Renato de Souza atribuiu à resistência dos reitores e à da área econômica do governo os motivos para retirada da PEC 370 do Congresso Nacional.

Entendeu a Andifes que nossa conduta nesse caso foi adequada.

---

*EM OUTRA TRINCHEIRA,  
PARLAMENTARES LIGADOS ÀS  
INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE  
ENSINO SUPERIOR E MEMBROS  
DA COMISSÃO ESPECIAL DO  
CONGRESSO QUE EXAMINAVAM  
A PEC APOIAVAM A EMENDA  
COM A CONDIÇÃO QUE FOSSEM  
AUMENTADOS OS RECURSOS  
PÚBLICOS DESTINADOS AO  
CRÉDITO EDUCATIVO.*

---

A demissão de servidores não estáveis

Diminuir o número de servidores era uma das metas da reforma do Estado.

Havia quase 14.000 servidores nas IFES considerados não estáveis, principalmente por não terem sido selecionados anteriormente em conformidade com a legislação vigente. Em algumas IFES, esse conjunto alcançava até um terço do corpo de servidores. Entre esses, havia docentes admitidos como professores colaboradores e que já ocupavam posições de assistente, adjunto ou titular; técnico-administrativos com vários anos de serviços prestados, alguns deles exercendo funções de chefia e de coordenação administrativa.

A demanda do MEC, à guisa de obtenção de dados, era de que as IFES informassem os nomes e dados pessoais funcionais de servidores considerados não estáveis.

É de se imaginar a intranquilidade que essa demanda causou na comunidade universitária: instabilidade profissional e medo de demissão, principalmente num período de pouca oferta de emprego.

A Andifes decidiu: não damos os nomes, a não ser que o ministro declare por escrito que não haverá demissões.

A declaração não foi dada e a Andifes não forneceu os nomes.

Verbas para pagamento de precatórios

Em dois momentos durante o governo FHC, preparamos mandados de segurança para serem apresentados ao Supremo Tribunal Federal; eles foram preparados pelas procuradorias gerais das IFES coordenadas pelo Fórum dos Procuradores Gerais.

O primeiro foi na gestão do reitor Diomário de Queiroz, e o outro em 1977, quando fui presidente. Em ambos os casos, os mandados não chegaram a ser protocolados, pois, um pouco antes disso, o governo liberou os recursos necessários.

O que ocorria? As verbas para pagamento de precatórios eram previstas nos orçamentos das IFES. A realização desses pagamentos era da responsabilidade dos reitores, que os faziam obedecendo rigorosamente a lista de beneficiários elaborada pelo Poder Judiciário.

Como o governo não liberava os recursos, os beneficiários entravam na justiça contra o reitor, pedindo sua prisão por não cumprir decisão judicial.

Para não ser preso, o reitor impetrava *habeas corpus* preventivo e o levava consigo, no bolso do paletó, para mostrar ao agente que fosse prendê-lo.

Daí, a ação preparada pela Andifes, cuja efetivação não foi necessária.

#### iv) A crise fiscal e novo contingenciamento

No mês de novembro de 1997, manifestava-se mais uma crise financeira do governo durante a realização de um Conselho Pleno da Andifes, em Aracaju.

Ao tomar conhecimento dessa crise, quando se anunciou mais contingenciamento, o Conselho Pleno aprovou a “Carta de Aracaju: reitores alertam a nação”, que era um modo de chamar a atenção para os problemas de financiamento das IFES.

A escassez de recurso para custeio e investimento era crônica nesse período, mas o que temíamos era que a falta de recursos afetasse a própria estabilidade das instituições de ensino superior.

Para sobreviver, as IFES tinham de continuar a fazer o que sempre fizeram: ensino, pesquisa e extensão e, unidas, lutarem por financiamento.

No final daquele ano, não conseguíamos sinalização de aprovação da emenda Andifes no Congresso e a interlocução com o MEC estava difícil.

Como medida “heroica”, ao invés de sugerida greve de fome ou renúncia coletiva dos dirigentes, decidimos “estacionar” na antessala do gabinete do ministro até que ele nos recebesse.

Assim foi feito; o ministro nos recebeu e tivemos aprovada nossa pretensão no Congresso.

A Crise dos hospitais universitários.

Várias IFES tinham dificuldade em manter seus hospitais de ensino.

Nesse período, hospitais ligados à UFMG, UFPR, UFU e UFBA deixaram de receber internações, salvo as de urgência.

Invariavelmente, os dirigentes das IFES e de seus hospitais eram acusados de incompetentes: a crise dos hospitais era uma questão de gestão.

Em realidade, os hospitais não fechavam suas contas por causa de: falta de pessoal (suprida, em parte, pela contratação de celetistas através das fundações de apoio – motivo, depois, para o TCU não aprovar suas contas); subfinanciamento dos hospitais por parte do MEC e do Ministério da Saúde (por exemplo, pela remuneração inferior aos custos da assistência prestada); escolha seletiva da rede pública, principalmente dos hospitais universitários, para assistência mais custosa à população que, sub-remunerada, aumentava os déficits dos hospitais.

A Andifes já vinha cuidando do problema e as crises dos hospitais eram tratadas individualmente, por hospital.

---

*OS DIRETORES DE HOSPITAIS,  
COMO APOIO DA ANDIFES,  
ORGANIZARAM O COLÉGIO  
DE DIRETORES DE HOSPITAIS  
UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS,  
QUE TRATOU DE DISCUTIR  
SUA GESTÃO, INCLUINDO  
ASPECTOS ADMINISTRATIVOS  
(FINANCIAMENTO, PESSOAL,  
COMPRAS, CONVÊNIOS,  
CAPACITAÇÃO, LICITAÇÃO,  
INFORMATIZAÇÃO, ETC.)  
E ACADÊMICOS.*

---

Os diretores de hospitais, com o apoio da Andifes, organizaram o Colégio de Diretores de Hospitais Universitários Federais, que tratou de discutir sua gestão, incluindo aspectos administrativos (financiamento, pessoal, compras, convênios, capacitação, licitação, informatização, etc.) e acadêmicos.

Felizmente, algumas instituições conseguiram soluções emergenciais que deram sobrevida aos seus hospitais sem, contudo, terem resolvido, de forma sustentável, seus complexos problemas até o momento.

Não obstante as crises, investidas ideológicas e práticas do governo contra as IFES, vários instrumentos organizativos foram criados na Andifes e muito progresso foi realizado apesar das carências.

Devo aqui registrar os recursos transferidos às IFES na gestão do ministro Hingel, que permitiram a sobrevivência das IFES no longo período de escassez e que ainda permitiram realizar alguns investimentos em infraestrutura, em manutenção e desenvolvimento acadêmico, inclusive com a criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação e ampliação de vagas em várias IFES.

Foram criados: o Instituto Andifes, a Rede Negritude e um fundo para aquisição ou construção de nova sede da Andifes.

O Instituto Andifes foi concebido como um órgão da Andifes para manutenção atualizada dos dados estatísticos (relativos sobretudo ao desempenho acadêmico das IFES), bem como para coleta e consolidação das informações corretas e atualizadas sobre a realidade financeira das IFES. Era também finalidade do Instituto Andifes realizar estudos sobre tendências do sistema universitário brasileiro e mundial, sempre com o sentido de subsidiar as melhores decisões da direção da Andifes.

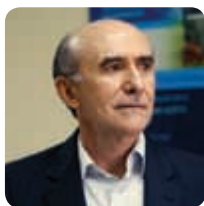
A Rede Negritude, quando ainda não se falava em política de cotas, deveria articular os estudos e esforços das IFES relativamente a políticas de ações afirmativas, entre outros aspectos.

A decisão de construção da nova sede Andifes no Campus da UnB (mais tarde, foi adquirido um conjunto de salas na cidade para essa finalidade, já na gestão do presidente Ivonildo) foi tomada em razão de a sede do CRUB não mais comportar nossas atividades administrativas e políticas. Alguns órgãos da Andifes, como comissões temáticas, fóruns, etc. precisavam de autorização do CRUB para se reunirem em seu auditório. Esse e outros aspectos nos levaram a deixar a sede do CRUB como a sede da Andifes – o que certamente melhorou suas condições de funcionamento administrativo e político.

Foi também nesse período que o Fórum dos Pró-Reitores de Assistência Estudantil realizou o primeiro levantamento da realidade socioeconômica dos estudantes das IFES e desmantelou o velho mito de que nas federais só estudavam os ricos. Entre nossos estudantes, já àquela época, havia uma parcela considerável que necessitava de assistência como condição para sua permanência na educação superior nas instituições federais de ensino.

Fiz esse relato com o sentido de registrar as ações de resistência das IFES e da Andifes que, certamente, contribuíram para a sobrevivência e dignidade de nossas instituições – mercê do trabalho de seus membros, dos seus órgãos, e do competente e dedicado corpo de Técnicos que sempre a serviram com dedicação e zelo.

CA  
PÍ  
TU  
LO  
**06**



PRESIDENTE **JOSÉ IVONILDO**  
(UFRN)  
1998-1999

DIRETORIA EXECUTIVA:

*1º Vice-presidente:*

**Reitor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz** (UFSC)

*Suplente:*

**Reitor Cristovam W. P. Diniz** (UFPA)

*2º Vice-presidente:*

**Diretor Marcos Antônio Lucidi** (CEFET - RJ)

*Suplente:*

**Reitora Milca Severino Pereira** (UFG)

➔ **AUTONOMIA: DISCUSSÃO  
QUE PRECISA SER  
RETOMADA**

**E**m fevereiro de 1998, quando assumimos a presidência da Andifes, começava o último ano do governo Fernando Henrique Cardoso. Era também ano de eleições no país, que também assistia a uma das mais longas e turbulentas greves das IFES. Os documentos e matérias publicados pela imprensa daquele período refletiam com bastante fidelidade o que eram as reivindicações de então. Três questões espelhavam parte substancial da nossa agenda. Eram questões que, fazendo parte da discussão do sistema universitário federal de qualquer país, assumiam contornos próprios em cada realidade, como poderemos ver na sequência.

Um debate fortemente pautado também pelo governo foi a questão da autonomia universitária. Por meio da PEC 233/95, estabelecia-se que, nas universidades e demais instituições de ensino superior e pesquisa, a autonomia seria exercida na forma da lei, o que, na prática, resultava numa alteração do artigo 207 da Constituição, pondo por terra a autonomia garantida pelo texto constitucional de 1988. Em 1996, como desmembramento da PEC 233/95, surge a PEC 370, com o objetivo de tratar exclusivamente da autonomia universitária.

Durante todo o ano de 1996, a Andifes trabalhou na elaboração de um documento definindo os rumos da questão e, em outubro daquele ano, durante reunião do Conselho Pleno em João Pessoa, aprovamos nossa proposta de Lei Orgânica das Universidades, texto que se tornaria uma referência à atuação da Andifes nos anos subsequentes, nas temáticas da autonomia e da reforma universitária. Já em 1997, a comissão da Câmara Federal que cuidava da PEC 370 passa a elaborar proposta, em caminho inverso ao iniciado pela PEC 233, para ampliar a constitucionalização da autonomia universitária, inscrevendo no texto constitucional elementos como: criação de um fundo para financiamento das universidades, vinculando parte dos recursos constitucionais da união para a educação, orçamento global, autonomia para gestão de pessoal, etc.

Naquele 1997, durante a gestão do reitor Tomaz Aroldo da Mota Santos, na qual tive a honra de ocupar a vice-presidência, a Andifes tomou uma posição histórica – embora contrária às posições das entidades representativas dos docentes, dos estudantes e dos técnicos – de participar do debate no Congresso Nacional, apresentando propostas que constitucionalizavam parte da nossa Lei Orgânica das Universidades, elaborada no ano anterior.

No final de 1998 e início de 1999, a discussão da autonomia volta a nossa agenda. O Informe nº 99, da reunião do Diretório Nacional da Andi-



fes, nos dias 17 e 18 de março de 1999, informava: “As IFES devem discutir internamente a nova versão da Lei Orgânica, agora adaptada à nova LDB, à reforma administrativa e restrita ao sistema federal de ensino superior. No mês de maio será realizada uma reunião temática da Andifes para discutir a versão final do texto que será apresentado ao MEC e a outros interlocutores. Em reunião com o ministro Paulo Renato, este informou que o governo federal deverá enviar às IFES, por meio do MEC, uma proposta de diretrizes para a autonomia. A data prevista para o envio é após 04/04/99”.

O período 1998-1999, tal como ocorreria em todo período do governo FHC, foram anos de dificuldades financeiras; de redução de quadros; de desconfiança com relação às políticas do setor. Isto atingiu de forma marcante o funcionamento das nossas instituições, com dívidas se acumulando, atrasos no pagamento das contas de luz, água e telefone e precariedade na manutenção dos prédios, laboratórios, bibliotecas e instalações. Só para exemplificar a gravidade dessa situação: em dezembro de 1998, o governo deixou de repassar o último duodécimo do orçamento de custeio, criando uma situação insustentável que repercutiu nacionalmente, como bradou em manchete o jornal Folha de São Paulo de 31/12/1998: “MEC deixa de repassar 30 milhões às federais, reitores afirmam que instituições podem ficar sem água e luz”.

Mas, apesar das fortes e justificadas críticas e resistência por parte significativa da comunidade acadêmica durante esse período, é inegável que em um aspecto houve avanço, na instituição do Exame Nacional de Cursos, mais conhecido como “Provão”, criado pela Lei 9.131, de 24/11/95, que acabaria se tornando peça-chave para se chegar ao atual Sistema de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). Tendo se iniciado em 1996, mediante o Decreto nº 2.026/96, outros instrumentos foram se somando ao “Provão” na formatação de um sistema de avaliação do ensino superior: a nova LDB (Lei nº 9.394/96); a Avaliação das Condições de Oferta de Cursos de Graduação a partir de 1997, e até a própria Gratificação de Estímulo à Docência (GED) a partir de 1998. Este processo culminou com o atual SINAES, criado pela Lei nº 10.861, de 14/04/2004.

## A GREVE E A GED

Em 12/02/1998, o governo encaminha ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.616, a qual dispunha sobre o mínimo de cargos de direção e funções gratificadas das IFES e dos cargos federais de educação e tecnolo-

gia e dava outras providências. Na realidade, essa medida provisória buscava criar, no seu bojo, o programa de incentivo a docência (PID), que se propunha a dar bolsa a professores que lecionassem no mínimo 12 horas semanais na graduação. Porém, o programa excluía os professores com apenas graduação e os aposentados, ao assegurar uma quota de bolsas para ser distribuída na proporção de 60%

para doutores, 50% para os mestres e 30% para os especialistas, não havendo portanto bolsa para contemplar todo o universo docente. Foi o bastante para ser deflagrada, no início do primeiro período letivo de 1998, uma forte greve nas IFES, que as manteve paralisadas por mais de três meses. A Andifes não hesitou em se posicionar contrariamente à medida provisória, passando a defender a construção de uma proposta que garantisse aumento salarial para todos os professores. A proposta do PID acabaria derrotada no Congresso e o governo viu-se obrigado a apresentar uma nova proposta de remuneração dos docentes através da criação da GED, a qual se tornou lei em 3 de julho de 1998. A Andifes cumpriu o seu papel de mediadora proativa na busca de construir o melhor caminho possível naquelas circunstâncias, ou seja: o encerramento da greve com um aumento salarial real para todos os docentes. Durante a paralisação, apresentamos inúmeras propostas com o objetivo de tornar o debate frutífero e ajudar o movimento docente e governo a encontrarem uma saída. Não foi fácil: durante a greve o governo decidiu endurecer, exigindo dos reitores o corte de ponto dos grevistas, mas teve uma imediata reação contrária, frustrando seu intento. E até um curioso embate deu-se durante a tramitação da GED no Congresso Nacional. É que se estabeleceu um confronto direto entre as nossas posições e as defendidas pelo Andes. Este pedindo a rejeição da GED e a Andifes sua aprovação. É que entendíamos ser esse o caminho possível para sairmos da greve com algum ganho real. Não estávamos errados. Apesar da justiça de algumas críticas em relação a este incentivo pecuniário, a GED garantiria um maior envolvimento de todos os docentes, especialmente os mais qualificados, junto às atividades da graduação.

---

*NÃO FOI FÁCIL: DURANTE A GREVE O GOVERNO DECIDIU ENDURECER, EXIGINDO DOS REITORES O CORTE DE PONTO DOS GREVISTAS, MAS TEVE UMA IMEDIATA REAÇÃO CONTRÁRIA, FRUSTRANDO SEU INTENTO.*

---

## A FRENTE PARLAMENTAR

Dada a sua capilaridade em todo território nacional, a Andifes sempre teve no Congresso Nacional um importante espaço de apoio para as reivindicações das IFES. No período a que nos reportamos, além do nosso secretário executivo Gustavo Balduino, contávamos com a assessoria de Artur Obino junto ao parlamento. O impasse criado pela demorada greve e uma agenda (autonomia, financiamento, expansão) que não era levada em consideração pelo governo, nos estimulou a centrar esforços na possibilidade de constituição de uma Frente Parlamentar suprapartidária em defesa das IFES.

No dia 15/04/1998, no Auditório do Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, realizamos uma reunião com a presença de quase 100 parlamentares da base do governo e da oposição para discutir o assunto. Compuseram a mesa diretora da reunião, além do presidente da Andifes, os senadores Pedro Simon – PMDB, Esperidião Amim – PPB, Emilia Fernandes – PDT, e os deputados Lindenberg Faria – PSTU, Elias Murad – PSDB, Ivan Valente – PT, Alexandre Cardoso – PSB e Sergio Miranda – PC do B. Ao final da reunião, fora decidido que uma agenda de trabalho da Frente Parlamentar em Defesa das IFES deveria necessariamente considerar: a discussão da autonomia universitária, a ampliação da oferta do ensino superior público, a superação das desigualdades regionais, a relação das IFES com o setor produtivo, a defesa do princípio da gratuidade no ensino público e os mecanismos de ampliação da qualidade das IFES. Os parlamentares da frente desempenharam um papel importante nos vários momentos críticos da

---

*NO AUDITÓRIO DO ESPAÇO  
CULTURAL DA CÂMARA DOS  
DEPUTADOS, REALIZAMOS UMA  
REUNIÃO COM A PRESENÇA DE  
QUASE 100 PARLAMENTARES  
DA BASE DO GOVERNO E DA  
OPosição PARA DISCUTIR*

---

greve. A importância da parceria então inaugurada é tamanha, que é nossa a convicção de que a Andifes deveria investir na organização de uma competente assessoria junto ao Congresso Nacional com objetivo de acompanhar de perto o trabalho nas variadas comissões que tratam de temas relevantes para a educação, ciência, tecnologia, inovação e cultura.

## ESPAÇO ANDIFES

Além das lutas de que mencionamos momentos significativos, não poderíamos deixar de mencionar a aquisição de uma sede própria para a Andifes, que deu à instituição condições para melhor desempenhar o seu crescente papel de grande protagonista no cenário do ensino superior do nosso país. Até o final de 1998, estávamos instalados em uma pequena sala na sede do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). O crescimento do setor privado alavancado pelas políticas de desestatização do governo da época acabaria criando um desconforto em nossa relação com o Conselho de Reitores, fazendo aflorar fortes interesses antagônicos, de tal modo que as universidades federais já não enxergavam mais o CRUB como um legítimo representante dos seus interesses. Isso naturalmente ampliou, dentro da Andifes, o sentimento de fortalecimento da nossa identidade como instituição representativa dos reais interesses do ensino superior público federal. E assim, em dezembro de 1998, inaugurávamos a nossa sede com a presença do então ministro Paulo Renato de Sousa, momento em que apresentamos proposta de um programa de expansão para as IFES.

## O PROGRAMA DE EXPANSÃO

A inauguração de nossa própria casa teve um significado que transcendeu a solenidade em si. E ele se revelou na forma de um documento que, entregue ao ministro da Educação, se fazia acompanhar pelo secretário de Educação Superior, Abílio Baeta Neves, continha proposta de um pacto para expansão das nossas IFES intitulado “Protocolo para Expansão do Sistema Público Federal de Ensino Superior”.

Elaborado sob a nossa coordenação, com a assessoria de Artur Obino e a participação da Comissão de Orçamento, presidida pelo Reitor Roberto Cláudio da UFC; do FORPLAD, presidido pelo pró-reitor da UFMG, Valdemar Servilha; da Comissão de Desenvolvimento Acadêmico, presidida pelo Reitor Mozart Neves da UFPE; e do incansável secretário-executivo Gustavo Balduino, era, de certa forma, uma resposta a constantes cobranças do Ministério da Educação. A alegação que as motivavam era a de que as universidades públicas apresentavam uma relação aluno/professor baixa demais e o custo anual por aluno era muito alto se comparado com o de outros países, como Alemanha e Estados Unidos, então apresentando uma relação de 15 alunos/

docentes contra 10 das IFES. Mas o protocolo ia além, representava também uma tentativa de ampliação dos recursos (orçamentário e de pessoal) das nossas instituições, as quais vinham passando pelas reiteradas reduções orçamentárias e de pessoal com um alto comprometimento do funcionamento e crescente processo de endividamento.

Relendo o protocolo quinze anos depois, tem-se uma boa noção das discussões e preocupações que pautavam nossa agenda naquele período. Fruto de um estudo rigorosamente detalhado, o documento aliava um conjunto de metas, premissas e condições para manter a qualidade do ensino nas IFES. Reproduziremos a seguir a íntegra desses pontos. Ver-se-á que aquele documento propunha compromissos com a expansão das vagas em cursos noturnos, a introdução do ensino a distância, redução em 30% do custo do nosso alunado e ampliação da relação alunos/docentes de 10,3 para 15. Não custa lembrar que, no Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades, o REUNI, a relação estabelecida foi de 18 alunos/docente. Por ter sido a primeira proposta formal da Andifes de expansão do nosso sistema, considero importante sua reprodução neste espaço.

## PROTOCOLO PARA EXPANSÃO DO SISTEMA PÚBLICO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

As 52 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras reunidas em Brasília no dia 15 de dezembro de 1998, conscientes da função social e do papel estratégico que desempenham, e considerando que:

a - A existência de uma massa crítica de cidadãos qualificados por meio do ensino superior é condição necessária para uma nação atingir o desenvolvimento social e econômico sustentável;

b - o Brasil possui somente 11% da população economicamente ativa com nível superior, contra 37% dos EUA e 53% do Canadá (dados da OECD);

c - o desenvolvimento nacional em níveis compatíveis com a necessidade de inserção na economia mundial, reconhecida no PNE, exige que o atendimento dos jovens em faixa etária de 18 a 24 anos passe do atual índice de 11% para 30%;

d - a taxa de matrícula no ensino superior, na faixa de idade de 18 a 25 anos é de 11,4% no Brasil, comparado a 39,2 % na Argentina, 56,1% nos EUA, 58,1% na Coreia do Sul, 54,6% na França e 62,4% no Canadá (dados da OECD);

e - é relevante o papel das IFES na busca da reversão das desigualdades regionais e sociais existentes no País;

f - é necessário o uso eficiente dos seus recursos humanos, com a adoção de equipes constituídas por docentes titulados apoiados por bolsistas de pós-graduação e assistentes, permitindo que se atinjam os índices da relação professor/aluno dos países mais desenvolvidos que já adotam essa fórmula;

g - o número dos concluintes do ensino médio dobrou no período 1991 a 1995 e deverá sofrer expansão ainda maior na próxima década devido às mudanças introduzidas no ensino fundamental;

Comprometem-se com as seguintes metas:

1 - Aumentar em 10% ao ano, em média, a oferta de vagas de acesso à graduação, nas séries iniciais e por transferências, preferencialmente nos cursos noturnos, nos próximos 4 anos – 1999 a 2002.

2 - Aumentar as matrículas da pós-graduação em 10% ao ano no mestrado e 15% ao ano no doutorado, no período de 1999 a 2002.

3 - Buscar soluções para diminuir as taxas de evasão e retenção nos cursos.

4 - Intensificar as ações de extensão universitária visando a formação, atualização e o aperfeiçoamento rápido da população trabalhadora.

5 - Diversificar as alternativas de ensino usando novas tecnologias e mesclando dinâmicas de educação presencial e não presencial, possibilitando o atendimento das metas definidas no Plano Nacional de Educação.

6 - Intensificar os programas institucionais de capacitação docente por meio da construção de redes universitárias, nacionais e internacionais, visando passar do índice atual de 67% (dezembro de 1997) para a meta de 90% dos docentes com mestrado ou doutorado em 2002.

7 - Buscar formas de superar a desigualdade de oferta de vagas em cada estado da federação, estabelecendo políticas que definam taxas de referência por número de habitantes.

## CENÁRIO DE EXPANSÃO DO ALUNADO NAS IFES

Período 1999 a 2002

Premissas adotadas:

1. Evolução das despesas de manutenção (milhões de reais) nas IFES:

Orçamento Ano	Manutenção
1998	363
1999	450
2000	500
2001	550
2002	600

2. Evolução do cenário acadêmico nas IFES

Ano	Vagas de acesso	Matrícula Graduação	Novas Modalidades	Matrícula Pós-Graduação	Total Matrícula	Relação Alunos/ docentes	Despesa por aluno (%)
1997	88.992	404.340		66.306	470.646	9,7	
1998	98.999	423.000		74.000	497.000	10,3	100
1999	110.000	440.000	10.000	83.000	533.000	10,6	97
2000	121.000	474.000	20.000	92.000	586.000	11,6	90
2001	133.000	523.000	34.000	103.000	660.000	13,1	81
2002	146.000	589.000	51.000	114.000	754.000	15,0	71

3. Número fixo de docentes a partir de 1999 até 2002 equivalente ao quadro total (50.277).
4. O número fixo de técnico-administrativos das IFES igual ao de 1996 a partir de 1999.

### Condições necessárias para manter o compromisso com a qualidade do ensino nas IFES:

1. Continuidade e ampliação dos atuais programas de modernização das bibliotecas.
2. Efetiva implantação e continuidade dos programas, já iniciados, de informática, laboratórios de graduação e hospitais universitários.
3. Expansão de bolsas de pós-graduação para acompanhar o aumento de matrículas projetado para mestrado e doutorado.
4. Criação de fundo para recuperação, adequação e ampliação das instalações físicas das IFES.
5. Criação de um fundo para apoio à modernização gerencial e capacitação para o uso de novas tecnologias para educação.
6. Atendimento das condições das premissas 1, 3 e 4.

## UMA NOVA AGENDA É NECESSÁRIA? COM QUAIS PONTOS?

Nem faz tanto tempo assim. Porém, revisitando manchetes de alguns jornais daquele período, é fácil perceber quais os complexos problemas de então. Relendo-as, podemos acumular pontos para refletir. Senão, vejamos:

“Greve e crise nas federais”, *Folha de São Paulo* 20/05/98.

“Reitores propõem aumento de vagas nas federais”, *Estado de São Paulo* 15/12/98.

“MEC deixa de repassar 30 milhões às federais, reitores afirmam que instituições podem ficar sem água e luz”, *Folha de São Paulo* 31/12/98.

“Universidade federal terá complicações financeiras”, *Estado de São Paulo* 31/01/99.

“Andifes começa a discutir autonomia, dirigentes de universidades federais elaborarão proposta que será enviada ao MEC”, *Estado de São Paulo* 07/02/99.

“Faculdade pública: poucas vagas nos cursos noturnos”, *Jornal da Tarde* 28/02/99.

## CERTAMENTE OS TEMPOS SÃO OUTROS.

As manchetes que clamavam por recursos e expansão já não ocupam mais a grande imprensa. A autonomia anda sumida da centralidade do nosso debate, pelo menos aos olhos da mídia. O tempo é de vigorosa expansão – a absorver elevadas energias das lideranças universitárias – dando, por vezes, a enganosa sensação de supor que as coisas serão sempre assim. Na verdade, a hora é de investir na autonomia e recolocá-la no centro do debate.

O que queremos com autonomia? A garantia de financiamento sustentável, que independa de governos; uma autonomia que nos leve a empregar nossos orçamentos com mais eficiência e eficácia; para permitir que os nossos pesquisadores possam fazer uso pleno de suas potencialidades. É certo que houve uma significativa melhoria do financiamento e a criação do “quadro de docentes e técnicos equivalentes” durante o governo Lula, com

---

*O QUE QUEREMOS COM  
AUTONOMIA? A GARANTIA DE  
FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL,  
QUE INDEPENDA DE GOVERNOS;  
UMA AUTONOMIA QUE NOS  
LEVE A EMPREGAR NOSSOS  
ORÇAMENTOS COM MAIS  
EFICIÊNCIA E EFICÁCIA; PARA  
PERMITIR QUE OS NOSSOS  
PESQUISADORES POSSAM  
FAZER USO PLENO DE SUAS  
POTENCIALIDADES.*

---



autonomia para as IFES contratarem servidores dentro do quadro autorizado. Porém, mesmo este avanço está longe de representar uma solução de Estado para essas questões. Ou seja, a garantia administrativa de que não estarão as IFES sujeitas à interferência de governos.

Outro aspecto preocupante a minar nossas esperanças de avanço no processo de autonomia das nossas instituições representado pelas conquistas na Constituição de 1988 e na LDB de 1996 é o golpe recebido em 2002, final do governo FHC, com a subtração da nossa capacidade de defesa por meio da retirada das nossas Procuradorias Jurídicas. Apesar das inúmeras ações da Andifes, não tivemos sucesso nas tentativas de recuperação desse vital instrumento para fazer valer o cumprimento da nossa missão perante o país e com o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da cultura e das artes. Defendo a ideia de que deveríamos caminhar para um processo articulado de judicialização da autonomia com objetivo de firmar no judiciário o entendimento da abrangência de aplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal de 1998.

---

*DEFENDO A IDEIA DE QUE  
DEVERÍAMOS CAMINHAR PARA  
UM PROCESSO ARTICULADO DE  
JUDICIALIZAÇÃO DA AUTONOMIA  
COM OBJETIVO DE FIRMAR NO  
JUDICIÁRIO O ENTENDIMENTO  
DA ABRANGÊNCIA DE  
APLICABILIDADE DO ARTIGO  
207 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL  
DE 1998. COMEÇARIA TAL  
PROCESSO COM A BUSCA DE  
TRAZER DE VOLTA AS NOSSAS  
PROCURADORIAS JURÍDICAS.  
NINGUÉM É AUTÔNOMO SE NÃO  
LHE É DADA A CAPACIDADE  
DE SE DEFENDER.*

---

Começaria tal processo com a busca de trazer de volta as nossas Procuradorias Jurídicas. Ninguém é autônomo se não lhe é dada a capacidade de se defender.

Nesses 15 anos de vigência da Constituição, apesar das inúmeras tentativas junto ao Executivo e ao Legislativo, em diferentes governos, a gestão universitária está travada e os nossos pesquisadores gastam mais tempo lidando com a burocracia do que com a produção de conhecimento. A luta por autonomia tem, portanto, que estar associada a uma maior clareza do real papel das IFES dentro do sistema federal de ensino superior. É também hora, segundo creio, de focarmos na qualidade e no fortalecimento das nossas vocações, considerados os respectivos níveis de ensino. Certamente os 14,7% das matrículas na

graduação e os 54,8% dos alunos da pós-graduação (Censo do Ensino Superior de 2010) das IFES apontam para uma realidade que carece de estudos. Na graduação, o nosso compromisso deve ser com a construção de um padrão de qualidade que seja referência para todo o sistema do ensino superior. A quantidade deve merecer maior preocupação em áreas – como geologia, agronomia, algumas engenharias, estatística, física, matemática, química, etc. – que são relevantes para o desenvolvimento do país e em algumas regiões ou microrregiões de baixa renda, situações em que o setor privado não mantém interesse pelo baixo retorno financeiro. Na pós-graduação (mestrado e doutorado), leia-se também na pesquisa, as IFES têm um papel preponderante, sendo responsáveis pela criação de massa crítica em todas as áreas do conhecimento que estão disseminadas por todo o território nacional e se reproduzem em todas as unidades federativas (em 21 das 27 unidades da federação, as IFES respondem cada uma por mais de 70% das matrículas da pós-graduação), apesar da excessiva desigualdade entre regiões e áreas do conhecimento em termos qualitativos e quantitativos. O papel estratégico que as IFES ocupam no sistema nacional de pós-graduação e na produção científica e tecnológica nacional, com sua presença em todas as unidades da federação, cria as condições para o desenvolvimento de uma política de pós-graduação e de pesquisa que vise a fazer das IFES agências de indução de um projeto de desenvolvimento econômico e social que tenha por objetivo a superação das desigualdades regionais e contribua para um melhor equilíbrio federativo.

Essenciais para a formulação e a implementação de políticas públicas nas áreas sociais, tais como sistema público de saúde e formação de professores para a educação básica e em áreas que propiciem o desenvolvimento científico e a inovação tecnológica – como as engenharias, a agronomia, as energias renováveis, o meio ambiente e o clima, os transportes, a segurança pública, bem como a produção e difusão da arte e da cultura regionais, nacionais e universais –, as universidades, laboratório universal do conhecimento, representam – e de modo veemente as IFES no Brasil – um dos suportes estruturais para que a sociedade transforme em realidade todos os prognósticos positivos das atuais tendências que apontam para um desenvolvimento econômico e social que é capaz de promover a distribuição de renda e da riqueza nacional e de consolidar a democracia mediante a universalização da cidadania e da justiça social para todos os brasileiros.

Se for certo o que afirmamos, não cessou o debate sobre as questões inicialmente abordadas.

CA  
PÍ  
TU  
LO  
**07**



PRESIDENTE **RODOLFO PINTO DA LUZ**  
(UFSC)  
1999-2000

DIRETORIA EXECUTIVA:

*1º Vice-presidente:*

**Reitor Jader Nunes** (UFPB)

*Suplente:*

**Reitor José Rubens Rebelatto** (UFSCar)

*2º Vice-presidente:*

**Diretor-geral Valdemar Hial** (FMTM)

*Suplente:*

**Reitora Wrana Maria Panizzi** (UFRGS)



**A ANDIFES NA VIRADA  
DO MILÊNIO**

Tivemos a honra de presidir a Andifes na virada do milênio. As esperanças de um novo tempo vinham associadas às ameaças do “bug do milênio”. Nenhuma coisa nem outra ocorreram: o “bug” não passou de um alarmismo infundado, servindo apenas para prevenir eventuais catástrofes, e as esperanças não se concretizaram, pois, passadas as comemorações coletivas e familiares, o mundo continuou sua evolução, com as extremas diferenças entre pobres e ricos, nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, a natureza cada vez mais comprometida com a ocupação humana, as guerras, os genocídios e as drogas distanciando os seres humanos de uma sociedade mais justa e solidária. Entretanto, temos convicção de que a mudança deste quadro depende substancialmente do acesso à educação, em todos os níveis e graus, e à universidade que, além de formar os quadros necessários, cabe-lhe o papel primordial do desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico. Como disse o eminente educador Paulo Freire, “a educação não pode tudo, mas nada será feito sem a educação”.

Os dirigentes das instituições federais de ensino superior estavam, e estão, conscientes do papel fundamental das IFES em um país como o nosso, com tantas diferenças a serem superadas, em que o investimento em educação pública é a prioridade, confirmando o que a Constituição Federal estabelece como a única prioridade absoluta - a criança e adolescente -, dentre muitas prioridades citadas no seu texto. A cidadania plena só será alcançada com educação de qualidade social para todos, desde a educação básica até a superior. A obrigatoriedade da educação dos 4 aos 17 anos, agora inscrita na Constituição pela Emenda 59/09, veio coroar o que já se preconizava nos debates do Plano Nacional de Educação realizados naquela ocasião.

A Andifes esteve presente nas discussões do Plano, que veio a ser aprovado no final de 2000, defendendo o avanço na educação em todos os graus e modalidades, com metas capazes de oferecer educação de qualidade a todos, notadamente, universalizar o ensino fundamental, estancar a geração de novos analfabetos e reduzir as taxas de analfabetismo significativamente e ampliar a educação infantil, pré-escolar e ensino médio. No ensino superior, ampliar as matrículas para atingir, no mínimo 30% da faixa etária de 18 aos 24 anos e aumentar o percentual do ensino público na oferta de cursos de graduação, bem como qualificar e ampliar os cursos de mestrado e doutorado. Entretanto, o grande debate foi sobre o financiamento. Nenhum plano pode ser executado sem o diagnóstico correto, propostas compatíveis

com os problemas a serem enfrentados, metas bem definidas e o respectivo financiamento. O debate evoluiu para a fixação de 10% do PIB, o montante de recursos a ser disponibilizado para a sua execução. Naturalmente, a proposta sofreu forte resistência da área econômica do governo, semelhante a que vinculou recursos para educação, inicialmente pela chamada Emenda Calmon e, após, na Constituição Cidadã de 1988. Diante do impasse, chegou-se a um acordo no Congresso Nacional, reduzindo para 7% do PIB os recursos para a implementação do PNE. Mesmo assim, como é sabido, o presidente da República vetou o artigo referente ao financiamento, sob a alegação de que era inconstitucional esta vinculação. Desse modo, o PNE já nasceu mutilado na sua execução, tanto é que as suas metas ficaram longe de serem atingidas. A mesma Emenda Constitucional 59/99 garantiu a vinculação do PIB para o PNE 2011-2020, voltando à mesma discussão sobre o percentual. A proposta do governo foi, coincidentemente, de 7% do PIB, insuficientes para as metas elencadas. A reação da área educacional e da sociedade provocou a mudança na Câmara Federal, elevando para 10%, sendo referendada no Senado. Falta definir como alcançar esse percentual, indicando as fontes de recursos e quais entes estatais serão responsáveis pela sua integralização.

A Conferência Nacional da Educação de 2010 havia proposto que os Estados e Municípios aumentassem o mínimo constitucional para a educação em 30% e a União aplicasse 25%, além dos recursos provenientes do petróleo obtido no pré-sal. Passaram-se quase 15 anos e o debate continua o mesmo. Imaginem se o país tivesse investido 7 ou 10% do PIB em educação, ao invés de ter iniciado a década em 3,5% e terminado em 5%. Estudos realizados pelo IPEA, em 2010, corroboram com a necessidade de ser aplicado este montante durante décadas para superar as carências educacionais. Os debates não foram em vão, porque fortaleceram a mobilização da sociedade para a elaboração do atual plano, enfatizando a discussão sobre o financiamento, não dando trégua aos parlamentares federais durante as votações do PNE. A penúria continuada em que viviam as IFES e a incerteza permanente sobre o orçamento, levaram-nos a priorizar o PNE e o seu financiamento, visando ao estabelecimento de um Plano de Estado para não ficar à mercê das políticas governamentais efêmeras.

Desnecessário frisar que um dos papéis mais relevantes da Andifes tem sido o de pugnar pela obtenção de recursos orçamentários para as universidades. Os orçamentos de custeio, isto é, para a manutenção, não eram suficientes

para manter o mínimo; não raro tínhamos que deixar de pagar as contas de água, luz e telefone, quando as empresas eram estatais, para podermos oferecer o mínimo para os laboratórios e o funcionamento das IFES. Depois que essas empresas foram privatizadas tornou-se ainda mais difícil, pois passou a haver a suspensão dos serviços. Felizmente, nem em todos Estados ocorreram as privatizações das companhias de água e luz, permitindo sobrevida às IFES.

A contumaz precariedade orçamentária levou a Andifes a se mobilizar e pressionar a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, propondo uma emenda orçamentária para complementar a manutenção das IFES, que passou a ser conhecida como a Emenda Andifes. Todos os anos, os reitores, junto com a secretaria executiva da entidade, levavam as reivindicações ao Congresso Nacional, debatendo com as lideranças partidárias as necessidades das universidades. Ao orçamento foram acrescidos mais 50 milhões de reais, ficando mais 30 milhões condicionados ao excesso de arrecadação. Esta era uma árdua batalha, na qual os reitores se revezavam para estarem presentes junto aos parlamentares da Comissão de Orçamento e cada um, na bancada estadual, para que pressionasse os que participavam daquela poderosa comissão. A distribuição dos recursos entre as universidades obedecia aos mesmos critérios da Matriz de Distribuição de Recursos. A batalha maior era a liberação dos recursos no ano seguinte. As reuniões com o ministro Paulo Renato, os Secretários da Sesa e Executivo eram uma constante. Era comum ocorrer a liberação de recursos financeiros no último dia do exercício financeiro e, aquelas universidades que não estavam preparadas para liquidar os seus empenhos orçamentários na undécima hora, poderiam ser instadas a devolver o dinheiro, sob a acusação de incompetência por não ter conseguido aplicar os escassos recursos.

Outra ação importante da Andifes tem sido, não só propugnar por mais recursos orçamentários, mas, criar critérios técnicos para a distri-

---

*A CONTUMAZ PRECARIEDADE  
ORÇAMENTÁRIA LEVOU A  
ANDIFESA SE MOBILIZAR E  
PRESSIONAR A COMISSÃO DE  
ORÇAMENTO DO CONGRESSO  
NACIONAL, PROPONDO UMA  
EMENDA ORÇAMENTÁRIA  
PARA COMPLEMENTAR A  
MANUTENÇÃO DAS IFES, QUE  
PASSOU A SER CONHECIDA  
COMO A EMENDA ANDIFES.*

---

buição desses recursos entre as IFES. Ano após ano, a Andifes tem discutido com as suas filiadas a melhor forma de distribuição dos recursos orçamentários, levando em conta os seus cursos, alunado, atividades e área construída. Todas essas informações são consolidadas na Matriz de Alocação de Recursos Orçamentários da Andifes. O Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração (FORPLAD) foi um dos principais atores desse debate. O novo modelo foi aprovado na reunião de fevereiro de 2000 do Conselho Pleno da Andifes. A Matriz tem a finalidade de realizar uma distribuição justa dos recursos entre as universidades, evitando a falta de critério e a interferência político-partidária. Ela é um dos pilares da proposta da autonomia universitária. O desrespeito do MEC foi total. Adotou outra matriz, sem ouvir os dirigentes universitários. A falta de diálogo não era apenas com as entidades sindicais, o que provocou longas greves durante o período do ministro Paulo Renato, mas com os próprios dirigentes universitários.

Se os anos do governo Fernando Henrique Cardoso foram extremamente difíceis para a manutenção das universidades, o que dizer dos investimentos necessários? Em alguns períodos não havia nenhum centavo para investimento, inclusive para compra de material permanente que está incluído no mesmo item orçamentário. Embora existisse uma política contrária à expansão das Universidades Federais, essas, por seu próprio dinamismo, criavam novos programas de pós-graduação, ampliavam a graduação, realizavam pesquisas e extensão e precisavam aumentar a sua área construída para abrigar essas atividades. Apesar destas restrições a FINEP, o CNPq e a CAPES financiavam a pós-graduação e a pesquisa, além de projetos de pesquisa e extensão que as universidades contratavam com as fundações de amparo às pesquisas estaduais e outros organismos públicos e privados nacionais e estrangeiros. Entretanto, via de regra, estas entidades não financiavam a ampliação da área construída, recaindo a responsabilidade sobre os ombros da universidade. Desde que reassumimos a reitoria da UFSC pela segunda vez (1996), levei ao MEC esta reivindicação. Havia necessidade de um programa de investimentos nas IFES com continuidade, já que os orçamentos anuais eram insuficientes para a manutenção, não contemplando recursos regulares para investimentos. Ao secretário da Sesu, Abílio Baeta Neves, apresentamos estes pleitos e sempre que oportuno, no plenário da Andifes, propugnamos para a criação de um programa robusto de investimentos que

evitassem o sucateamento do que já fora investido e o que as novas demandas estavam solicitando. Em 1997 foi criado um programa de empréstimos junto ao BNDES que permitiria que as IFES se beneficiassem, os quais seriam pagos com a venda de imóveis fora do campus. Infelizmente, esse programa não atendeu às IFES, pois, eram raras as que tinham imóveis fora do campus, até porque esta estratégia já havia sido adotada pelos governos militares e aquelas que possuíam imóveis nessa condição já os haviam negociado. Este programa acabou sendo utilizado pelas universidades particulares.

Eis que surge uma luz no final do túnel e não era o trem para nos atropelar. O Ministério da Ciência e Tecnologia criou os Fundos Setoriais com recursos oriundos da exploração de riquezas minerais e naturais. Esses Fundos financiariam pesquisas, por meio de editais, nas universidades. Os recursos eram significativos, beneficiando as universidades com maior capacidade científica e tecnológica, o que é o caso das federais. Contudo, o impasse continuava no que se refere à infraestrutura de pesquisa da universidade tais como, prédios para abrigar os laboratórios de pesquisa, energia elétrica, rede de informática, etc. Nesse momento, a Andifes realizou inúmeros contatos e reuniões com os ministros Sademberg, da Ciência e Tecnologia e Paulo Renato Souza, da Educação, inclusive com as suas presenças em Reunião do Conselho Pleno, quando propusemos a criação do Fundo de Infraestrutura de Apoio aos Fundos Setoriais.

Após muitas discussões, envolvendo a comunidade científica, foi criado o CTInfra, o Fundo de Infraestrutura, com 20% dos recursos dos outros fundos. A posterior criação dos Fundos e, principalmente, o CTInfra deu fôlego para as universidades sobreviverem até a retomada dos investimentos no segundo governo do presidente Lula e, em especial, o REUNI. Devemos ressaltar a visão do ministro Sademberg ao criar os Fundos Setoriais e o CTInfra.

Outro ponto crucial na vida universitária é o hospital universitária-

---

*EIS QUE SURGE UMA LUZ NO  
FINAL DO TÚNEL E NÃO ERA O  
TREM PARA NOS ATROPELAR.  
O MINISTÉRIO DA CIÊNCIA  
E TECNOLOGIA CRIOU OS  
FUNDOS SETORIAIS COM  
RECURSOS ORIUNDOS DA  
EXPLORAÇÃO DE RIQUEZAS  
MINERAIS E NATURAIS. ESSES  
FUNDOS FINANCIARIAM  
PESQUISAS, POR MEIO DE  
EDITAIS, NAS UNIVERSIDADES.*

---



rio, com o seu papel de instituição de ensino, pesquisa e extensão além de importante centro de referência médico-assistencial para o Sistema Único de Saúde (SUS). Essas funções absolutamente relevantes para a formação da área de saúde e para assistência demandam volumosos recursos para a manutenção e investimentos. Esta simbiose entre formação e assistência foi amplamente discutida no Seminário: Docência, Pesquisa e Assistência nos Hospitais das IFES, realizado na UFMS, em agosto de 1999. A participação do Ministério da Saúde, tendo como ministro José Serra, e a relevância da atuação dos HUs na assistência, promoveram a ampliação do orçamento do SUS em 30 milhões em 1999 e 60 milhões em 2000. Da mesma forma, os hospitais sofrem a falta crônica de pessoal adequado às suas peculiaridades.

Todavia, a falta de reposição de professores e pessoal técnico-administrativo, além da perda salarial são uma constante nas universidades, não sendo privilégio dos HUs. A mera contratação de um professor substituto depende de autorização do governo federal, a abertura de concurso público para reposição de pessoal docente raramente é autorizada e sempre muito abaixo das vagas decorrentes de aposentadorias ou exonerações. A ampliação do quadro de pessoal para atender a expansão das atividades universitárias não tem ocorrido nos últimos anos. Excepcionalmente, a ampliação de cursos e vagas tem sido suprida pela contratação de professores substitutos. As necessidades de pessoal técnico-administrativo têm sido atendidas precariamente pelas fundações de apoio, com recursos de convênios. Os Hospitais só continuaram funcionando porque parte dos recursos do SUS foram destinados à contratação de pessoal administrativo e técnico, inclusive de médicos e enfermeiros. Os projetos de pesquisa dependiam quase exclusivamente da gestão dos recursos e contratação de pessoal pelas fundações.

A defasagem salarial, agravada pela falta de reposição inflacionária, provoca a generalização de greves trabalhistas, sendo raro o ano que isso não ocorra. A ausência de uma política de pessoal que garanta a estabilidade dos vencimentos e de reposição de pessoal são os responsáveis por este quadro. Por outro lado, o país ainda carece da regulamentação do direito de greve do serviço público para evitar a sua banalização. A insuficiência orçamentária extrema, aliada à deficiência da política de pessoal desgasta os gestores universitários que despendem grande parte do seu tempo pelos corredores dos ministérios em Brasília. Mesmo a Andifes, durante a minha presidência,

realizou sete reuniões Plenárias e dezessete do Diretório Nacional, praticamente a cada quinzena nos reunimos para tratar destes temas recorrentes.

As dificuldades descritas, certamente, pouco diferem do relato da maioria dos dirigentes das universidades federais e daqueles que tiveram a honra de dirigir a Andifes, entretanto, devemos afirmar que a atuação da entidade sempre foi pró-ativa e de diálogo, procurando ampliar o debate com a sociedade e realizando alianças que fortaleçam a educação, em especial a pública. A criação da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública consolidou um trabalho de aproximação com o Congresso Nacional que

vinha sendo realizado há longos anos. A Frente passou a ser o fórum de interlocução com o parlamento federal, não só na relação com as Comissões de Educação da Câmara e do Senado, com a Comissão mista de Orçamento, mas em todos os debates que envolviam as universidades e a educação.

Neste mesmo diapasão foi firmado convênio com a TV do Senado, possibilitando que dirigentes universitários fossem entrevistados e participassem de debates que esclarecessem as virtudes e dificuldades que as universidades atravessavam. A articulação com as assessorias de comunicação das universidades permitiu a constituição de uma rede informal de comunicação entre elas, disseminando a presença da Andifes e das universidades federais em todo país. Diariamente os dirigentes e as assessorias de comunicação recebiam o “clipping” com as notícias de todos os principais jornais do país e também foi atualizada a “homepage” da entidade. Com o intuito de divulgar o trabalho da Andifes e das IFES, foi criado o prêmio Andifes de Jornalismo 1999, que vem sendo reeditado anualmente. A primeira premiação ocorreu no 6º Congresso Brasileiro de Jornalismo Científico, realizado na UFSC, em 2 de maio de 2000. A presença na mídia, divulgando de forma aces-

---

*DIARIAMENTE OS DIRIGENTES E AS ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÃO RECEBIAM O “CLIPPING” COM AS NOTÍCIAS DE TODOS OS PRINCIPAIS JORNAIS DO PAÍS E TAMBÉM FOI ATUALIZADA A “HOMEPAGE” DA ENTIDADE. COMO INTUITO DE DIVULGAR O TRABALHO DA ANDIFES E DAS IFES, FOI CRIADO O PRÊMIO ANDIFES DE JORNALISMO 1999, QUE VEM SENDO REEDITADO ANUALMENTE.*

---

sível ao grande público a produção científica das universidades, valoriza o trabalho do pesquisador e promove o reconhecimento do grande público no retorno do investimento efetuado nas universidades, além da formação de profissionais de nível superior. A formação dos jornalistas das assessorias de comunicação social das IFES contribuiu para mudar o estereótipo de que as universidades só formam profissionais e que a pesquisa e a extensão não trazem contribuição inovadora ao país. Aliás, na UFSC foi desenvolvida a Agência de Comunicação com a fixação de política pública de comunicação, com a valorização da categoria de jornalistas voltados para a promoção do debate interno e a divulgação, com autonomia da vida e produção universitária.

Indubitavelmente, a Universidade Federal, apesar de todas as limitações orçamentárias e de autonomia, cresceu em qualidade e ampliou a oferta de cursos de graduação e de pesquisa e pós-graduação. A expansão do ensino superior brasileiro ocorreu desde a década de 70 com a criação de escolas e universidades particulares. Enquanto em 1960 aproximadamente 70% do alunado superior estavam em IES públicas, na década de 80 essa proporção se inverteu. O Brasil é um dos países com maior percentual de oferta de ensino privado, alcançando 72 % das matrículas, sendo superados pelo Japão com 77 %, Filipinas 76 % e o Chile equipara-se a nós, com 71 %. Os Estados Unidos da América, no qual prevalecem as atividades privadas, ao contrário do que muitos pensam, no ensino superior prevalecem as instituições públicas e apenas 23 % dos alunos estão matriculados em instituições privadas, mesmo assim, em grande parte sem finalidade lucrativa. A diferença é que, mesmo nas instituições públicas, as anuidades são pagas pelos alunos que cobrem parte dos custos. Na Rússia e na China, o ensino privado vem crescendo, alcançando, respectivamente, 10 e 8,9 % do alunado. Na Conferência Internacional de Educação Superior, promovida em 2006 pela Universidade Politécnica de Barcelona, sobre financiamento da educação superior, foi demonstrado o crescimento da educação privada e tendência de cobrança de anuidades nas instituições públicas, sendo um dos temas bastante polêmicos nos debates sobre o ensino superior. Em muitos países, há o compartilhamento de custos da educação superior entre governo e sociedade e, notadamente, com as famílias. No Brasil, sempre que o tema é abordado, a polêmica se estabelece.

O crescimento do ensino superior federal ocorreu aleatoriamente, sem planos ou políticas públicas minimamente consistentes. As pressões polí-

ticas regionais ditavam as regras. A criação de uma universidade acirrava as concorrências políticas para que outras fossem instaladas, a fim de não haver perda de prestígio de uma bancada parlamentar ou de algum interesse regional. A primeira Universidade Federal, a do Rio Janeiro, antiga Universidade do Brasil, foi criada em 1922 para conceder o título de Doutor Honoris Causa ao Rei Alberto da Bélgica, pois era praxe diplomática a concessão deste título aos governantes estrangeiros ilustres. Como não havia universidade, ela foi criada. Na década de 40, foram criadas outras nas principais capitais. Juscelino Kubitschek, embora não constasse no seu famoso Plano de Metas, criou várias, inclusive a nossa, de Santa Catarina. João Goulart, com o ministro Darcy Ribeiro, criou a primeira universidade fundacional, a de Brasília, modelo seguido pelos militares que completaram a expansão com universidades fundacionais nas capitais e em diversas cidades mineiras e gaúchas, graças ao prestígio político e articulação desses estados. A partir do Governo Geisel, com o agravamento da crise econômica, as universidades lutaram para sobreviver, sendo suprimida a autonomia, inclusive para que as universidades pudessem criar cursos. Somente no Governo Itamar Franco, com o ministro Murílio Hingel, quando tivemos a honra de ocupar o cargo de Secretário de Educação Superior, que algumas renomadas escolas isoladas foram transformadas em universidades especializadas, antecipando-se à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, que eliminou a universalidade de campo para a criação das universidades. As Universidades Federais de São Paulo, Lavras e Itajubá já nasceram de poderosas instituições de ensino e pesquisa nos campos da saúde, agrárias e tecnológicas, respectivamente.

Nos mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, embora um eminente sociólogo e pesquisador, o ensino superior não contou com uma política de expansão, resumindo-se à avaliação, mediante os provões, à expansão do ensino privado, à criação dos Fundos setoriais de investimento em ciência e tecnologia - medida bastante positiva -. restrição à autonomia universitária e falta de investimentos. O contínuo crescimento do ensino privado e a estagnação do ensino público reduzia cada vez mais a participação das matrículas federais no universo do ensino superior. A presença das matrículas no ensino público ainda não eram menores porque os estados haviam criado as suas universidades, muitas vezes com pouquíssimas condições, mas era a única forma de ampliação da oferta de ensino público e gratuito. Esse crescimento também

---

*A ESTAGNAÇÃO NO NÚMERO  
DE VAGAS NOS CURSOS DE  
GRADUAÇÃO DAS IFES LEVARIA  
A ÍNFIMA PARTICIPAÇÃO  
NO CONJUNTO DAS IES,  
CONTRIBUINDO PARA A  
ELITIZAÇÃO DO ENSINO  
SUPERIOR. APÓS AMPLOS  
DEBATES, A ANDIFES PROPÔS  
AO GOVERNO FEDERAL  
A ASSINATURA DE UM  
PROTOCOLO DE EXPANSÃO  
DO ENSINO SUPERIOR.*

---

ocorreu notadamente na década de 80, após, houve a ampliação de cursos e vagas nas instituições existentes.

O crescimento das Universidades Federais continuava a ocorrer com a criação de programas de pós-graduação e a realização de projetos de pesquisas. Os primeiros decorriam do investimento na formação de professores em cursos de doutorado no exterior, inicialmente, e depois no Brasil. O crescimento de professores doutores gerou a instalação de novos programas de pós-graduação, avaliados pela CAPES, o que consolidou o sistema de pós-graduação. As pesquisas financiadas pelo Sistema Nacional de Ciência e

Tecnologia, mediante projetos e bolsas aos pesquisadores, fora do orçamento universitário, foram complementadas pelas pesquisas aplicadas e de desenvolvimento em parceria com empresas e outros organismos públicos e privados. As Fundações de Apoio foram fundamentais para que as universidades realizassem as pesquisas, superando as barreiras da autonomia limitada.

A estagnação no número de vagas nos cursos de graduação das IFES levaria a ínfima participação no conjunto das IES, contribuindo para a elitização do ensino superior. Após amplos debates, a Andifes propôs ao governo federal a assinatura de um Protocolo de Expansão do Ensino Superior. Ele propôs a ampliação de vagas e criação de cursos de graduação, especialmente noturnos, para facilitar o acesso aos trabalhadores. Propôs, também, a expansão da pós-graduação e da pesquisa e extensão. Apesar de muitas discussões com o ministro da Educação e Secretário da Sesu o plano não avançou porque previa, em contrapartida, um pequeno acréscimo de pessoal técnico e docente, bem com o mínimo de investimentos. A política governamental era a do Estado mínimo, com a redução da estrutura estatal, privatizando empresas e reduzindo estruturas burocráticas. Embora na justificativa para a redução estatal estivesse o investimento em educação e saúde, na prática, a política era a mesma.

O Protocolo, se não conseguiu a contrapartida estatal, pelo menos serviu para despertar nas universidades novo compromisso com a graduação. Elas, com os seus próprios meios, promoveram a ampliação de vagas e a criação de cursos, otimizando o uso de laboratórios, bibliotecas e racionalizando a oferta de disciplinas para outros cursos similares. Como reitor da UFSC debatemos com cada colegiado de curso o aumento de vagas, às vezes por uma, 5, 10, 15, nova entrada semestral. Muitos argumentavam que uma vaga não faria diferença, mas uma vaga semestral multiplicada por um curso de 4 anos de duração, forma mais 8 estudantes e 10, são mais 80 alunos. Um curso oferecia 33 vagas semestrais. Perguntamos por que não eram 30 ou 35, como ocorre regularmente. O colegiado não sabia explicar. Lembrei-lhes que, no início do governo Collor, havia sido acordado com o governo federal ampliar em 10% as vagas para evitar as demissões que estavam ocorrendo no serviço público. Se para evitar demissões foi possível ampliar 3 vagas, certamente seria possível ampliar mais 7 vagas, ficando, no mínimo, em 40 vagas, enquanto a maioria dos cursos já ofereciam 45 vagas semestrais na área de humanidades. O curso de medicina com a sua complexidade de laboratórios e hospitais oferecia 50 vagas semestrais. Como contrapartida, sempre que era possível, oferecíamos alguns meios complementares de infraestrutura, inclusive com recursos de convênios com entidades públicas e privadas e prioridade na reposição de pessoal, caso houvesse alguma autorização governamental. As IFES conseguiram, quase que exclusivamente, com o seu próprio esforço, ampliar, de 1998 até o vestibular de 2000, em 10% o número de vagas de ingresso.

Também passamos a destacar o potencial das novas tecnologias de comunicação e informação para a democratização do acesso ao ensino superior. Em setembro de 1999, foi realizado o Seminário sobre o Ensino a Distância na UFMA e criada a UNIREDE, integrando as iniciativas pioneiras

---

*TAMBÉM PASSAMOS A DESTACAR O POTENCIAL DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR. EM SETEMBRO DE 1999, FOI REALIZADO O SEMINÁRIO SOBRE O ENSINO A DISTÂNCIA NA UFMA E CRIADA A UNIREDE, INTEGRANDO AS INICIATIVAS PIONEIRAS DAS UNIVERSIDADES.*

---

das universidades na área, como o da UFSC. Podemos afirmar que ela é a base do modelo consorciado da Universidade Aberta do Brasil, que oferece os cursos das universidades públicas gratuitamente, sob o patrocínio do MEC.

O Protocolo também foi a base das propostas de expansão do ensino superior federal entregues aos candidatos a presidente da República, em 2001, e depois ao presidente eleito, Lula, que se comprometera a investir nas universidades. A promessa foi cumprida e houve uma nova fase de expansão do ensino superior público, com a criação de novas universidades, novos campi, cursos de graduação e um programa de ampliação das universidades, o REUNI. Está sendo realizado um grande investimento na expansão das Universidades Federais e Institutos Federais tecnológicos. Há que se prover os meios para manter a sustentabilidade dessa ampliação, principalmente na preservação do poder aquisitivo dos salários, para manter a capacidade de atratividade de bons professores.

As IFES que alcançaram um maior grau de desenvolvimento científico e institucional pelo seu tempo de criação, boa gestão, localização e, principalmente, pela possibilidade de fixação de pessoal mais qualificado ao longo da sua história, puderam ampliar a oferta de programas de pós-graduação, pesquisa e extensão. Essa capacidade científica reflete-se na qualidade de toda instituição, inclusive na graduação. As universidades das Regiões Norte, algumas da Nordeste e Centro-oeste, que foram instaladas mais recentemente, e também pela dificuldade de acesso aos centros mais desenvolvidos econômico e socialmente, necessitam de medidas suplementares de apoio para que atinjam o patamar das demais instituições, seja na distribuição de recursos, seja na alocação de pessoal. Uma universidade em um centro maior tem melhor condição de admitir um doutor do que uma IFES da região Norte, que muitas vezes terá que investir na sua formação, correndo ainda o risco de perdê-lo após. Este debate foi levado ao Congresso Nacional com a realização de seminário sobre as desigualdades regionais, promovido com apoio da UFFA. Não há como desenvolver o país sem a superação destas assimetrias regionais.

A universidade é uma das poucas instituições milenares que adentraram o novo milênio. Como um centro do saber, ela possui características, peculiaridades e abrangência que exigem ampla liberdade para pensar, propor, inovar sem limitações de natureza ideológica, legal ou regulamentar. Igualmente, a complexidade das suas funções exige ampla liberdade de estrutura-

ção e funcionamento. Ao longo dos séculos ela resistiu a governos totalitários e conviveu com democráticos. A sua autonomia foi sendo construída e, quanto mais respeitada, alcançou maiores resultados. Autonomia não é soberania, ela será definida nos termos da lei. Nos debates da Assembleia Nacional Constituinte, propugnamos por três princípios: educação pública e gratuita, vinculação de recursos orçamentários para educação e autonomia universitária. A Constituição de 1988 garantiu a autonomia no seu art. 207 que antes era legal, adquiriu o status constitucional. A LDB consagrou novamente a autonomia universitária, mas, mesmo assim, ela continuou sendo desrespeitada. Por isso, a Andifes tem debatido intensamente desde a sua criação.

Quando fui Secretário da Sesu, propusemos a chamada Agenda Autonomia 94, com a intensa participação da Andifes, CRUB, ANDES e outras entidades. Esses debates contribuíram para a Andifes elaborar, em 1996, o anteprojeto da Lei Orgânica das Universidades e, em 1999, promoveu a sua atualização. Foram realizados seminários regionais e, inclusive no Congresso Nacional, foi realizado o seminário Autonomia Universitária e Desenvolvimento Nacional em maio de 1999. Também foi produzido um vídeo pela UFMS para dar sustentação aos debates.

O anteprojeto define o ente jurídico universidade com personalidade de direito público, autônoma. Evita-se caracterizar como autarquia ou fundação, pois, cada um desses entes jurídicos tem normas e características próprias que os diferenciam e já causaram muitas distorções entre as universidades, principalmente, na política salarial e patrimonial. Já o art. 54 da LDB caminha nesta direção, indicando um estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura. A partir dessa lei, as universidades seriam reguladas por ela, não se aplicando outras que não correspondem a esta instituição complexa, que é a universidade.

Garantida a autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial, o Sistema de Instituições Federais de Ensino Superior seria regido por um Conselho Superior. O Conselho seria responsável por propor um modelo de distribuição de recursos orçamentários, encaminhar o orçamento da educação superior ao Poder Executivo, orientar as políticas de gestão de pessoal das instituições do sistema, sugerir ações administrativas de aperfeiçoamento do sistema e estabelecer critérios para o aporte de recursos para expansão do sistema.



Haveria uma carreira própria de pessoal docente e técnico-administrativo isonômica entre as IFES. Os inativos ficariam a cargo do tesouro nacional, mas constando da proposta orçamentária da instituição. Os inativos não se desvinculariam da entidade, mas não constariam da matriz de distribuição de recursos orçamentários, evitando a distorção que sobrecarregaria as IFES mais antigas com os encargos de pessoal, como vinha acontecendo nas universidades paulistas. Os servidores do quadro permanente poderiam receber adicional variável, não incorporável aos vencimentos nem à remuneração para qualquer efeito, pela participação em atividades, programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão executados diretamente pela instituição ou por fundação de apoio. Este é um dos pontos importantes do projeto que permitiria a participação remunerada em projetos de pesquisa e desenvolvimento, sem os questionamentos existentes e sem necessidade da interveniência das fundações. Também poderia haver contratação temporária para o desenvolvimento desses projetos.

O modelo de financiamento seria o limite para a manutenção e investimentos nas IFES. Seria autonomia com responsabilidade e limites estipulados nessa lei. A União destinaria, anualmente, no mínimo, 75% da parcela da receita da União resultante de impostos da vinculação orçamentária, prevista no art.212 da Constituição, para o Sistema das IFES. Para evitar a redução dos recursos de um para outro ano, esses não poderiam ser inferiores em termos reais. O orçamento anual destinaria 95% diretamente para as IFES, enquanto 5% seriam destinados à expansão e melhoria da qualidade de ensino, já alocados na proposta orçamentária encaminhada pelo Conselho Superior. As incertezas com que viviam as universidades pelos orçamentos insuficientes, dependendo de suplementações durante o exercício ou contingenciamentos extemporâneos seriam lembranças do passado. Entretanto, estes percentuais fixos, se por um lado, aumentam a previsibilidade das atuais instituições, poderiam dificultar a expansão do sistema com a criação de novas IFES. Também precisariam ser compatibilizados com as obrigações da União com a educação básica, que precisa de um aporte mais significativo para complementar as ações dos estados e municípios.

A distribuição de recursos entre as IFES seria realizada por meio de indicadores que levariam em consideração o ensino, o corpo docente, instalações e hospitais universitários. As atividades de ensino seriam mensuradas

pelo número de alunos de graduação, diplomados, número de alunos admitidos nos cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, número de certificados de especialização, títulos de mestre e doutor e a avaliação dos cursos. O corpo docente entraria com percentual de mestres e doutores e produção acadêmica. As instalações seriam dimensionadas pela área construída com finalidade acadêmica e do(s) campus (i). Os hospitais universitários, pela sua dimensão, seriam computados pelo número de todos os alunos que atuam

no hospital, número de leitos e complexidade, tempo médio de permanência do paciente, taxa de ocupação por leito, número de atendimentos em pronto socorro e em ambulatório e número de cirurgias realizadas.

O orçamento torna-se global, terminando a ditadura das rubricas e dos elementos de despesa que manietam o gestor no cotidiano. Seriam destinados, no mínimo, 15% para outros custeios e capital, garantindo recursos para a manutenção e investimento. Se, porventura, houvesse excedentes financeiros, não se devolveriam os recursos ao tesouro nacional, mas os incorporariam ao orçamento do ano seguinte, sem descontar do montante do orçamento do ano seguinte. Essa medida evitaria que as universidades tivessem que aplicar todos os recursos no mesmo exercício financeiro, às vezes, desatentamente.

As IFES ainda poderiam contratar, por prazo determinado, Fundações de Apoio ou outras associações civis para dar apoio a programas e projetos de pesquisa, ensino, extensão, cursos, a fim de cumprir as suas finalidades.

O MEC jamais discutiu com profundidade o anteprojeto de Lei Orgânica das universidades. Não estava na sua concepção avançar no reconhecimento da autonomia universitária e nem de alguma lei que tratasse as universidades no seu conjunto. Não houve nenhuma proposta de autonomia, financiamento, ou plano de cargos e carreira. Durante a nossa gestão, o ministério lançou a ideia da autonomia por adesão. As universidades que desejassem poderiam se candidatar a receber maior autonomia, desde que tivessem

---

*O MEC JAMAIS DISCUTIU COM PROFUNDIDADE O ANTEPROJETO DE LEI ORGÂNICA DAS UNIVERSIDADES. NÃO ESTAVA NA SUA CONCEPÇÃO AVANÇAR NO RECONHECIMENTO DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E NEM DE ALGUMA LEI QUE TRATASSE AS UNIVERSIDADES NO SEU CONJUNTO*

---

determinadas condições. Talvez fosse algo parecido com o contrato de gestão, fazendo “tabula rasa” ao princípio constitucional que se estende a todas as universidades e não a algumas escolhidas. A Andifes manifestou-se contrária a essa proposição. Prevaleceu a dependência do MEC para quase tudo. Os concursos públicos foram suspensos, inclusive, para repor os aposentados. A contratação de substitutos continuou sob a tutela dos ministérios da Educação e Planejamento entre outros atos. Pelo menos a autorização para professores se afastarem do país deixou de depender do beneplácito do ministro e do presidente da República. Foi uma economia de tempo e dinheiro.

Ao concluir, destacamos um trecho do meu discurso de posse como reitor no meu terceiro mandato, como reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, que resume as condições para que a universidade possa corresponder aos anseios da sociedade e cumprir o seu papel.

*“Por isso, a nossa crença inabalável na ideia de Universidade e a afirmação da Educação como um direito social e um investimento da sociedade, voltados para a promoção e o desenvolvimento humano”. Nossa crença provém, principalmente, da própria Universidade Federal de Santa Catarina, por conhecermos a importância do papel que representa para o desenvolvimento cultural, social, econômico e científico regional e nacional. O investimento em educação como um todo e na educação superior deve ser considerado um projeto prioritário e de importância estratégica para o país. Obviamente, implica a discussão dos recursos e seu financiamento. Embora compreendamos que o Estado deva ter função essencial nesse financiamento, cabe à sociedade como um todo responsabilidade e atenção ao financiamento da educação em todos os níveis, aí se incluindo a educação superior e as universidades públicas. Entretanto, é necessário que as instituições de ensino superior assumam, como parte integrante da sociedade e como agentes da educação superior, a iniciativa das ações necessárias à mobilização da sociedade que as mantém e a qual servem. Tal mobilização somente pode ocorrer com a sensibilização e participação dos cidadãos, dos vários setores da economia, dos meios de comunicação, dos parlamentares, das organizações governamentais e não governamentais, dos estudantes e seus familiares, enfim, de todos os agentes sociais envolvidos. Estimular a abordagem do tema e a percepção do papel desempenhado pelo ensino superior e a educação em todos os níveis, como condição necessária ao desenvolvimento econômico,*

*social e cultural sustentável deve constituir-se em uma das atribuições da Universidade e da comunidade acadêmica.*

*Entretanto, a sensibilização e consequente mobilização da sociedade em apoio à educação superior e às Universidades pressupõe forte vínculo, advindo da adequação entre o que a sociedade espera das Universidades e o que elas efetivamente fazem.*

*Embora a questão do financiamento e dos investimentos na educação superior e na educação como um todo seja importante e precedente, há que se buscar, também, a eficácia na gestão dos recursos e na administração dos mesmos pelos órgãos gestores nacionais, regionais e no âmbito das instituições de ensino superior.*

*Para as últimas, principalmente as universidades públicas, a autonomia para tratar de seus assuntos e gerir seus recursos é fundamental para garantir a eficácia da sua administração.*

*É mister, também, que tenhamos a compreensão de que o financiamento e a autonomia são condições necessárias, mas não suficientes, por si só, para garantir a qualidade da gestão universitária. A escassez de recursos e o contexto desafiador e competitivo requerem profissionalismo na gestão universitária, exigindo, sobretudo, o investimento na preparação de pessoal docente e técnico-administrativo para o exercício das atividades de administração. Sobretudo, é necessário garantir o esforço cooperativo e responsável de todos os componentes da instituição. Por isso, entendemos que a função primordial da administração de uma universidade é a de coordenar o esforço cooperativo das pessoas que a compõem, isto é, docentes, técnico-administrativos e alunos, buscando assegurar e alocar os recursos necessários para a concretização dos objetivos fins da instituição e zelando pelo compromisso social para com a sociedade que a mantém”.*

CA  
PÍ  
TU  
LO  
**08**



PRESIDENTE **MOZART RAMOS**  
(UFPE)  
**2002-2003**

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

*1º Vice-presidente:*

**Reitor Paulo Speller** (UFMT)

*Suplente:*

**Reitor Oswaldo Baptista Duarte Filho** (UFSCar)

*2º Vice-presidente:*

**Diretor-geral Carlos Alexandrino dos Santos**  
(CEFET – MG)

*Suplente:*

**Reitor Paulo Jorge Sarkis** (UFSM)



**EM BUSCA DE UMA  
AGENDA POSITIVA E  
DE UMA AUTONOMIA  
UNIVERSITÁRIA**

Guy Neave traduz com muita propriedade o desafio do que representa se antecipar ao seu tempo quando afirma: “Olhar para o futuro é uma atividade arriscada, como os profetas e os visionários aprenderam à sua própria custa: se o tempo da previsão é demasiado curto, podemos cair na situação desconfortável de enfrentar a contradição das nossas visões por uma realidade pouco respeitável; se o tempo é demasiado longo, a impaciência natural dos profanos acabará por minar o respeito pelo mais entusiasta dos visionários”. Essa “provocação” de Neave remete a universidade à ação estratégica de pensar o seu futuro, dentro de um equilíbrio temporal capaz de produzir respeito e confiança na sociedade.

O período em que fui reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), de 1996 a 1999 e de 2000 a 2003, foi marcado por um tempo que exigiu uma busca permanente de respeito e de confiança junto à sociedade, em função de uma difícil relação com o poder central. Apesar dos esforços, jamais, nesse período, foi possível construir uma agenda positiva, que permitisse às universidades pensarem numa estratégia de médio e longo prazo. O curto prazo fazia parte do nosso cotidiano e as crises eram permanentes. Em 2001-2002, tive o privilégio de assumir a vice-presidência da Andifes, ao lado do saudoso presidente Carlos Roberto Antunes dos Santos – reitor da UFPR. No biênio seguinte, ou seja, 2002-2003, assumi a presidência da entidade. Esse foi um duro e difícil período, talvez o mais complexo. Existem pelo menos duas boas razões para pensar assim: o segundo semestre de 2001 foi marcado pela greve mais longa do sistema federal de ensino superior – foram seis meses de greve, e o segundo semestre de 2002 foi marcado pela transição da presidência da República do Governo Fernando Henrique Cardoso, um governo de oito anos, para o então presidente eleito Luis Inácio Lula da Silva.

Aquele foi um período em que se iniciava uma nova ordem mundial, imposta pelo crescente processo de globalização, que exigia das instituições de ensino uma necessidade de se repensarem, especialmente no que concerne ao seu modelo de gestão. Os reitores tinham clareza de que o planejamento estratégico, movido por uma autonomia plena, em consonância com o artigo 207 da Constituição Federal de 1988, seria determinante para construir um processo de credibilidade junto à sociedade. Mas, como pensar numa autonomia plena quando não se tinha a confiança necessária junto ao governo federal? Naquela época, muitos textos foram produzidos sobre o tema e todos

---

*OS REITORES COMEÇARAM A TER SÉRIOS PROBLEMAS COM SUAS PRESTAÇÕES DE CONTAS. NA CONDIÇÃO DE PRESIDENTE DA ANDIFES, FUI NATURALMENTE MUITO PRESSIONADO PELOS DEMAIS REITORES NA BUSCA DE UMA SOLUÇÃO. ISSO EXIGIU, DE MINHA PARTE, PROCURAR O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU).*

---

se perguntavam “Quem tem medo da autonomia?”. Para muitos, o governo queria se ver livre do alto custo que representava, na sua concepção, o sistema federal de ensino superior. As universidades deveriam ser pagas, enquanto o governo federal deveria cuidar da educação básica, da sua universalização e de sua qualidade. Era preciso estabelecer prioridades. Manter o funcionamento pleno desse sistema, nesse período, não foi, portanto, uma tarefa fácil.

O modelo de gestão das Universidades Federais havia se esgotado, todos tinham clareza disso. Gradualmente, as universidades, para gerir os poucos recursos de que dispunham, e numa centralização do governo federal cada vez maior, começaram a se valer das suas fundações de apoio. O próprio governo incentivava esse instrumento de gestão, na contramão daquilo que pregavam os órgãos de controle. O exemplo mais crítico do uso das fundações se deu possivelmente na gestão dos hospitais universitários. Um deles, lembro-me bem, foi no uso dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) na contratação de pessoal para esses hospitais. No anseio de melhor atender às necessidades sociais, os hospitais se expandiram e diversificaram os seus serviços, mas não tiveram a contrapartida no que se refere à contratação de pessoal. O caminho encontrado pelos ministérios da Educação e da Saúde foi um decreto assinado por ambos, dando às universidades a possibilidade de usar parte dos recursos do SUS para esse fim, contando para isso com as fundações de apoio. A resposta veio rápida pelos órgãos de controle. Os reitores começaram a ter sérios problemas com suas prestações de contas. Na condição de presidente da Andifes, fui naturalmente muito pressionado pelos demais reitores na busca de uma solução. Isso exigiu, de minha parte, procurar o Tribunal de Contas da União (TCU), mais precisamente o seu presidente, Valmir Campelo, que, diga-se de passagem, foi extremamente sensível à situação dos reitores. Naquela oportu-

tunidade, o presidente do TCU tomou uma decisão histórica: reuniu em um almoço no TCU todos os egrégios conselheiros da Corte de Contas, a Andifes – representada por mim e pelo secretário-executivo Gustavo Balduino e o Ministério da Educação, representado pelo próprio ministro Paulo Renato Souza, o então secretário da Secretária de Ensino Superior (Sesu), Abílio Baeta Neves, e o Diretor Financeiro do MEC José Luiz Valente. E a decisão foi acertada naquele almoço: o MEC teria seis meses para abrir concursos públicos para os hospitais universitários, os reitores não poderiam contratar mais nenhum funcionário ou técnico para esses hospitais e o TCU, por sua vez, iria rever seus pareceres até então desfavoráveis aos reitores.

A busca por mais autonomia, e menos centralização, foi sempre uma tônica no cotidiano das universidades, mas sempre sem muito sucesso. Em alguns momentos, poucos é bem verdade, alguma pequena vitória acontecia, mas sempre não estruturante para o que um modelo de gestão exige.

A partir daquela época, comecei a escrever artigos de opinião nos jornais de circulação nacional, o que faço até hoje. Entendi que este poderia ser um espaço estratégico para levar à sociedade os avanços e os dramas de gerir uma universidade pública federal. E já no primeiro ano de gestão à frente da UFPE, em 1996, escrevi o artigo “Autonomia das Universidades”, quando relatei no corpo do artigo o

seguinte trecho: “*Em agosto deste ano, o Ministério da Educação encaminhará ao Congresso Nacional o Projeto de Lei propondo a autonomia financeira das universidades, cuja implantação se dará, nas perspectivas governamentais, no início do próximo ano*” (*Jornal do Comércio*, 26/03/1996).

Dois anos depois, o então ministro da Educação, Paulo Renato Souza, no artigo intitulado “Universidades Federais: Um desafio Político”, publicado no jornal O Globo de 14/04/1998, escreveu: “*Esta situação (das Universidades Federais) só será resolvida com*

---

A BUSCA POR MAIS  
AUTONOMIA, E MENOS  
CENTRALIZAÇÃO, FOI SEMPRE  
UMA TÔNICA NO COTIDIANO  
DAS UNIVERSIDADES, MAS  
SEMPRE SEM MUITO SUCESSO.  
EM ALGUNS MOMENTOS,  
POUCOS É BEM VERDADE,  
ALGUMA PEQUENA VITÓRIA  
ACONTECIA, MAS SEMPRE NÃO  
ESTRUTURANTE PARA O QUE UM  
MODELO DE GESTÃO EXIGE.

---



*a ampliação da autonomia universitária, estendendo-a também aos aspectos de orçamento e de pessoal (...) Com a autonomia, as universidades receberiam mais verbas globais e formulariam seu próprio orçamento”.*

E ainda hoje, vai e volta, se retoma a discussão da autonomia e sempre vale a pergunta: Quem tem medo da autonomia? Ao longo desses anos, alguns menos avisados chegaram mesmo a questionar por que seria necessário um projeto de lei para conferir autonomia às universidades federais. Isto porque o artigo 207 da Constituição garante autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial a essas universidades, obedecendo ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Em outras palavras, para esses mais otimistas, este artigo seria autoaplicável. Isso, entretanto, não se sustentava, nem junto ao Poder Executivo, nem junto aos órgãos de controle.

Na prática, o que se estava em jogo era a sobrevivência de um sistema federal de ensino superior e, portanto, a própria soberania do país, especialmente num cenário mundial de globalização crescente, de fluxos cada vez maiores, tanto no campo econômico como no político.

Nesse ambiente, os especialistas em educação superior, como o português Antônio Magalhães, apontavam a autonomia e a avaliação como palavras mágicas. Peter Maasen já acenava, naquela época, um cenário desafiador para as universidades, no qual os governos passariam a ter menor controle sobre o ensino e as próprias universidades, os recursos financeiros seriam mais escassos e competitivos, priorizando áreas de conhecimento e a demanda por ensino superior seria crescente, o que ele chamou de “assalto em massa à torre de marfim”. Esse cenário iria exigir uma maior autonomia para as universidades, de forma que, assim, elas pudessem captar recursos adicionais para se manterem.

O clima que imperava era de que a autonomia poderia ser sinônimo de desobrigação do governo com as universidades federais. No debate, as visões de instituições financeiras, como o Banco Mundial – BIRD, sempre traziam ingredientes adicionais. Na opinião de Willian Experton, então diretor do Banco, deveria se criar um ambiente propício para o setor privado participar da educação superior e aumentar a participação dos estudantes no custo de sua educação. Segundo ainda Experton, os países que tenham iniciado políticas apropriadas para fomentar a educação superior continuarão a ter o apoio

prioritário do Banco Mundial. O BIRD recomendava uma maior autonomia universitária como saída para a reforma do ensino público superior, especialmente a fim de diversificar e utilizar os recursos de forma mais eficiente.

Em outro campo de visão, surgia a UNESCO, que pregava que a concessão de autonomia universitária não deveria ser interpretada como uma política alternativa para forçar as instituições a conseguirem seus próprios recursos, seja a partir de contratos com indústrias, ou ainda introduzindo ou aumentando mensalidades universitárias, além de outros custos relacionados ao estudo. Segundo ainda a UNESCO, era preciso deixar claro para as universidades que a autonomia não poderia ser vista ou encarada como um caminho fácil do Estado para ser ver desobrigado das universidades.

Este clima de pouca confiança entre o governo federal e as Universidades Federais permeou todo o período de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, em outras palavras, uma agenda positiva para a implementação de uma autonomia universitária jamais foi possível.

Por essa razão, os reitores vislumbraram uma ótima oportunidade de se estabelecer uma agenda positiva quando das eleições presidenciais de 2002. Portanto, resolveu escrever, em nossa gestão à frente da Andifes, uma carta-compromisso aos presidentiáveis, como forma de estabelecer uma agenda de progresso para o país a partir de um pacto de expansão e de qualidade do ensino superior público federal. Tratava-se, pois, de um documento assinado por todos os dirigentes das instituições federais de ensino superior, associando expansão de vagas na graduação e na pós-graduação *versus* financiamento. O documento foi entregue a todos os candidatos que se comprometeram, naquela oportunidade, em o colocar na agenda da educação brasileira.

## ÚLTIMO ATO.

Um dos momentos mais críticos à frente da presidência da Andifes ocorreu no segundo semestre de 2002, quando na transição do governo Fernando Henrique Cardoso para o de Luis Inácio Lula da Silva. Naquela oportunidade, o grande desafio seria o de assegurar o repasse financeiro, dos últimos quatro meses daquele ano, para as IFES. Nos bastidores, cresciam os rumores de que o governo federal não faria mais esse repasse e deixaria isso para o novo governo. Isso ocorrendo, acarretaria uma crise financeira sem precedentes na história das IFES.

---

*A CHEGADA DE TODOS OS  
DIRIGENTES DAS IFES NO  
GABINETE DO MINISTRO FOI  
VISTA COMO UMA AFRONTE  
PELOS DIRIGENTES DO  
MEC. NA CONDIÇÃO DE  
PRESIDENTE DA ANDIFES, FUI  
CHAMADO PARA ATENDER UM  
TELEFONEMA PARA SABER O  
QUE ESTAVA ACONTECENDO.*

---

As limitações financeiras eram latentes. Lembro-me que, quando deixei a reitoria da UFPE, em 2003, e a própria presidência da Andifes, para assumir a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, o orçamento de custeio para toda a UFPE era da ordem de R\$ 19 milhões de reais, o mesmo que eu tinha, naquela época, apenas para o Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) desta secretaria!

A situação financeira era, de fato, crítica, e se os repasses dos últimos quatro meses não ocorressem, não seria

difícil imaginar o que iria ocorrer com as IFES. A decisão então tomada, por unanimidade, pelos dirigentes seria, num primeiro momento, de procurar a equipe de transição do governo Lula para relatar o problema e buscar uma situação que assegurasse o repasse financeiro para as IFES ainda no governo FHC.

A decisão estava tomada pelos dirigentes, precisaríamos ir a Brasília e procurar a equipe de transição de Lula para expor oficialmente o problema e buscar a solução, pois sabíamos que entrar 2003 com dívidas de quatro meses de um governo anterior traria um caos sem precedente na história das IFES.

Era uma bela manhã ensolarada em Brasília, que contrastava com o clima tenso no seio dos dirigentes das IFES. Ao chegar à sede da equipe de transição de Lula, não sabíamos exatamente quem procurar, pois o clima era de muita agitação e de tensão política. Após os primeiros contatos, ficava evidente que seria impossível, para o novo governo, arcar os últimos quatro meses do orçamento das IFES de 2002 para 2003. E aí veio a decisão mais difícil, deveríamos ir ao gabinete do ministro Paulo Renato Souza e de lá só sairíamos se o MEC assegurasse o repasse ainda em 2002.

A chegada de todos os dirigentes das IFES no gabinete do ministro foi vista como um afronte pelos dirigentes do MEC. Na condição de presidente da Andifes, fui chamado para atender um telefonema para saber o que estava acontecendo. Quando disse da decisão tomada, o clima esquentou de vez. A imprensa estava presente e acompanhava tudo. E, após um período de

tensão entre as partes, fomos então recebidos pelos dirigentes do MEC e um acordo foi firmado, de repasse dos últimos três meses, ficando apenas o de dezembro para o próximo governo.

Esse dia jamais saiu da minha memória e ali entendi com clareza qual o verdadeiro papel de um presidente da Andifes.

CA  
PÍ  
TU  
LO  
**09**



PRESIDENTE **WRANA PANIZZI**  
(UFRGS)  
**2003-2004**

DIRETORIA EXECUTIVA:

*1º Vice-presidente:*

**Reitor José Fernandes Lima** (UFSE)

*Suplente:*

**Reitor Cícero Mauro Fialho Rodrigues** (UFF)

*2º Vice-presidente:*

**Diretor-geral Marcelo José Pedrosa** (ESAM)

*Suplente:*

**Reitor Jonas Pereira Filho** (UFAC)



**O ARAUTO QUE ANUNCIA  
O INÍCIO DE UM NOVO  
TEMPO: UNIVERSIDADE  
E MUDANÇA SOCIAL**

Escrever sobre o tempo que passou é sempre uma tarefa que exige um certo esforço e a realização de um recorte por parte daquele que se ocupa em contar a história de um tempo que passou. Aquilo que tenho na memória pode ser para muitos apenas reminiscências de alguém que esteve na direção da Andifes por algum tempo. Muitas daquelas coisas – memórias de um tempo que passou – que guardo comigo fazem parte da história da referida instituição e estão registradas em diversos suportes. Algumas, são somente minhas como, por exemplo, as impressões que tive ao assumir a Andifes e pela primeira vez responder institucionalmente por esta. Outras, preciso dos outros para lembrar, pois delas detenho apenas uma parte, um ponto de vista. Neste sentido, a solicitação para escrever um texto relatando um pouco da história da Andifes, com base no período em que estive como presidente desta entidade no biênio 2003/2004 de pronto me inquietou e me fez perguntar a mim mesma onde afinal estaria a memória da Andifes?

E refletindo alguns dias sobre isso, outras perguntas surgiram. Estaria essa memória assentada no processo histórico de seus mais de 20 anos de atividades e no conjunto de suas ações, de seus feitos e de suas práticas político-institucionais, estas, registradas na historiografia oficial da instituição e, portanto, compondo sua memória histórica? Ou, talvez, dispersa e não sistematizada sendo eu, assim como outros dirigentes desta, apenas detentores de fragmentos deste tempo que passou e, portanto, herdeiros de um ponto de vista apenas, este, ligado apenas a minha vivência e experiência individual quando na direção da instituição tive assento? Ou, ainda, estaria, no somatório desses pontos de vista, e por isso não me lembro de tudo, pois preciso dos outros para essa memória coletiva aceder? Ou, ainda, encontra a sua fundamentação na memória coletiva daqueles que por lá passaram e que com a instituição em algum momento interagiram?

Certamente esta publicação, ao reunir um conjunto de duas dezenas de artigos, quer caminhar nesta direção, qual seja, da construção e reconstrução deste percurso, onde, podemos encontrar uma memória coletiva cujo pertencimento ultrapasse os limites dos indivíduos, dos tempos datados e acabados. Pensando nisso, lembro-me de Maurice Halbwachs, com o seu clássico estudo “La Memoire Collective”, editado e publicado, ainda em 1950, na França. Nele o autor já expunha as suas reflexões, nas quais dizia que é impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças

ças se não tomarmos para o ponto de aplicação os quadros sociais reais que servem de pontos de referência nesta reconstrução que chamamos memória. E, mais, associava-se à Durkheim que insistia com vigor no fato de que os sistemas de classificação sociais e mentais tomam sempre por fundamento os “meios sociais efervescentes”.

Para ele a memória pode ser individual, na qual se verifica através de relatos vividos que a mesma está relacionada à trajetória das pessoas e muito pouco na trajetória da instituição. Serve mais como um “acerto de contas” com o passado e com o tempo presente. Outrossim, quando olhamos para os relatos da historiografia oficial e aqueles prestados por dirigentes, assessores, autoridades percebe-se que existe uma memória coletiva que não pertence tão somente aqueles que por lá passaram ou somente à instituição, mas sim a todos que a compartilharam. Neste sentido, Halbwachs, faz a distinção entre a memória histórica, de um lado, que supõe a reconstrução dos dados favorecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado. E, a memória coletiva, de outro lado, aquela que recompõe magicamente o passado.

É na perspectiva e no trânsito entre esses tipos de memórias que pensamos poder contribuir para a construção e consolidação de uma memória que dê sentido de compromisso social e coletivo às trajetórias percorridas. Deixamos a todos e a cada um dos leitores, o desafio de perceber os efetivos avanços na trilha da constituição da Andifes como “res publica”, como um espaço público de todos e, portanto, fruto de um trabalho e de uma memória que não é só minha, que não é somente da instituição, mas que é nossa, é coletiva. E, é sobre essas reminiscências de um tempo que passou que discorrerei daqui para diante.

## 1. REMINISCÊNCIAS I

Há dez anos, junto com o Reitor José Fernandes de Lima, este como vice-presidente, assumimos a direção da Andifes. E o fizemos sustentados pela crença que temos na força da educação brasileira e no papel da Universidade Pública como promotoras da competitividade econômica, da cidadania, da democracia, da igualdade social e do desenvolvimento sustentável. Assumimos com o compromisso de afirmação e consolidação do sistema público federal de educação superior que reunia, à época, 53 instituições de

ensino superior, presentes em todos os estados brasileiros. O fizemos, também, com base em dois princípios norteadores de nossas ações: a educação como **um bem público** e o conhecimento como **patrimônio social**. Daí a defesa do acesso universal à educação e a uma formação profissional qualificada capaz de promover a inserção dos jovens brasileiros no mundo do trabalho contemporâneo e à vida social, cultural e cidadã de nosso país. Neste sentido, o fundamento e sustentação de todas as nossas ações, tanto as de ontem quanto as hoje, sempre foi a profunda convicção de que a educação superior é um dos componentes mais importantes e estratégicos de um **projeto social e de nação** que é aberto ao universal, mas que se quer soberano e singular no concerto das nações.

Era o início de um novo século e de um outro milênio. Era o fim de um período econômico-social marcado pelo neoliberalismo com a consequente crise internacional que atingiu a todo o conjunto dos países centrais e com fortes consequências para os países emergentes e periféricos. Começava para o Brasil um novo tempo com a retomada do planejamento e do desenvolvimentismo. Um tempo em que a permanente disputa entre mercado e estado começava, aos poucos, a dar espaço a este último como agente principal das ações de desenvolvimento econômico e social, indutor do crescimento. Começava, também, um novo governo e uma nova proposta política. Havia esperança.

Se a Universidade Pública Brasileira vivia, à época, uma grande crise, a situação não era diferente no conjunto das instituições universitárias do continente e, mesmo do conjunto internacional dos países. De fato a Universidade Pública no mundo inteiro enfrentava uma das maiores crises da sua multicentenária história. Dizia-se que a própria sobrevivência da uni-

---

*ASSUMIMOS COMO  
COMPROMISSO DE AFIRMAÇÃO  
E CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA  
PÚBLICO FEDERAL DE EDUCAÇÃO  
SUPERIOR QUE REUNIA, À  
ÉPOCA, 53 INSTITUIÇÕES DE  
ENSINO SUPERIOR, PRESENTES  
EM TODOS OS ESTADOS  
BRASILEIROS. O FIZEMOS,  
TAMBÉM, COM BASE EM DOIS  
PRINCÍPIOS NORTEADORES DE  
NOSSAS AÇÕES: A EDUCAÇÃO  
COMO UM BEM PÚBLICO E  
O CONHECIMENTO COMO  
PATRIMÔNIO SOCIAL.*

---



versidade contemporânea, calcada nos valores da pertinência, da qualidade e da equidade, no cumprimento de suas funções de criação, transmissão e difusão do conhecimento, estava em jogo, no contexto de uma economia de mercado derivada de uma sociedade fortemente globalizada.

A crise e as limitações da educação superior e da Universidade Pública se expressavam como consequência da dramática diminuição do financiamento público e da perda de seus quadros de professores, pesquisadores, técnico-administrativos e a consequente diminuição do acesso e incorporação de jovens brasileiros às atividades de formação educacional. Mas, esta crise se constituía, para além do financiamento, em se redescobrir o papel da universidade. Uma nova universidade sim, voltada para as necessidades de uma sociedade em constante mudança e para promoção da equidade de oportunidades a todos os cidadãos onde modos de pensar e produzir o conhecimento devem ser pensados a partir da utilização de novos recursos tecnológicos onde cada vez mais, se faz necessário rever velhas abordagens e métodos de ensino.

Contudo, a Universidade Pública, a esse tempo estava a navegar contra a maré e era alvo de muitos questionamentos que colocavam em cheque o seu fins e propósitos. A qualidade do ensino era questionada, a infraestrutura física era precária e muito pouco ou nada se investia na manutenção e na melhoria dos equipamentos existentes. O número de professores e técnico-administrativos necessários para o bom andamento e para o cumprimento dos fins da Universidade Pública estava, há muito tempo, aquém do mínimo desejado. Não se investia em pesquisa e eram poucas as bolsas de iniciação científica e de pós-graduação bem como a quantidade de recursos destinados à pesquisa pelos órgãos de fomento, bastante restritos.

Mas a Universidade Pública, apesar dos pesares, resistia. Eram poucos recursos os recursos humanos e financeiros e, esta, como um cacto no meio da estiagem resistia à míngua com o pouco de água – pessoas e recursos humanos e financeiros que possuía – que tinha em seu interior. Mas, na verdade o Sistema Federal de Educação fez mais do que “resistir”, fez mais do que buscar cada uma das universidades isoladamente, a solução de suas demandas em nome de suas próprias instituições consideradas individualmente. Elas resolveram através da Andifes, estabelecer uma relação sinérgica entre todo o sistema de ensino superior federal numa associação seme-

lhante aquela da alga com o fungo – o líquen – que garante a sobrevivência de ambos em situações bastante desfavoráveis.

E, a situação naquele momento era, deveras, desfavorável. Mas tínhamos a clareza que não há como se construir uma nação se não tivermos um projeto de universidade voltado para este fim e propósito. Pois, de nada adianta termos grandes reservas de cristais naturais de quartzo e produzirmos aproximadamente 6.000 toneladas ao ano enquanto o Estados Unidos tem uma produção de cerca de 450 toneladas ao ano, se não temos a tecnologia para produzir processadores de modo que, acabamos por comprar estes do último e/ou licenciando tecnologias e processos a um custo altíssimo. E, é aí que entra a universidade, é nela que se deve fazer pesquisa e investir-se na descoberta de novos processos e tecnologias. Mas isso só acontece quando investimos recursos e formamos capital humano de alto nível, o quê, exigia à época a ampliação dos investimentos e repasses as universidades. Mas não só isso era necessário ampliar o número de vagas, se pensar em políticas de permanência e manutenção destes jovens na Universidade e de, ter-se nelas, pesquisadores e técnico-administrativos capazes de despertar nesses o gosto pela ciência. E isso só é possível quando operamos com um projeto de universidade pautado na qualidade e excelência formativa de seus quadros docentes, discentes e técnico-administrativos.

Foi, portanto, com isso em mente que iniciamos a nossa gestão da Andifes e daí decorreram pelo menos duas, das muitas frentes de ação com as quais nos ocupamos no período em que estivemos à frente da referida instituição. Uma internacional voltada à defesa da universidade como um bem público estatal global; e, outra, ancorada na necessidade e na importância de se conceber a Universidade Pública brasileira, constituída enquanto um sistema de instituições, como elemento promotor da mudança e do fortalecimento do desenvolvimento local a partir de sua interiorização pois, estando perto das pessoas, a Universidade Pública, teria, grosso modo, maiores chances de incidir de forma direta na realidade daqueles que a financiam seja direta, ou indiretamente, amenizando assim, as profundas desigualdades territoriais e de oportunidades existentes em nosso país.

Em termos internacionais é importante destacar a permanente preocupação no sentido da participação do Brasil nas discussões, formulações de propostas e da resistência à inclusão da educação superior como um serviço

a ser regulamentado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) no contexto do Acordo Geral de Serviços (GATS). Nesta direção merece destaque as articulações, as ações organizadas, as diferentes formas de divulgação e discussões preparatórias e a elaboração da proposta representando as Universidades Públicas do continente latino-americano, junto à II Conferência Mundial de Educação Superior, promovida pela UNESCO e realizada, em junho de 2003, em Paris, onde a Andifes teve significativa atuação.

Estas atividades ocorreram em parceria com o Grupo Montevideu de Universidades, a primeira na Universidade da República, no Uruguai, também, em junho de 2003. E, a segunda, no Brasil, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, ou seja, a II Reunião do Pleno do Conselho Universitário Ibero-americano (CUIB) com o objetivo de reafirmar os compromissos assumidos na I Conferência Mundial de Educação Superior ocorrida em 1998. Nesta reafirmou-se a função estratégica da educação superior para o desenvolvimento das nações; conclamou-se o direito de acesso de todos os cidadãos e o dever do Estado em prover a educação superior com pertinência social e qualidade. Do ponto de vista da memória coletiva, tais reminiscências que aqui evoco, são importantes para que compreendamos com maior clareza essas discussões e o modo como, posteriormente, a Andifes, irá atuar com vistas a ampliar o horizonte das Universidades que a compõem e em prol de determinadas bandeiras de luta tanto no âmbito nacional quanto internacional.

## 2. REMINISCÊNCIAS II

Sendo assim, essas discussões e reuniões foram importantes para o fortalecimento da atuação da Andifes e a ampliação de sua atuação no âmbito do sistema federal de educação superior. Mas, certamente o fato mais relevante do período, atividade histórica para a Andifes e para a Universidade Pública brasileira, foi a reunião ocorrida, pela primeira vez entre o conjunto dos dirigentes das IFES com o Presidente da República. Algo, até então inédito na história da instituição.

Na ocasião o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu, em 5 de agosto de 2003, no Palácio do Planalto, a Proposta de Expansão e Modernização do Sistema Público Federal de Ensino Superior. Proposta está que ia diretamente ao encontro a uma das principais frentes de luta da Andifes, qual seja, de ter a

Universidade Pública brasileira como elemento promotor da mudança e do fortalecimento do desenvolvimento local a partir de sua interiorização. Na ocasião, segundo a historiografia oficial, a proposta foi apresentada e entregue também aos Ministros da Educação, da Ciência e Tecnologia, da Comunicação do Governo e da Gestão Estratégica, entre outros, além de representantes de entidades ligadas ao ensino superior e parlamentares.

Momento este, histórico para a Andifes, que representou, parafraseando Neil Armstrong, um pequeno passo para o governo, mas um salto gigantesco para a universidade e projeto de nação desejado pelos dirigentes das instituições federais de ensino superior. Teve ainda, um papel estratégico para o futuro próximo da Universidade Pública brasileira na medida em que no seu teor, reafirmou princípios, conceituou um novo entendimento acerca das instituições universitárias existentes, mas, sobretudo, vinculou sua atuação à promoção de um novo projeto de nação e desenvolvimento econômico, social, cultural e político para o Brasil.

A proposta, em síntese, apresentava um conjunto de 13 metas a serem implantadas nos quatro anos seguintes. Estas, amplamente debatidas pelos colegas reitores e dirigentes da Andifes, abordavam muitos aspectos presentes no Plano Nacional de Educação e no próprio programa do governo vigente. Tratava-se pois, de um conjunto muito concreto de ações voltadas à expansão universitária, em termos de graduação e pós-graduação; de fortalecimento das relações entre a Universidade e a Sociedade (movimentos sociais, setores produtivos, empresariais e governos); de interiorização da ação e presença das IFES; da expansão dos cursos noturnos e reafirmava o comprometimento da universidade com uma formação educacional capaz de promover a inserção dos jovens estudantes no mundo do trabalho e na vida cidadã.

---

*NA OCASIÃO O PRESIDENTE  
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
RECEBEU, EM 5 DE AGOSTO DE  
2003, NO PALÁCIO DO PLANALTO,  
A PROPOSTA DE EXPANSÃO E  
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA  
PÚBLICO FEDERAL DE ENSINO  
SUPERIOR. PROPOSTA ESTÁ QUE  
IA DIRETAMENTE AO ENCONTRO  
A UMA DAS PRINCIPAIS FRENTE  
DE LUTA DA ANDIFES*

---

Sem dúvida este documento representou um marco efetivo na consolidação e na expansão do sistema universitário brasileiro. Eu diria mesmo que seu papel foi e continua sendo definidor de um novo tempo para a Universidade Pública que encontrou suporte, ainda que merecendo alguns reparos, nos programas PROUNI e REUNI propostos algum tempo depois pelo Ministério da Educação, como parte do conjunto de suas estratégias e ações. Nestes a Andifes e o conjunto dos dirigentes reitores tiveram relevante papel de liderança.

### 3. REMINISCÊNCIAS III

Ainda, na perspectiva de afirmação de uma atuação sistêmica e de promoção da organicidade do Sistema Federal de Educação Superior, a Andifes buscou levar estas discussões ao conjunto de todas as instituições nas mais diferentes regiões do país chegando a lugares que a Universidade ainda não se fazia presente. Foi com isso em mente que, a Andifes, promoveu cinco seminários regionais sobre Reforma Universitária cuja pauta centrou-se nos principais temas a ela vinculados, reunindo além dos dirigentes da Andifes e das IFES grande parte da comunidade universitária. Eram professores, pesquisadores, técnico-administrativos e estudantes que discutiam e debatiam como deveria ser a reforma e o que ela deveria privilegiar.

Foram muitos os temas e questões com os quais esses seminários regionais se ocuparam, mas em seu conjunto, destacaram-se os debates e discussões acerca da democratização do acesso e expansão, na região sul, ocorrido na UFPR; da Ciência, da Tecnologia e da Inovação, na região Sudeste, na UFS-Car; dos currículos, da responsabilidade social e da avaliação na região Norte, na UFPA; da autonomia, do financiamento e da gestão, na região Nordeste, na UFPB; e, os temas carreiras e relações de trabalho, foi privilegiado na região Centro Oeste, na UFG. Como resultado destes encontros surge à proposta da Andifes de chamamento e construção de uma Universidade Século XXI.

É, portanto, no entrecruzamento de trajetórias pessoais de diferentes gestores que ao longo dos anos estiveram na direção da Andifes com aquilo que no conjunto sonhamos e fazemos juntos que, hoje, aqui, apresentamos o registro escrito dessa história a partir do relato daqueles que por ela passaram. Neste sentido, não advogo em prol de feitos e conquistas realizadas no período em que, junto com o Lima, estivemos à frente da Andifes. Também, não antagonizo aqueles que passaram por lá antes de nós, nem os que nos

sucederam. Apenas busco, como diria Maurice Halbwachs, a partir de excertos de falas registradas nas atas que solicitei à secretaria da Andifes, rememorar esse tempo que sem a contribuição daqueles que vieram depois e preservaram esses documentos seria, aqui, impossível resgatar. É tempo, portanto, de fazer com que os muitos avanços já conquistados se mantenham e que, novas bandeiras de luta emergjam dos lugares mais distantes e recônditos do país.

---

*ANDIFES ESTÁ AÍ PARA APOIAR  
E LUTAR POR UM PAÍS CADA VEZ  
MAIS JUSTO E IGUALITÁRIO,  
PARA FOMENTAR ATRAVÉS DE  
SEUS DIRIGENTES E DAS IFES A  
ELA LIGADAS UM PROJETO DE  
NAÇÃO PAUTADO NA EDUCAÇÃO  
PARA UM NOVO TEMPO.*

---

Se tais mudanças foram debatidas e construídas nos grandes centros urbanos onde, então, estavam as 53 IFES que compunham à época a Andifes, acredito que, as próximas, virão daquelas que surgiram desse movimento de expansão e interiorização das Universidades Públicas pois, essas, diferentemente daquelas, têm demandas e necessidades que, grosso modo, encontram-se até certo ponto superadas nos grandes centros. E, a Andifes, está aí para apoiar e lutar por um país cada vez mais justo e igualitário, para fomentar através de seus dirigentes e das IFES a ela ligadas um projeto de nação pautado na educação para um novo tempo. Mas, sobretudo, uma universidade sintonizada com a sociedade.

#### 4. EPIFANIAS DE UM NOVO TEMPO

Se, um elefante incomoda muita gente, dois incomodam muito mais. Imagine então, todos os reitores das instituições federais de ensino superior reunidos na Andifes. Ainda mais quando, esses, através da Andifes, apresentam através dessa coletânea de textos assento a uma das características, popularmente, atribuída ao ilustre paquiderme do dito popular, qual seja, a memória. Nesse sentido, mais importante que fazer é, também, guardar a memória desses feitos e aprender com eles para que, não caímos nos mesmos erros daqueles que vieram antes de nós. Pois, como a história nos mostra, não se basta ter força e poder de fogo se não aprendermos com nossos erros e com o dos outros.

Erros esses que fizeram a Alemanha perder grande parte de seu contingente militar na invasão da Rússia e, mais tarde, perder a guerra. Mas, o *fuher* em sua prepotência e alheio aos registros históricos e a memória de outros grandes chefes militares cometeu, quase um século e meio depois, o mesmo erro que o exército francês cometerá com Napoleão em 1812 em campanha semelhante em território soviético. Desta maneira, essa retomada da história da Andifes e daqueles que por ela passaram não deve apenas servir como um mero livro que virá a decorar prateleiras de gabinetes e instituições, muito menos, em ser mais uma linha apenas a ser adicionada no item produção do currículo lattes. Mas deve, sobretudo, ser um instrumento de mudança social, de retomada de ideias, princípios e reflexões que, permitam aqueles que têm hoje a difícil tarefa de dirigir a Andifes, contar com o apoio e a memória dos outros para escrever mais uma página na história da referida instituição.

Nesse sentido, aqui retomo o título do relato e anuncio como o fez o arauto em tempos outros, o início de um novo tempo. Um tempo em que a universidade é parte integrante de um projeto de nação. Um tempo em que ao democratizar o acesso a ela, acaba por promover a inclusão social e duradoura daqueles que, doutra forma, estariam dela alijados. Um tempo em que possamos ter um diálogo autônomo entre iguais. Um tempo em que a universidade torna-se de fato uma instituição promotora de mudanças sociais efetivas.

O tempo, diferentemente daquele que retomo em minhas reminiscências é outro. E, é hora de darmos mais um passo em direção aquilo que desejamos para nosso país. É o momento de fazermos da experiência da Andifes e do sistema federal de ensino superior, referência mundial em ensino, pesquisa e extensão. Há, ainda, muita coisa a fazer, isso, eu afirmo com plena convicção e certeza. Mas é necessário e possível fazer mais, sobretudo, no que se refere à questão e a prática da autonomia universitária. É preciso, também, aprofundar e clarear a visão que temos hoje sobre o que está acontecendo com a universidade no mundo e quais as características e tipos de instituições do sistema de educação superior são necessárias para o desenvolvimento regional e local do país. Nesse sentido, consolidar as nossas instituições com base na construção de um espírito de “corpus” institucional verdadeiramente transparente, democrático e efetivamente participativo é uma necessidade premente. Algo que, só conseguiremos construir se houver um processo efetivo de abertura da universidade para a sociedade, em especial, no sentido

de a primeira dar ouvidos para as necessidades da segunda, assumindo, essa última, também o papel antecipador de pensar para além do tempo presente. Respostas para tudo, nem eu nem a Andifes temos. Mas fica nesse pequeno relato que aqui trago, minha singela contribuição para com as gerações futuras e para aqueles que, mais adiante, assumirão a direção da Andifes.

## ALGO A SE CONSIDERAR

A memória desse tempo que passou está aí, não só a minha como a dos outros e a da própria instituição. Cabe, portanto, a você que lê essas linhas fazer a opção de considerar aquilo que julgue importante e pensar a atuação da Andifes daqui para diante. Mas, não esqueça, sempre estaremos aqui, na memória daqueles que por aqui passaram, nas atas está a memória de tudo aquilo que foi discutido e debatido e nesse relato trago apenas um recorte finito dessa realidade, daquilo que hoje, passados cerca de 10 anos, considero digno de nota e que, de forma alguma, deve ser esquecido.

Contudo, não posso terminar esse texto sem deixar um registro: a lembrança do reitor Carlos Antunes. Professor, pesquisador, reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), secretário do ensino superior do MEC, parceiro de lutas e crenças, mas, sobretudo, um sempre amigo a quem presto saudosa homenagem. Encerro, aqui, algumas das reminiscências que ocupam a minha memória e o tempo que, junto com o reitor José Fernandes de Lima e demais membros da diretoria estivemos na direção da Andifes.



CA  
PÍ  
TU  
LO  
**10**



PRESIDENTE **ANA LÚCIA GAZOLLA**  
(UFMG)  
**2004-2005**

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

*1º Vice-presidente:*

**Reitor Cícero Mauro Fialho Rodrigues** (UFF)

*Suplente:*

**Reitor Paulo Jorge Sarkis** (UFMS)

*2º Vice-presidente:*

**Reitor Manoel Malheiros Tourinho** (UFRA)

*Suplente:*

**Reitor Manoel Catarino Paes Peró** (UFMS)



**UM TEMPO DE  
REALIZAÇÕES  
COLETIVAS**

Como dirigente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tivemos a honra de presidir a Andifes no biênio 2004-2005. Foi, sem dúvida, uma experiência única em nossa vida pública, pelos amigos que fizemos e pelas realizações que alcançamos conjuntamente. Pudemos nos debruçar, naqueles encontros em todo o Brasil, sobre os pontos que nos pareciam decisivos para o futuro do Sistema Federal de Educação Superior no Brasil. Assinalamos, em oportunidades diversas, o caráter estratégico da educação superior, a necessidade de sua expansão qualificada e democratizante, insistindo em que ela não devia, em hipótese alguma, ser considerada uma prioridade menor, mesmo diante dos inúmeros desafios com que o país se defrontava. Dez anos já se passaram desde então e temos evidências de que, além de promovermos uma escuta atenta e consequente, fomos ouvidos e soubemos agir em situações decisivas para os rumos da universidade pública brasileira.

Coube à Andifes um papel de suma importância no debate e na construção da agenda da chamada Reforma Universitária. Nossos trabalhos desenvolvidos com a equipe do Ministério da Educação puderam atestar a seriedade e a sensibilidade com que enfrentamos as questões relativas à educação superior federal que já estavam pautadas no contexto nacional. São exemplos de avanços as vagas de docentes e servidores técnico-administrativos colocadas em concurso — em números superiores aos efetivados nos oito anos anteriores — e o processo de expansão do sistema, com a criação de novos *campi* e de novas unidades universitárias. A reposição de vagas, ainda insuficiente, não se fazia de forma a permitir que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) exercessem adequadamente seu planejamento. Em um esforço conjunto com o governo federal, passamos a recuperar em nossas IFES a força de trabalho perdida ao longo dos anos, de tal forma que pudéssemos assumir, de forma plena, a gestão de nosso quadro de pessoal. Marco importante foi a criação do Fórum das Estatais em defesa da Educação Pública, sinalizando, para a comunidade universitária e para nós, dirigentes das IFES, o lugar estratégico conferido pelo governo federal à educação pública brasileira. O orçamento anual de 2005 trouxe duas novidades: o aumento real dos recursos para a manutenção das IFES e o acordo com o MEC para que tais recursos estivessem inteiramente previstos na lei que definia o orçamento anual da União. Com esse procedimento, a emenda Andifes/2005 possibilitou às IFES e ao MEC a negociação com o Congresso Nacional, voltando, pois, a cumprir sua finalidade original.

Com justificado orgulho, na condição de servidores federais e dirigentes das IFES, dedicados à qualificação cada vez mais pronunciada da educação superior pública brasileira e comprometidos com os demais níveis do processo educacional, partilhamos a compreensão de que o desafio de propiciar uma educação básica de qualidade a amplas camadas da população deveria continuar sendo uma prioridade nacional. Certamente as IFES muito contribuíram e continuam contribuindo para esse tema. A missão estava posta no plano nacional, diante de uma sociedade ainda fortemente marcada pela exclusão e pela desigualdade. Com a clara consciência da responsabilidade de todos os que atuávamos no campo da educação pública para com o desenvolvimento nacional de uma agenda comum, em que expusemos algumas de nossas preocupações relativas aos problemas enfrentados pelas IFES, indicamos e demos mostras da inequívoca disposição de lutar, com os instrumentos próprios à universidade, para a construção de um país próspero e socialmente justo.

As contínuas mudanças no cenário político nacional estendem-se — e não poderia ser de outro modo — às nossas instituições de ensino superior. Universidades — e é esta sua identidade maior — nascem da confiança no conhecimento como forma de libertação de quaisquer obstáculos ao direito de homens e mulheres construir uma vida sempre mais digna e sempre mais humana. Compromissada perenemente com valores humanistas, a instituição universitária mantém sempre uma dupla fidelidade — fiel à defesa da liberdade no cultivo do conhecimento e fiel à extensão dos benefícios decorrentes do conhecimento a parcelas cada vez mais amplas da população. O conhecimento, na diversidade de suas áreas, nas ciências e nas artes, nas tecnologias e na cultura, será sempre um instrumento contra a miséria que avilta, a ignorância que oprime e o medo que paralisa. Em uma sociedade como a brasileira, os ideais de excelência e de relevância sempre orientaram a ação de nossas IFES. A excelência acadêmica, em nossa compreensão, só poderia ser, e permanece sendo, entendida se vinculada a um projeto de construção de uma nação fraterna, solidária e justa, em que a riqueza e a qualidade de vida geradas pelo conhecimento sejam repartidas a todos. Nesse sentido, a extensão universitária passou a assumir uma notável contribuição, fazendo-nos presentes em inúmeros municípios do país e trazendo de volta à universidade os saberes populares que, no cotejo com os saberes acadêmicos, nos

enriqueciam a todos. Percebíamos e insistíamos, naquele contexto, em que a sociedade brasileira carecia de uma vinculação política entre universidade pública e desenvolvimento nacional solidário. Passamos a entender a importância da vinculação necessária entre uma universidade ativa e uma nação soberana, implementando ações, a partir daí, que buscassem dar concretude a essa relação como prioridade estratégica.

No horizonte das discussões a propósito de uma reestruturação da educação superior no país, achamo-nos diante de uma oportunidade singular. Mais do que em qualquer outro momento histórico, as condições para as transformações desejadas estavam dadas. Dispúnhamos de um parque universitário robusto e estavam identificados muitos dos obstáculos que nos impediam de avançar. A concretização da autonomia, meta histórica da Andifes, parecia estar mais próxima do que nunca e as chances de parcerias entre o Estado e a universidade poderiam nos oferecer as condições das mudanças que almejávamos.

Em nossa pauta ocupava lugar de destaque a autonomia de nossas instituições. Com espírito público, coragem e responsabilidade, buscávamos um novo patamar: o da autonomia que, nos países de maior desenvolvimento e mesmo no Brasil, como já atestava o sistema estadual paulista, sempre criou condições de expressivo avanço para as universidades. Estávamos imbuídos, naquele momento, da necessidade de uma distinção necessária e equilibrada entre autonomia e soberania, do cultivo da liberdade responsável e da prestação de contas permanente à sociedade. A autonomia não se afigurava como uma contingência momentânea, mas como um processo que se construiria ao longo do tempo. Por isso, em parceria com o MEC, passamos a atuar em dois eixos paralelos, que nos permitiriam atingir, gradualmente, patamares mais e mais avançados. O primeiro desses eixos visava a resolver uma inacreditável contradição

---

*NO HORIZONTE DAS  
DISCUSSÕES A PROPÓSITO  
DE UMA REESTRUTURAÇÃO  
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO  
PAÍS, ACHAMO-NOS DIANTE  
DE UMA OPORTUNIDADE  
SINGULAR. MAIS DO QUE EM  
QUALQUER OUTRO MOMENTO  
HISTÓRICO, AS CONDIÇÕES  
PARA AS TRANSFORMAÇÕES  
DESEJADAS ESTAVAM DADAS.*

---

legal: tínhamos, em 2004, menos autonomia do que antes da Constituição que havia definido esse preceito. O grupo de trabalho MEC/Andifes, nomeado pelo então Ministro Tarso Genro, passou a examinar alternativas legais para remover os obstáculos normativos que afetavam e dificultavam sobremaneira a gestão de nossas instituições. Conflitos entre pareceres de distintas instâncias governamentais e a retirada das procuradorias jurídicas do âmbito da universidade somavam-se a uma ampla quantidade de procedimentos meramente burocráticos que consumiam, reiteradamente, excessivas energias das IFES e do MEC. Solucionados tais impasses, poderíamos avançar decisivamente na direção da autonomia, enquanto as questões de fundo, mais complexas e polêmicas — financiamento, planos de carreira e instrumentos de controle — seriam tratadas — e este é o segundo eixo — em projeto de lei orgânica. A edição da Portaria 1496, publicada no Diário Oficial da União em 4 de maio de 2005, constituiu avanço significativo no primeiro eixo.

A autonomia seria, de fato, o único instrumento capaz de dotar as instituições federais de ensino superior da flexibilidade necessária para que pudessem ampliar o uso dos recursos acadêmicos nelas disponíveis. Política de pessoal, criação de cursos inovadores, mentalidade proativa em relação à sociedade e ao setor de produção de bens e serviços — havia, ainda, um espaço significativo a ser ocupado pela universidade pública. Nela se concentrava e ainda se concentra a ampla maioria da pesquisa feita no país; é ela a formadora da competência científico-tecnológica instalada no Brasil. A indústria aeronáutica nacional e o salto da produtividade na agricultura brasileira, entre outros indicadores daqueles anos, exemplificaram e foram, em grande parte, consequência da qualidade de nossas instituições públicas. Portanto, entendemos como justa a reivindicação de que fossem asseguradas, mediante compromisso de Estado, as condições que possibilitassem à universidade pública federal permanecer como referência da educação superior no país. Tal meta impunha-se, com mais urgência, no momento em que o ensino privado superior se expandia de forma desordenada. Os dados disponibilizados pelo censo Inep/2003 eram preocupantes: mais de 70% de nossos estudantes de ensino superior estavam em instituições particulares. Nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, economicamente mais favorecidas, as instituições privadas constituíam, aproximadamente, 80% do sistema educacional. Nas regiões Norte e Nordeste, o percentual, embora mais equi-

librado, era favorável às instituições públicas — em torno de 55%. Diante de um cenário que indicava que apenas 9% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos tinham acesso à educação superior, tínhamos clara a necessidade de uma expansão mais equilibrada e do papel que caberia às IFES para promover a mudança no patamar. E, ao contrário do que se propala ainda hoje, é no ensino superior público que se concentravam os estudantes oriundos das camadas populares, como vêm atestando diversos estudos. Pesquisa patrocinada pela Andifes em 2004/2005, com o apoio da Sesu-

MEC, revelou que quase a metade dos alunos das IFES brasileiras pertencia a famílias com renda mensal inferior a quatro salários mínimos, o que evidenciava a necessidade, para além da expansão, da implementação de políticas permanentes de assistência ao estudante. Se havia uma fatia da formação a ser ocupada pelas instituições particulares — e certamente há —, isso não poderia se dar em detrimento da expansão do sistema público, pois os limites da atuação do setor privado são claros e inequívocos, sobretudo se considerarmos que o sistema público respondia, naquele momento, por mais de 80% das pesquisas realizadas no Brasil. Dados publicados no dia 26 de outubro, no jornal *Folha de S. Paulo*, a partir de estudo do pesquisador norte-americano Derek L. Hill, da *National Science Foundation* (USA), revelaram que a produção científica na América Latina havia triplicado em pouco mais de uma década e o Brasil foi o país que havia tido o maior crescimento (408%) e gerado o maior número de trabalhos publicados em 2001 — 44,1% dos artigos latino-americanos nas Ciências e Engenharia. E, certamente, o sistema público de educação superior era responsável pela quase totalidade dessa produção. Entretanto, se esse sistema não continuasse recebendo os investimentos necessários, seu impacto qualitativo tenderia a ser neutralizado. Tornava-se evidente que precisávamos crescer, mantendo e aperfeiçoando

---

ANDIFES EM 2004/2005, COMO APOIO DA SESU-MEC, REVELOU QUE QUASE A METADE DOS ALUNOS DAS IFES BRASILEIRAS PERTENCIA A FAMÍLIAS COM RENDA MENSAL INFERIOR A QUATRO SALÁRIOS MÍNIMOS, O QUE EVIDENCIAVA A NECESSIDADE, PARA ALÉM DA EXPANSÃO, DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PERMANENTES DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE.

---

o perfil de desempenho de nossas instituições, investindo na consolidação de nossos sistemas de avaliação sem prejuízo das metas de expansão da rede pública federal de ensino.

Nesse sentido, parecia-nos legítimo esperar que os patamares já atingidos devessem ser consolidados e ampliados. Nossas IFES já se constituíam como uma rede presente no imenso território brasileiro. Presente no Norte e no Sul, no Nordeste, no Sudeste e no Centro-Oeste, a universidade pública brasileira, fruto do trabalho de tantas gerações em meio a dificuldades de toda monta, já se mostrava um patrimônio inegociável desta nação. É essa a universidade que, ao lutar pela autonomia, esperava merecer a confiança do governo federal e, especialmente, da sociedade. É importante reconhecer o importante papel desempenhado pelos parlamentares estaduais e federais naquela luta histórica comum. Pudemos instaurar uma pauta de trabalho articulado em todo o território nacional, por meio das bancadas estaduais e federais, o que conferiu sustentação às nossas propostas legitimamente postas em todas as esferas de atuação de nossas IFES.

A autonomia universitária era por nós entendida e perseguida não como um fim, mas como uma condição para que a excelência e a relevância se transformassem em um só valor, essencial e estratégico. A pesquisa avançada, a ampliação e a democratização da abrangência da universidade pública federal e a distribuição equilibrada de nossa base científica em todo o país se apresentavam como condições para o desenvolvimento regional e nacional e para a inserção competitiva do Brasil no cenário globalizado da sociedade do conhecimento. As duras restrições internacionais e as crescentes medidas protecionistas em que insistiam os países mais ricos não permitiam que alimentássemos quaisquer ilusões. Uma maioria consolidada no concerto das nações dependia e ainda depende de um forte e constante investimento no que é, hoje, o maior dos bens: um parque universitário capaz de nutrir um permanente desenvolvimento científico, tecnológico e cultural. Que a educação se tornou uma área que afeta diretamente os interesses internacionais, prova-o o necessário combate contra os que queriam, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, tratar a educação como mercadoria. Impunha-se formar, de modo especial em áreas estratégicas, um número crescente de profissionais capazes de alavancar e sustentar a produção de conhecimento no país. Profissionais com tal perfil,

alocados quase que exclusivamente nas universidades, deveriam encontrar condições de atuação no setor produtivo.

A esse propósito, oferecemos apoio ao MEC e ao MCT, com participação das comunidades universitárias de nossas instituições, para realização de um diagnóstico das necessidades de recursos humanos estratégicos para o desenvolvimento regional e nacional. Tal diagnóstico ofereceria as bases para a criação de uma rede — especialmente na pós-graduação — em que, orgânica e sistematicamente, as IFES participassem de um verdadeiro mutirão nacional: uma política de solidariedade em que, de fato, a relevância se tornasse uma dimensão da excelência. Tal medida se impunha, tendo em vista a desigual distribuição dos cursos de pós-graduação no país. Consideramos como viável a montagem desta rede nacional com vistas a um espalhamento mais generoso da pós-graduação e a uma nucleação equilibrada dos quadros científicos pelo território brasileiro.

Por meio da identificação de centros de excelência já constituídos, áreas temáticas e físicas de atuação preferencial desses centros e vocações das instituições receptoras, criaríamos as condições para implantar um programa integrado de grande impacto em todo o país. Várias ações já haviam sido conduzidas nessa direção, mas sempre decorrentes da vontade pontual das instituições. O que se propunha naquele momento era uma ação conjunta das IFES e das agências governamentais, apoiada em diagnósticos pertinentes, de modo a estabelecer uma política mais consequente para o desenvolvimento científico e tecnológico do país como um todo. O que pretendíamos era que a diversidade das instituições brasileiras viesse a alcançar patamares de desenvolvimento mais próximos de nossas instituições de ponta e que a formação de recursos humanos assumisse um componente estratégico. Propusemos que a atuação das instituições formadoras devesse ser compensada por meio de indicadores de solidariedade que poderiam gerar benefícios e incentivos às instituições parceiras.

Ações dessa natureza indicavam, no nosso entender, as formas específicas mediante as quais as universidades públicas poderiam colaborar de modo efetivo para o desenvolvimento da nação brasileira. A formulação desta proposta decorreu, evidentemente, de um processo de escuta e interlocução entre as IFES de todas as regiões do país. Temos a convicção de que este passo contribuiu decisivamente para a implementação de políticas públicas



que concorreram para que a atuação da rede de IFES pudesse vir a incidir, de forma ainda mais substantiva, em inovação, em incubação de empresas, em patentes, em parques tecnológicos, enfim, em política industrial e desenvolvimento. Ressalte-se a criação, no período, da Comissão de Ciência e Tecnologia da Andifes, para atuar junto ao MCT.

Sabia-se, por dados da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que 50% do desenvolvimento econômico de longo prazo dos países industrializados dependia de inovação. O crescimento sustentável do Brasil e nossa competitividade internacional também dependiam, fundamentalmente, de nossa capacidade de inovar, de desenvolver novos processos, produtos ou serviços. E como a inovação requer sempre estreita cooperação entre o setor industrial e as instituições de pesquisa, não havia, naquele momento, como fugir à necessidade, por um lado, de consolidar (e de forma equilibrada regionalmente) a base científica e tecnológica do Brasil e, por outro, de incorporar conhecimento ao processo de produção.

Tínhamos e continuamos tendo, em nossas IFES, competência científica instalada nas várias disciplinas que se integram na direção das novas fronteiras do conhecimento. Assim, já atuamos na área de tecnologias portadoras de futuro, em campos de pesquisa transformadores, tais como as biotecnologias, fármacos, *software*, novos materiais, as nanociências, as nanotecnologias. Produzimos bens de conhecimento e, por isso, graças aos grandes investimentos e esforços feitos durante décadas na qualificação docente e no fomento à pesquisa, tínhamos à época, de acordo com avaliação da CAPES, pelo menos duzentos programas de pós-graduação de padrão internacional nas várias áreas do conhecimento.

Em vista desse cenário mais amplo, e tendo em vista as transformações na natureza e nas funções das instituições universitárias, propusemos analisar a pós-graduação brasileira e sua projeção na década em curso. Desenvolvemos trabalho conjunto com a CAPES e com o Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa – FOPROP, analisamos o mapa da educação superior no Brasil, particularmente o espalhamento dos programas de pós-graduação, e sugerimos o que, a nosso ver, constituía um conjunto de direções e metas indutoras de avanço, capazes de acelerar, qualificar e, em algumas circunstâncias, reorientar o padrão de crescimento esperado. Várias das ações desenvolvidas pelas Andifes com o MEC/CAPES e a participação

ativa de todas as IFES brasileiras visavam à inserção internacional de nossas instituições, em condições de competitividade, políticas de atração de pesquisadores, consórcios internacionais estratégicos no âmbito da América Latina e na África de expressão portuguesa. Merecem destaque todas as iniciativas de adesão das universidades brasileiras às redes de universidades tais como: Grupo Montevideu, Grupo Coimbra, Grupo Tordesilhas, Rede UDUAL, Conselho CUIB e AULP.

É importante também lembrar que o perfil da distribuição dos cientistas brasileiros por área de conhecimento era e segue sendo um dos mais equilibrados entre os países em desenvolvimento, ao contrário de alguns países em que percentuais significativos de cientistas se concentram na Química, por exemplo. Talvez uma das razões seja a composição do sistema público de pesquisa no Brasil, apoiado fortemente nas universidades, que buscam promover o desenvolvimento de todas as áreas. Reuníamos, portanto, as melhores condições de avançar. O fato é que constituíamos um trunfo estratégico para o Estado e para o país. Sem nenhuma dúvida, conhecimento, inovação, crescimento econômico de longo prazo e geração de emprego e renda se articulam na contemporaneidade. Nossas IFES sempre foram um elemento estratégico na política de soberania nacional e na construção de uma verdadeira cidadania. Não havia como avançar, numa ou noutra direção, sem uma aposta corajosa no conhecimento e, conseqüentemente, na universidade.

Em 2004, ousamos sugerir ao governo que as missões diplomáticas do Brasil ao exterior e o acolhimento das missões estrangeiras que nos visitassem passassem a incluir a universidade. Esta, aliás, já era uma prática comum nos países mais avançados. Desejávamos participar da agenda da política externa brasileira não apenas para possibilitar maior cooperação entre instituições universitárias, mas para que nossa capacidade de gerar conhecimento se tornasse elemento integrante dessa agenda. Estávamos todos dispostos a disponibilizar a capacidade das IFES brasileiras para atuar na construção de um Brasil internamente mais justo e internacionalmente mais competitivo. As formas clássicas de dominação entre países passavam a ganhar, no início do século XXI, uma nova fisionomia, na qual a autonomia e o poder de negociação constituíam variáveis estreitamente associadas às condições de detenção, acesso e circulação do conhecimento. Particularmente com relação ao Brasil, tudo indicava que estaríamos passando de uma participação mais

modesta a uma posição mais destacada no concerto das nações. O novo estágio traria novas responsabilidades e demandaria o cumprimento de tarefas incompatíveis com um parque de conhecimento ainda não consolidado.

A abertura e o fortalecimento desse diálogo nacional e internacional da universidade devem-se, em grande parte, à adesão de seus segmentos: de um corpo docente qualificado para o ensino, pesquisa e extensão; de um corpo técnico e administrativo experiente e comprometido com os avanços das instituições; de um alunado, individual e coletivamente, sempre pronto a dar respostas inovadoras e relevantes diante dos desafios do mundo do conhecimento. É digna de nota a participação sempre ativa das organizações representativas desses segmentos, com destaque para a ANDES, FASUBRA e UNE, bem como das associações regionais. Igualmente importante foi a parceria da Andifes com os fóruns nacionais de Pró-Reitores de Graduação (FORGRAD), Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP); Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), Fórum Nacional de Pró-Reitores de Administração (FORPLAD) e Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários (FONAPRACE).

De forma articulada, a comunidade universitária brasileira aderiu à luta em defesa dos hospitais universitários (HU), uma vez que estes se encontravam fortemente ameaçados em sua capacidade de funcionamento e de atendimento. Ao deslançar um movimento nacional, a Andifes realizou um amplo diagnóstico de todos os HUs, o que possibilitou oferecer ao governo federal e aos órgãos federais de controle os dados necessários ao redimensionamento das necessidades, dos entraves e das possibilidades de uma expansão qualificada da rede de HU em todo o país. A partir dessa iniciativa, os poderes executivo, legislativo e judiciário não só tiveram acesso a um amplo diagnóstico dessa rede como também passaram a considerar sua relevância para as regiões e para o país como um todo, em função de suas especificidades nos atendimentos de média e alta complexidade no setor da saúde pública brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas sociedades contemporâneas, políticas públicas relativas ao campo do conhecimento há muito deixaram de ocasionar impacto localizado e/ou restrito às áreas acadêmicas. Quaisquer das atividades que tipificam a sociedade contemporânea envolvem, em grau crescente, o que é chamado de capital científico/tecnológico. Infraestrutura ou saúde, exploração petro-

lífera ou logística de transporte, meio-ambiente ou produção agrícola, vida urbana e desenvolvimento social, cada um destes setores depende, para sua solidez e competitividade, de um continuado investimento em recursos intelectuais. No presente texto, procuramos incluir as convicções que nos alimentavam, e delas nossas IFES tiraram sua força para se expandir com qualidade e com compromisso social. A universidade autônoma é a universidade ativa, academicamente qualificada e socialmente relevante. É em nome do mesmo sonho de um Brasil desenvolvido, internamente fraterno e internacionalmente solidário, que nos fizemos ouvir e nos pautamos em todas as nossas ações à frente da Andifes.

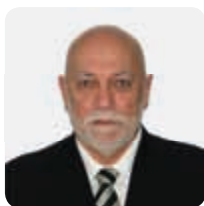
Por mérito e justiça, registramos com satisfação nossos agradecimentos especiais aos membros do diretório nacional. Citamos, nominalmente, os reitores titulares e suplentes, respectivamente, que nos acompanharam com dedicação incansável e contribuíram efetivamente para os novos cenários da educação superior pública do início do século XXI. São eles: reitor Cícero Mauro Fialho Rodrigues (UFF), 1º vice-presidente e reitor Paulo Jorge Sarkis (UFMS); reitor Manoel Malheiros Tourinho (UFRA), 2º vice-presidente e reitor Manoel Catarino Paes Però (UFMS); reitor Carlos Augusto Moreira Júnior (UFPR), vice Sul e reitor Lúcio José Botelho (UFSC); reitor Aloísio Teixeira (UFRJ), vice Sudeste e reitor Rubens Sérgio Rasseli (UFES); reitora Milca Severino Pereira (UFGO), vice Centro-Oeste e reitor Paulo Speller (UFMT); reitor René Teixeira Barreira (UFC), vice Nordeste e reitora Ana Dayse Rezende Dorea (UFAL); reitor Jonas Pereira de Sousa Filho (UFAC), vice Norte e reitor João Brazão da Silva Neto (UNIFAP).

De modo muito especial, nossa gratidão à competente equipe da Andifes, nas pessoas tão queridas de todos: secretário executivo, Gustavo Balduino; secretária adjunta, Marília Angotti Ledier; assessora de comunicação, Rose Veronez.

Apresentamos, ainda, nossos agradecimentos às autoridades do MEC, nas pessoas do ministro Tarso Genro, do secretário executivo Fernando Haddad e do secretário nacional de educação superior Nelson Maculan Filho.

Sentimo-nos orgulhosos e gratos pela oportunidade de compormos um grupo que ajudou a construir essa bela trajetória da educação superior pública brasileira.

CA  
PÍ  
TU  
LO  
11



PRESIDENTE **OSWALDO BAPTISTA**  
(UFSCar)  
2005-2006

DIRETORIA EXECUTIVA:

*1º Vice-presidente:*

**Reitor Paulo Speller** (UFMT)

*Suplente:*

**Reitor José Ivonildo do Rêgo** (UFRN)

*2º Vice-presidente:*

**Diretora-geral Miriam da Costa Oliveira** (FFFCMPA)

*Suplente:*

**Reitora Maria Margarida Martins Salomão** (UFJF)

→ REFORMA DA EDUCAÇÃO  
SUPERIOR, AUTONOMIA:  
PAVIMENTARIAM  
O CAMINHO PARA  
A UNIVERSIDADE  
DO SÉCULO XXI

A “viagem no tempo” proporcionada pelo convite da Andifes para que revisitasse o período em que tive a satisfação de presidir a Associação – viagem que me levou de outubro de 2013, quando tenho a honra de estar à frente da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a maio de 2005, quando, como reitor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), iniciei meu mandato à frente da Andifes – me ofereceu a oportunidade e proporcionou a felicidade de constatar como a educação superior em nosso país passou por profundas transformações ao longo dos últimos oito anos, aproximando as instituições federais de ensino superior (IFES) brasileiras daquilo que, idealmente, temos chamado de “Universidade do Século XXI”, ou seja, de um modelo de educação superior pública e de produção científica e tecnológica que responda às demandas e expectativas de toda a sociedade brasileira. Isso porque, ao recuperarmos as principais preocupações e questões que marcaram aquele período, verificamos quantas delas deixaram de ser reivindicações e planos para efetivamente se concretizarem enquanto políticas de Estado de nosso país: internacionalização da educação superior e da pesquisa brasileira; democratização do acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade; educação a distância; e, muito especialmente, expansão e interiorização do Sistema Federal de Ensino Superior.

Em julho de 2005, com apenas dois meses de gestão à frente da Andifes, participamos da cerimônia de entrega ao então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, pelas mãos do então ministro da educação Tarso Genro, da terceira versão do Projeto de Reforma da Educação Superior, apresentado inicialmente pelo Ministério da Educação e amplamente debatido por vários segmentos relacionados ao ensino superior e, muito intensamente, pela Andifes. No momento de sua entrega à Presidência da República, para encaminhamento ao Congresso Nacional, o Projeto de Reforma da Educação Superior era uma proposta já amadurecida. Seu processo de construção indicava a opção do governo federal pela interação permanente com a comunidade acadêmica na construção das Políticas de Educação Superior e Ciência e Tecnologia para o Brasil. Nesse sentido, os ex-reitores que me antecederam como presidentes da Andifes certamente terão registrado a transformação na qualidade desse diálogo que significou a tradição, iniciada em 2003, da Presidência da República receber todos os reitores das IFES a cada início de

---

*EM JULHO DE 2005, COM APENAS  
DOIS MESES DE GESTÃO À FRENTE  
DA ANDIFES, PARTICIPAMOS  
DA CERIMÔNIA DE ENTREGA  
AO ENTÃO PRESIDENTE DA  
REPÚBLICA LUIZ INÁCIO LULA  
DA SILVA, PELAS MÃOS DO ENTÃO  
MINISTRO DA EDUCAÇÃO TARSO  
GENRO, DA TERCEIRA VERSÃO  
DO PROJETO DE REFORMA  
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR*

---

ano. Graças a essa transformação, o documento entregue ao presidente naquele julho de 2005 era sustentado, como destaquei em meu pronunciamento na ocasião, por pilares que possibilitariam “o início de uma nova etapa na história de nossa educação superior, na qual qualidade acadêmica e relevância social seriam valores que se implicariam mutuamente”.

O Projeto de Reforma da Educação Superior previa, em consonância com o documento “Proposta de Expansão e Modernização do Sistema Público Federal de Educação

Superior” – entregue pela Andifes ao presidente da República ainda em seu primeiro ano de mandato, em 2003 –, metas relacionadas à expansão e à interiorização das vagas públicas de educação superior no Brasil, em oposição a um cenário de crescimento desenfreado das instituições privadas, responsáveis, então, por cerca de três quartos das matrículas no ensino superior, e, também, de porcentagem baixíssima dos jovens brasileiros matriculados na educação superior, fosse ela pública ou privada. Naquele momento, em 2005, já se iniciava esse processo de expansão e, na mesma cerimônia de entrega do Projeto de Reforma, o presidente Lula, juntamente com o ministro Tarso Genro e com seu sucessor, Fernando Haddad, que assumia o cargo naquele momento, assinou documentos de criação de seis novas Universidades Federais e 32 expansões de instituições já existentes. Porém, nem no mais longínquo horizonte prevíamos a revolução que se iniciaria dois anos depois, com a criação, em 2007, do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o Reuni.

Hoje, no final de 2013, a expansão do Sistema Federal de Educação Superior é um fato, ainda que restem desafios a serem vencidos e que o crescimento tenha de continuar. Também são realidade a internacionalização da educação superior e da ciência e tecnologia brasileiras, especialmente a partir do programa Ciência sem Fronteiras, e a consolidação da educação a distância,

a partir do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). Em 2005, na Andifes, apenas iniciávamos esse percurso, com a criação das comissões temáticas de Relações Internacionais (CRIA) e de Educação a Distância (EAD). Durante aquele ano de 2005, a Comissão de Relações Internacionais da Andifes já foi bastante atuante no contato com entidades representativas de universidades de outros países e, também, no esforço de institucionalização da internacionalização, especialmente com a realização de encontros e oficinas com os assessores de relações internacionais das IFES. Em relação à educação a distância, representantes da Andifes tiveram grande envolvimento em iniciativas que, em 2005, resultaram em decreto caracterizando a educação a distância como modalidade educacional com metodologia e instrumentos de gestão e avaliação próprios e, já em 2006, no decreto que instituiu o Sistema Universidade Aberta do Brasil, bem como na publicação do primeiro edital de concursos para docentes exclusivamente para atuação na educação a distância.

Outra transformação que se iniciou naquele período diz respeito à recomposição do orçamento destinado ao Sistema Federal de Educação Superior. Em 2005, depois de muitos anos de decréscimo, o orçamento teve aumento de 24%, passando de R\$ 673 milhões em 2004 para R\$ 833 milhões em 2005. Para 2006, o crescimento foi de 15%, sem contar os recursos destinados especificamente à expansão. Também foram retomadas as contratações de servidores docentes e técnico-administrativos para as IFES. Porém, como já apontávamos naquele momento, esse início de recomposição, ainda que significasse uma conquista – assim como o foram, posteriormente, a criação do Banco de Professor Equivalente e do Quadro de Referência de Servidores Técnico-Administrativos, que possibilitaram a reposição automática de vagas geradas por aposentadoria, demissão ou morte de servidores –, ainda hoje deixa a desejar. Isto porque saímos de um processo sistemático de redução desses qua-

---

*EMRELAÇÃO À EDUCAÇÃO A  
DISTÂNCIA, REPRESENTANTES  
DA ANDIFES TIVERAM GRANDE  
ENVOLVIMENTO EM INICIATIVAS  
QUE, EM 2005, RESULTARAM EM  
DECRETO CARACTERIZANDO A  
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO  
MODALIDADE EDUCACIONAL  
COM METODOLOGIA E  
INSTRUMENTOS DE GESTÃO  
E AVALIAÇÃO PRÓPRIOS*

---



dros e, além disso, parte da expansão aconteceu e ainda acontece à custa da capacidade já instalada no sistema. Permanecem, também, distorções históricas entre as diferentes instituições, que precisam ser corrigidas. Resta, portanto, esse desafio, cujo tamanho pode ser ilustrado quando comparamos os percentuais de crescimento das matrículas e dos quadros docentes e técnico-administrativos das Universidades Federais no período de 2003 a 2012, segundo os dados do Ministério da Educação: enquanto as matrículas, considerando cursos de graduação presenciais, a distância e de pós-graduação, praticamente dobraram no período, o número de docentes cresceu pouco mais de 40% e o de servidores técnico-administrativos apenas 16%!

Antes de propor uma última reflexão essencial à compreensão desse percurso entre 2005 e o momento atual, quero destacar, para o registro histórico, dois fatos pontuais, mas não por isso menos importantes do período em que presidi a Andifes. O primeiro deles foi o processo que culminou na aprovação, em dezembro de 2006, do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), que sempre teve o apoio da Andifes e, na nossa avaliação, significou a consolidação de uma visão profícua e estratégica da Educação, em todos os níveis, como prioridade para a nação, bem como da concepção das educações infantil, básica e superior como um sistema articulado. Outro momento importante foram as ações empreendidas pela Andifes para equacionamento do impasse em que então se encontravam os hospitais universitários federais. Nesse sentido, a associação, além de promover audiência entre a presidência do Tribunal de Contas da União – que determinara a substituição de todos os funcionários terceirizados contratados pelos hospitais –, os ministros da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão e representante do Ministério da Saúde, realizou seminário com o objetivo de debater o modelo de gestão e financiamento dos HUs e coordenou a elaboração de relatório sobre a situação dos hospitais naquele momento. Talvez tenhamos plantado, naquela ocasião, as sementes do processo que, em 2010, viria a resultar no Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais e, em 2011, na criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), vinculada ao MEC.

Retomando, como prometido, o fio de nossa meada, destaco outro ponto central que discutíamos naquele ano de 2005: a concretização da autonomia universitária a partir da regulamentação do artigo 207 da Consti-

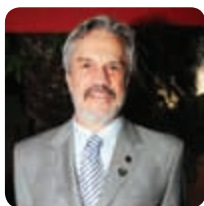
tuição Brasileira. Aquela não era, certamente, uma discussão que se iniciava ali, e sim a continuidade de uma luta que já acumulava, naquela data, no mínimo 20 anos de história. Víamos então o Projeto de Reforma da Educação Superior como uma excelente oportunidade de, finalmente, invertemos um processo que, em vez de ir ao encontro da Constituição, vinha reduzindo a pouca autonomia da qual as universidades um dia talvez tivessem gozado. Infelizmente, o que aconteceu foi a supressão pelo MEC, no projeto final de reforma, de todos os pontos relacionados à autonomia. Neste ano de 2013, apesar de alguns pequenos avanços, vemos as universidades, seus dirigentes e a Andifes, entre outras instituições relacionadas ao universo da educação e da ciência e tecnologia brasileiras, novamente despendendo grande energia na busca pela eliminação definitiva de entraves burocráticos e administrativos que dificultam sobremaneira seu cotidiano e, mais importante, impedem que concretizem todo o potencial que têm de contribuir para o equacionamento dos principais problemas que afligem a sociedade brasileira. Estamos, mais uma vez, em um momento histórico emblemático no que diz respeito à autonomia, discutindo e em vias de aprovarmos um novo marco regulatório para a ciência e tecnologia e com propostas de uma lei orgânica para as universidades públicas federais. Não podemos perder, portanto, mais esta oportunidade de transformarmos em realidade aquilo que nossa Constituição já consagrou enquanto visão de futuro para o nosso país.

Há oito anos, apresentávamos, como eixos fundamentais para o desenvolvimento futuro da universidade pública brasileira, desafios críticos a serem enfrentados, o reconhecimento do caráter estratégico das universidades para o desenvolvimento da Nação – em contraposição a discursos então recorrentes que as caracterizavam como caras e ineficientes – e a necessidade urgente de expansão qualificada dessas instituições. Creio, considerando os fatos apresentados ao longo deste texto, estarmos hoje em um patamar bastante diferente daquele em que nos encontrávamos naquele momento. A expansão concretizada desde então e, muito especialmente, a partir de 2009, não encontra precedentes na história do país. Além disso, nossas universidades são cada vez mais chamadas a participarem da definição, execução e avaliação de políticas públicas consideradas estratégicas, seja pela formação de profissionais qualificados, seja pela produção de conhecimento e na sua aplicação. No entanto, não podemos entender que nossa jornada está encer-

rada. De um lado, restam obstáculos a serem superados, como já apontado anteriormente: precisamos avançar em relação à efetiva concretização da autonomia universitária preconizada na Constituição brasileira; a um modelo de financiamento das Universidade Federais que garanta mais estabilidade a essas instituições; à disponibilidade de quadros de pessoal docente e técnico-administrativo compatíveis com o tamanho e a relevância das contribuições dessas instituições; e a consolidação da expansão já efetivada e as estratégias para a continuidade desse crescimento com qualidade. De outro lado, do alto desse novo patamar, é necessário que desloquemos nossas metas, que olhemos mais longe, no sentido de intensificarmos cada vez mais as relações entre as instituições universitárias e a sociedade brasileira. Somente assim seremos, de fato, a universidade que o século XXI demanda e necessita com urgência. Como venho fazendo desde o início de minha trajetória como docente e dirigente universitário e, especificamente, do lugar em que me encontro neste momento, coloco-me mais uma vez à disposição para debater e contribuir – juntamente com a Andifes e demais integrantes das comunidades universitárias – para a continuidade do desenvolvimento da educação superior e da ciência e tecnologia brasileiras.



CA  
PÍ  
TU  
LO  
**12**



PRESIDENTE **PAULO SPELLER**  
(UFMT)  
**2006-2007**

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

*1º Vice-presidente:*

**Reitor Lúcio José Botelho** (UFSC)

*Suplente:*

**Reitor Alan Kardec Barbiero** (UFT)

*2º Vice-presidente:*

**Reitor Arquimedes Diógenes Ciloni** (UFU)

*Suplente:*

**Reitor Josivan Barbosa Menezes** (Ufersa)



**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO  
SUPERIOR PÚBLICA  
BRASILEIRA ENTRE  
2006 E 2007**

Este artigo traz reflexões sobre o período entre 2006 e 2007 e relata importantes ações ocorridas no âmbito da educação superior brasileira. Minha gestão foi marcada pelo acompanhamento sistemático quanto às discussões sobre os novos rumos da educação superior no Brasil, visto que, nessa época, o país passava por transformações que marcaram fortemente a evolução da educação. A necessida-

de de expansão da educação superior em nosso país era premente, visto que, em média nacional, apenas 14,9% dos jovens brasileiros, com idade entre 18 e 24 anos, tinham acesso ao ensino superior. O ponto central desse período foi sem dúvidas a aprovação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que foi uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) discutidos no Brasil à época, em reconhecimento ao papel estratégico das Universidades Federais para o desenvolvimento econômico e social, ocorrido em 2007.

Além do Programa REUNI a reestruturação das Universidades Federais também contou com o incremento do Programa de Expansão Fase I, que, com forte caráter de interiorização das universidades, teve seu início em 2003, quando assumi pela primeira vez a presidência da Andifes. No âmbito do Programa Expansão Fase I, foram realizados concursos públicos para provimento de 7.668 novas vagas para docentes e 4.717 novas vagas para técnico-administrativos. Faz-se importante lembrar que o conjunto das Universidades Federais também contou com importante aporte de recursos do governo federal nesse período. De 2005 a 2008, foram investidos, aproximadamente, R\$ 1,1 bilhão em infraestrutura.

Ainda explorando as ações iniciadas antes da gestão 2006-2007, mas que culminaram em uma explosão de benefícios naqueles anos, em 2003 foi assinado o convênio do Programa Andifes de Mobilidade Estudantil com objetivo de fomentar a relação de reciprocidade entre as instituições federais de ensino superior (IFES). Assim como o início do relacionamento com o Programa de Mobilidade Internacional Universidades do Santander,

---

*O PONTO CENTRAL DESSE PERÍODO FOI SEM DÚVIDA A APROVAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI)*

---

que ofereceu bolsas de estudo de um semestre para intercâmbio cultural em universidades em todo o mundo, objetivando a formação acadêmica dos alunos e prepará-los para os desafios do mercado de trabalho e do mundo contemporâneo. Foram mais de 11 países contemplados com o programa de bolsas de estudo internacional.

Como dito acima, os efeitos da iniciativa de aporte na educação brasileira puderam ser percebidos, inicialmente, pelos expressivos números do Programa de Expansão Fase I das Universidades Federais e em seguida pelo programa REUNI, que é, de fato, o foco principal desta explanação. O REUNI teve seu início de implantação em 2008, sendo que os objetivos principais foram:

- Garantir às universidades condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior;
- Assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas;
- Promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e
- Otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior.

Ademais, o Programa REUNI também elencou como principais metas:

- Aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação no prazo de cinco anos, a partir de 2007 – ano de início do Programa;
- Elevação gradual da relação aluno/professor para 18 alunos para 1 professor; e
- A elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%.

O documento denominado “Diretrizes Gerais do REUNI”, de agosto de 2007, elaborado pelo Grupo Assessor, do qual fiz parte, expôs os principais pontos do REUNI, em uma tentativa de aprofundar, esclarecer e orientar as Universidades Federais que desejavam aderir ao programa. O documento foi constituído a partir de um conjunto de indicadores que caracterizaram as diretrizes a serem observadas pelas instituições. Importante ressaltar que o governo federal, em seus documentos de referência ao REUNI, não preconizou a adoção de um modelo único para a graduação das

Universidades Federais, assumindo como ponto de partida a necessidade de respeito à autonomia universitária.

Das 54 Universidades Federais existentes ao final de 2007, 53 aderiram programa, em duas chamadas públicas, exceto a Universidade Federal do ABC (UFABC), criada em 2005, que já nasceu adotando as inovações pedagógicas preconizadas pelo REUNI. Para implantação do programa, a primeira chamada ocorreu em 29/10/2007 e a segunda, em 17/12/2007. As Universidades Federais submeteram suas propostas ao REUNI, com ênfase especial na interiorização que, em conjunto com a oferta de cursos de formação de professores, ampliação de vagas nos cursos existentes, inovação e novos formatos de cursos de graduação representam pontos fundamentais para a mudança do panorama atual do ensino superior no Brasil.

Neste cenário, os resultados e dados obtidos foram muito satisfatórios. Em 2003, o número de vagas em cursos presenciais de graduação totalizava 109.184 mil. Em 2012, esse número passou para 231.590 mil, mostrando um crescimento de 11%, conforme relatório da comissão constituída pela Portaria nº 126/2012.

O programa também demonstrou o crescimento das matrículas projetadas nos cursos de graduação. Até 2012 esse número para graduação e pós-graduação nas instituições federais brasileiras quase dobrou, passando de 596,2 mil para mais de 1 milhão.

Outros dados importantes puderam ser levantados com o REUNI. Em 2007, o número de cursos de graduação presencial totalizava 2.326. Os projetos institucionais pactuaram um aumento para 2.552, resultando num incremento de 9,7%. Sendo que, no período de 2003 a 2012, foram criados 2.428 cursos e 14 universidades.

A contratação de novos docentes e técnicos configurou-se como uma das principais demandas do REUNI para tornar possível o cumprimento de suas metas estratégicas. Para isso, foi publicada a Portaria Normativa Interministerial nº 22, de 30 de abril de 2007, convertida no Decreto nº 7.485, de 18 de maio de 2011, que se constituiu em um instrumento de gestão administrativa de pessoal criando o Banco de Professor Equivalente (BPEq) nas IFES. O Banco de Professor Equivalente constituiu-se pelos professores efetivos e substitutos em exercício nas Universidades Federais na data de 1º de julho de 2007.



Dessa forma, cada Universidade Federal, uma vez observado o limite do Banco de Professor Equivalente, estabelecido por meio de Portaria, pode realizar concurso e provimento para os cargos vagos de professor do magistério superior, independentemente de autorização ministerial, assim como obteve autorização automática para promover mudança de regime de trabalho entre docentes de acordo com a conveniência e oportunidade da gestão da instituição.

Este contingente de profissionais foi essencial para atender às necessidades e ampliação dos cursos de graduação e pós-graduação. Consequentemente, o entendimento era que, em um futuro próximo, a produção científica brasileira tenderia a aumentar ainda mais, integrando esforços com os programas desenvolvidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os resultados foram positivos. O número global de docentes aumentou aproximadamente 44%, passando de 49,8 mil em 2003 para 71,2 mil em 2012. Em 2008, as 53 Universidades Federais que apresentaram projetos de adesão ao programa REUNI pactuaram um montante de 3.459 cargos, sendo 1.821 de docentes e 1.638 técnicos. Desse total, 1.560 cargos docentes e 1.275 cargos de técnico-administrativos foram nomeados.

A ampliação e readequação da infraestrutura física das Universidades Federais constituiu um dos componentes para o alcance dos objetivos do programa REUNI. De acordo com o “Relatório de Análise sobre a Expansão das Universidades Federais”, do MEC, houve grande evolução na construção de salas de aulas, laboratórios, bibliotecas, áreas multifuncionais, espaços administrativos, auditórios e infraestrutura, referindo-se a 1.588 obras concluídas, perfazendo mais de 3 milhões de m<sup>2</sup> construídos em 288 *campi* em funcionamento.

O balanço do programa comprova que a rede federal de educação superior envidou os esforços necessários para atingir seu principal objetivo institucional que foi garantir a ampliação do número de vagas no ensino superior público. Além disso, durante a execução do REUNI, as universidades tiveram condições de reestruturarem-se, garantindo ampliação de suas instalações físicas e aumento da sua presença nas regiões do país que antes não contavam com estruturas universitárias, contribuindo, também, para redução das assimetrias regionais.

Outro aspecto que mereceu destaque foram os números referentes aos concursos públicos realizados pelas instituições, tanto para docentes quanto

para técnicos administrativos, fator determinante para a oferta de um ensino de qualidade e para a manutenção das atividades de uma instituição de ensino.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), objeto do Decreto nº 7.234, de 2007, foi outro programa de extrema relevância no campo educacional dessa época. O PNAES, resultante de uma luta histórica do movimento estudantil, acolhido pelo conjunto de reitores das Universidades Federais e pelo governo federal, tem como objetivo promover a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social nas Universidades Federais, viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico. O relatório da comissão constituída pela Portaria nº 126/2012, “Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 – 2012”, aponta, no período entre 2008 e 2012, resultados impressionantes, na casa de 544%, no aumento quantitativo de benefícios concedidos por meio do programa para ações que contemplaram moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico, iniciando com 198 mil benefícios, passando para mais de 1 milhão em quatro anos.

A gestão de 2006/2007 da Andifes também foi marcada pela participação em diversos seminários e importantes apresentações sobre temáticas relacionadas à inclusão, expansão e democratização do acesso ao ensino superior, propiciando a apresentação de projetos de várias universidades. Como exemplo, reporto-me ao seminário “Democratização do Acesso ao Ensino Superior”, ocorrido em dezembro de 2006, em Brasília, o qual contou com a participação de representantes das universidades, dos órgãos ligados à educação, além de membros dos poderes Executivo e Legislativo.

Importante ainda destacar a internacionalização como um dos pontos considerados relevantes na minha gestão. Os novos tempos têm ratificado não somente a necessidade, mas também, a eficácia dos processos de integração entre países, formando blocos de inteligência concisos e mais fortes de forma geral. O processo de mudança socioeconômico, cultural e tecnológico em desenvolvimento, nas últimas décadas em todo o planeta, criou novas necessidades formativas para os cidadãos que necessitam, cada vez mais, de níveis elevados de educação para atuar no mundo globalizado, sem fronteiras e centrado no conhecimento. A internacionalização da educação superior se embrenha, neste mote, como uma forte ferramenta de progresso social e cultural.

---

*O INÍCIO DO FORTE  
MOVIMENTO EM RELAÇÃO  
À INTERNACIONALIZAÇÃO  
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR  
DESABROCHOU UM POUCO  
MAIS À FRENTE, PORÉM,  
NESTE MOMENTO TEVE SUAS  
SEMENTES LANÇADAS EM  
UM CAMINHO SEM VOLTA.*

---

A Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação (Paris, 1998) firmou, em suas orientações, o argumento de que “uma educação superior desprovida de instituições de pesquisa adequadas para formar a massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, não poderia assegurar a nenhum país um desenvolvimento endógeno genuíno e sustentável, tampouco poderia reduzir a disparidade que separa os países pobres e em desenvolvimento dos países desenvolvidos”. É reafirmado,

também, nas diretrizes da conferência, que, com as enormes dificuldades econômicas, sociais e políticas que grassam os países em desenvolvimento e em transição, estes não teriam como vencer esse fosso com os seus próprios recursos, sendo necessário, portanto, a ajuda e o apoio internacional significativo. Abria-se, assim, um espaço privilegiado para intensificar a discussão acerca da internacionalização da área da educação superior, entendida como uma das formas para que os países em desenvolvimento possam enfrentar os desafios da globalização.

Entre 2006 e 2007, já havia um movimento crescente em relação ao que hoje pode-se considerar uma das prioridades no crescimento da educação mundial. O início do forte movimento em relação à internacionalização da educação superior desabrochou um pouco mais à frente, porém, neste momento teve suas sementes lançadas em um caminho sem volta. Isso posto não se pode deixar de expor os marcos teóricos de suma importância, frutos dessas sementes e da qual participei ativamente como então presidente da Andifes: as Conferências Regionais e Mundiais de Educação.

- CRES, 2008: Conferência Regional de Educação Superior, realizada pela UNESCO em Cartagena. Teve por foco definir linhas de ação para as prioridades da América latina e Caribe na próxima década, visando a uma educação superior mais democrática, voltada às demandas sociais e ao desenvolvimento social e econômico sustentável dos países. Houve destaque à necessidade de fortalecer a cooperação Sul-Sul, em particular com os países africanos.

- CMES, 2009: Conferência Mundial de Educação Superior, realizada pela UNESCO em Paris, 2009. A CMES 2009 dedicou-se a debater as novas dinâmicas da educação superior e da pesquisa para promoção de mudanças e desenvolvimento social no próximo decênio. Nesse contexto, a África foi um tema central e salientou-se a responsabilidade social de países de todo o mundo no fomento à investigação e à educação superior como ferramentas primordiais para o desenvolvimento do continente. Ainda em 2009, durante a CRES 2009, que aconteceu em Dakar, na África, fui membro da Comissão de Acompanhamento da Conferência.

Esses eventos estabeleceram diretrizes internacionais e responsabilidades dos demais países para com a África, como também destacaram a importância da educação superior na promoção do desenvolvimento econômico e social, apontando os desafios que se colocam para a educação básica e a necessidade de investir nas relações de cooperação solidária, destacando-se os seguintes pontos: integração regional, inclusão social, crescimento dos sistemas de ensino, inclusive por meio de fórmulas alternativas como educação a distância, cooperação para transferência de conhecimentos, cooperação para se evitar a fuga de talentos, respeito à autonomia universitária e ao apoio governamental na educação superior.

Ainda sobre a internacionalização, faz-se importante lembrar que o Brasil já àquela época vinha desempenhando papel protagônico, de forma particular, no âmbito do MERCOSUL, mas também com países de outros continentes. É ainda relevante considerar que, no atual cenário, a internacionalização emerge, mais uma vez, das instâncias econômicas e políticas e não do espaço universitário. A formação de blocos econômicos passou a exigir, também, um espaço comum de educação, no qual fosse possível a livre circulação de serviços e capitais educacionais, criando, por conseguinte, a necessidade de compatibilizar as qualificações, os sistemas educativos e de desenvolver padrões educacionais equivalentes.

Concomitante à presidência da Andifes, exercer a função de reitor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), da qual sou professor do Instituto de Educação desde o ano 1980, foi uma grata experiência. O ano de 2006 foi de muitas conquistas, pois, ao completar 36 anos, a universidade se consolidou como instituição de ensino superior com maior volume de pesquisas do Estado. Espaços foram conquistados com a expansão de 11 novos cursos

de graduação nos três *campi* fora da capital e abriram-se novas perspectivas de acesso com mais 500 vagas no ensino a distância. A UFMT avançou, também, na pós-graduação, com 15 mestrados e 2 doutorados, um dos quais interinstitucional, além do aumento no número de bolsas. Sempre cumprindo a política de valorização da extensão, do estreitamento das relações com a sociedade e do estímulo à permanência do estudante na universidade.

Todo esse crescimento foi acompanhado de ações, previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que aprimoraram as condições e a qualidade do trabalho desenvolvido por docentes e técnicos da instituição, como a construção e equipamento de salas de aula, laboratórios de ensino e de pesquisa, de uso coletivo; incentivo à capacitação, oferta de cursos de qualificação e contratação por meio de concursos públicos.

Em 2007, de acordo com o resultado Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), a graduação da UFMT despontou como uma das melhores do país. Os cursos de Medicina, Nutrição, Serviço Social, Enfermagem de Cuiabá e Rondonópolis tiveram a nota máxima, ou seja, conceito 5. Isso foi reflexo do esforço da comunidade acadêmica articulado com as políticas adotadas de ampliação do acesso e permanência do estudante ao ensino superior. Esses parâmetros, traduzidos em ações de ensino, de pesquisa e de extensão, além de diminuir as desigualdades sociais e ampliar oportunidades, asseguraram a qualidade da graduação na Universidade Federal de Mato Grosso.

A assistência estudantil e a extensão também foram regulamentadas, o que resultou na consolidação da oferta de bolsas e na implementação de suportes acadêmicos com vistas à permanência dos estudantes na instituição até a conclusão dos seus cursos, bem como no incremento do número de projetos e programas de extensão. Esse crescimento com qualidade fundamentou-se na política institucional assumida em minha gestão, que adotou parâmetros socioambientais e culturais comprometidos com a democratização do acesso ao conhecimento e com o respeito pelo contexto regional. Tais parâmetros, com certeza, conduziram a resultados diretos na melhoria das condições de vida da sociedade. Resumidamente foram resultados capazes de credenciar que a UFMT atendeu de modo muito satisfatório aos anseios da comunidade mato-grossense, de quase três milhões de habitantes.

Por fim, pode-se concluir que o período entre 2006 e 2007 foi muito rico para a evolução da educação. Ampliando o leque de conclusão para o

período integral do programa REUNI, de 2003 a 2012, é possível constatar que a expansão das Universidades Federais ocorrida nos últimos 10 anos, foi, sem dúvida alguma, uma das mais importantes políticas públicas do governo federal para o país. Baseado em princípios como a democratização e a inclusão, o REUNI contribuiu para a configuração de uma nova realidade da educação superior do país, principalmente pela implantação de novas universidades, novos *campi* universitários e o aumento no número de matrículas. É importante destacar que os feitos da gestão frente à Andifes no período de 2006 e 2007 representa uma construção coletiva com os colegas reitores à época, aos quais registro meus agradecimentos pela forma comprometida e espírito democrático na condução diária, assim como externo meu agradecimento a toda a equipe e carinhosamente à senhora Ana Cláudia. A partir da atuação como dirigente da Andifes, como reitor da UFMT e, principalmente, como defensor incessante pelos avanços da educação brasileira, é possível afirmar que a organização e a dinâmica estabelecidas na articulação com os diversos setores que se relacionam no âmbito da educação imprimiram avanços significativos no processo de construção dos novos caminhos. Nesse percurso, torna-se claro que foram cumpridas as metas traçadas para o período e que foi deixada como contribuição a abertura de muitos canais de interlocução e avanço para a educação brasileira.

CA  
PÍ  
TU  
LO  
**13**



PRESIDENTE **ARQUIMEDES CILONI**  
(UFU)  
2007-2008

DIRETORIA EXECUTIVA:

*1º Vice-presidente:*

**Reitor José Ivonildo do Rêgo (UFRN)**

*Suplente:*

**Reitor José Carlos Ferraz Hennemann (UFRGS)**

*2º Vice-presidente:*

**Reitor Alan Kardec Barbiero (UFT)**

*Suplente:*

**Reitor Edward Madureira Brasil (UFG)**

→ UM OLHAR SOBRE  
A EVOLUÇÃO DA  
EDUCAÇÃO BRASILEIRA  
EM 2007/2008, À LUZ  
DA CONTRIBUIÇÃO  
DA ANDIFES

Preende-se aqui apresentar – no contexto da preocupação da Andifes em dar transparência às atividades que a Associação vem realizando ao longo de mais de duas décadas, período em que inegavelmente contribuiu com a formulação e implementação de políticas públicas que ajudaram a fortalecer o sistema de educação do Brasil – as reflexões de quem teve a honra de presidi-la na Gestão 2007/2008, esperando dessa forma contribuir para a preservação de sua memória histórica.

Primeiramente, é preciso colocar em perspectiva o papel da própria entidade. Para fazer isso, tenta-se aqui traduzir em palavras os sentimentos de um dirigente recém-chegado, que encontra um ambiente plural, bastante heterogêneo, quando se olha individualmente para cada instituição que o compõe, mas que logo percebe que o tratamento de problemas coletivos e propostas de políticas públicas para resolvê-los são as tônicas nas reuniões da Associação e se impõe, sem desmerecê-los, até porque acabam em sua maioria sendo tratados no âmbito das questões maiores, aos desafios do dia a dia que cada reitor enfrenta na administração em sua universidade e que, naturalmente, espera ver contemplados na discussão entre pares quando participa de um fórum politicamente tão forte e representativo como é a Andifes.

O novato logo percebe, portanto, que o espírito do ideal coletivo prevalece e induz a própria maneira com que trabalha a gestão da Andifes, na forma colegiada, o que leva a direções fortes e sintonizadas com os problemas nacionais, permitindo que a entidade seja cada vez mais representativa. Os que chegam herdam a memória e dão continuidade ao trabalho dos que saem, propiciando que os assuntos não sejam esquecidos ou relegados, já que em muitos casos, são necessários anos de reflexão sobre determinado problema até que se consolide proposta de política pública para o seu enfrentamento.

---

*É IMPORTANTE DESTACAR O  
PAPEL DAS VÁRIAS COMISSÕES E  
COLEGIADOS DE PRÓ-REITORES,  
QUE AJUDAM A DAR SUPORTE  
E TRATAMENTO ÀS MAIS  
VARIADAS QUESTÕES DAS IFES*

---

*\*Dedicado à memória do Prof. Carlos Roberto Antunes dos Santos, Presidente da Andifes Gestão 2001-2002.*



É importante destacar o papel das várias comissões e colegiados de pró-reitores, que ajudam a dar suporte e tratamento às mais variadas questões das IFES, o que vem propiciando que, para exemplificar, ao longo dos anos a Andifes apresente modelos como os de partilha de recursos, o quais inicialmente têm permitindo enfrentar a questão do ponto de vista nacional, que acaba se espalhando e resulta em modelos adaptados ao enfrentamento dos problemas locais, o que se verifica em muitas das instituições. Não por acaso, as bases de dados da Andifes que resultam dos modelos são, muitas vezes, requisitadas pelo próprio governo, o que serve para mensurar a importância dos estudos que promove, bem como para reforçar o sentimento de que o tratamento coletivo dos problemas fortalece e dá sentido à própria existência da entidade. Como reitor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), foi esse o ambiente encontrado e para o qual sempre se procurou contribuir, a partir das reflexões dos Conselhos da UFU e da sua equipe administrativa.

Em segundo lugar, tendo o autor convivido durante o período de seu reitorado com quatro ministros da educação e dois presidentes da República, sente-se na obrigação de destacar, ainda com a intenção de auxiliar o leitor a entender as circunstâncias históricas, a interlocução com o governo federal e a constatação, ora de dificuldades ou mesmo de incompreensão quanto ao papel da associação, ora de absoluta ressonância às propostas dela emanadas. Ainda que óbvio, deve-se salientar que, quando há sinergia entre ambas as instâncias, o processo avança e permite que políticas públicas de mais alta relevância sejam implementadas. Como grande exemplo, a proposta de expansão das IFES apresentada pela Andifes nos anos finais do século passado inicialmente não encontrou guarida nas proposições governamentais de então. Aprimorada e reapresentada em ambiente menos avesso e muito mais receptivo, levou a um dos maiores projetos de expansão da história do Brasil, o programa REUNI, o que permitiu que a presença das IFES, de pouco mais de cinquenta (50) cidades no início de 2003, chegasse a mais de duzentas e trinta (230) localidades ao final de 2010, caracterizando uma verdadeira “revolução silenciosa” e permitindo que no período praticamente se dobrasse a oferta de vagas na graduação.

Em terceiro, é necessário colocar em perspectiva a forte representatividade nacional da Andifes em sua interlocução com o Congresso Nacional e com o Poder Judiciário, bem como com outras entidades representativas

nacionais, especialmente daquelas que congregam docentes, técnicos administrativos e estudantes das IFES, o que vem permitindo, ao longo de sua existência, que a Andifes lidere e busque soluções conjuntas para muitas das questões que se apresentam.

Apresentadas as “condições de contorno” e de ambiência externas, passa-se agora a focar o período da Gestão 2007-2008 da Andifes. No momento da posse, foi apresentado o Planejamento de Trabalho a ser seguido, programando-se a apreciação de propostas de políticas públicas, construído em reunião do diretório nacional que antecedeu o início da gestão e que, na opinião do autor, representou experiência extremamente positiva que deve sempre ser lembrada e valorizada. A mesma sistemática foi seguida ao final do período, quando se promoveu nova reunião de planejamento para auxiliar a próxima Diretoria Executiva, dotando-a, por sua vez, de plano de trabalho atualizado e aprimorado. A exposição que se segue poderá demonstrar que se conseguiu, por seguir rigorosamente o planejamento, cumprir a maior parte do que fora proposto, resultando na implementação de várias das políticas apontadas. Também foram legadas à futura gestão propostas concretas que, não encontrando condições para viabilização no período 2007-2008, fizeram parte do plano atualizado, a cargo da então nova direção.

Destaque-se inicialmente a importância das reuniões de trabalho anuais com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A referente a esta gestão foi realizada em 13 de março de 2008, sendo essa a última de que o autor participou. Desde a primeira, ocorrida em 05 de agosto de 2003, a Andifes preocupou-se em apresentar ao governo propostas que auxiliassem o país a vencer parte dos muitos obstáculos a serem superados para que se atinja pleno desenvolvimento. Já se mencionou como exemplo a proposta de expansão das IFES, naquela ocasião – em 2003 – reapresentada ao novo governo (“Proposta de Expansão e Modernização do Sistema Público Federal de Ensino Superior”), demonstrando-se ao presidente Lula que as IFES poderiam, com a implementação da mesma, dobrar o número de alunos nas instituições federais, priorizando cursos de graduação noturnos e formação de professores para a educação básica, dentre outras premissas. A iniciativa foi bem recebida pelo governo e implementada, inicialmente pela via da interiorização, culminando anos depois com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI – por meio de convênios assinados

entre governo e instituições na reunião de março de 2008 – o qual viria a representar um verdadeiro marco na história da educação superior da nação.

Da mesma forma, ainda referente à reunião de março de 2008, em paralelo à apresentação de propostas e ao justo reconhecimento ao muito que já se avançara até aquele momento do governo, foram apontadas questões importantes, procurando-se realçar problemas que ainda não tinham recebido a atenção merecida, principalmente o compromisso com a concessão de plena autonomia às IFES. Entre outros aspectos, enfatizou-se que as IFES precisavam de representação judicial autônoma, independente da Procuradoria Geral Federal. Reiterou-se ao presidente um alerta sobre o projeto de Reforma Universitária, que, na visão da associação, fora enviado de forma precipitada ao Congresso Nacional e, na época, se encontrava com tramitação paralisada; destacou-se ainda que seu conteúdo não atendia aos objetivos então demandados pela Andifes. Mencionou-se a situação dos hospitais universitários, outra demanda primordial que ainda não recebera o devido cuidado, assunto que será aprofundado em outra parte deste artigo. Ao reiterar seu compromisso com a concessão de autonomia às IFES, o presidente Lula comprometeu-se em acionar a base do governo para que o debate sobre as questões apontadas fosse ampliado de forma a se buscar soluções articuladas em conjunto com os dirigentes das IFES. Registre-se que, nos anos anteriores, as instituições federais vinham mantendo interlocução permanente e exitosa com o governo, obedecendo a diretriz de parceria firmada quando da primeira reunião em 2003.

Reiterando a contribuição à vigorosa expansão das IFES então em curso, a diretoria executiva criou uma comissão para acompanhar o andamento

---

*ENTRE OUTROS ASPECTOS,  
ENFATIZOU-SE QUE AS  
IFES PRECISAVAM DE  
REPRESENTAÇÃO JUDICIAL  
AUTÔNOMA, INDEPENDENTE  
DA PROCURADORIA  
GERAL FEDERAL.*

---

da implantação da interiorização e realizou diversas reuniões e seminários visando aprimorar o Projeto REUNI. Reconhecia-se que o REUNI permitia programar o futuro de uma forma mais consistente em relação à interiorização, já que fora projetado com base em metas, em cronogramas e na responsabilização compartilhada por todos os agentes envolvidos. No momento em que o país voltava a crescer,

o projeto, com foco principal na graduação, permitia sanar em parte a falta de mão de obra qualificada que então se detectava, mas precisava ser aprofundado no que dizia respeito a pós-graduação. É importante ressaltar-se que o programa REUNI, em sua configuração inicial, não previa iniciativas direcionadas a pós-graduação, podendo-se registrar até mesmo resistência à própria discussão do assunto em alguns setores do MEC. A Andifes propôs enfaticamente a discussão do assunto nas reuniões citadas, o que culminou em que a

pós-graduação fosse também contemplada e prevista no âmbito do programa.

Vencida essa importante etapa, com a inclusão da pós-graduação no programa REUNI devido a sua incisiva intervenção, a Andifes passou a preparar proposta específica que permitisse ao Brasil enfrentar mais diretamente essa questão, já que diagnosticara em seus debates, além da falta de pessoal qualificado em nível de pós-graduação, a necessária superação das desigualdades regionais. Objetivando então equalizar as oportunidades, valorizar a diversidade brasileira e resolver o problema das assimetrias regionais e de áreas existentes, a Andifes começou durante o período da gestão 2007-2008 a desenvolver o Programa de Fortalecimento e Expansão da Pós-Graduação das IFES. A intenção era integrar os ministérios da Educação, da Ciência e Tecnologia e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio para que o programa fosse implementado como uma nova política pública, condição em que fora apresentado ao presidente Lula durante a reunião de março de 2008. Com a temática “Políticas e ações assimétricas para resolver questões assimétricas”, o Programa de Fortalecimento e Expansão da Pós-Graduação das IFES, com duração prevista inicialmente de quatro anos (2009-2012), buscava reforçar o papel das universidades federais como principais formadoras de quadros profissionais para a pós-graduação e a pesquisa no Brasil. Sua formulação pressupunha que as IFES fossem vistas como uma plataforma para o desenvolvimento de inovação

---

*RECONHECIA-SE QUE O REUNI  
PERMITIA PROGRAMAR O  
FUTURO DE UMA FORMA MAIS  
CONSISTENTE EM RELAÇÃO  
À INTERIORIZAÇÃO, JÁ QUE  
FORA PROJETADO COM BASE  
EM METAS, EM CRONOGRAMAS  
E NA RESPONSABILIZAÇÃO  
COMPARTILHADA POR TODOS  
OS AGENTES ENVOLVIDOS.*

---

tecnológica e de pesquisa, favorecendo o crescimento da política industrial do país. Esse procedimento traria como consequência a ampliação da base tecnológica nacional, diminuindo os custos de produção devido à redução dos direitos pagos em patentes internacionais.

Na época, as IFES eram responsáveis por 56%, na média, da formação de doutores do país. Em regiões como o Norte e o Nordeste, esse percentual ultrapassava os 90%. Uma das principais preocupações do programa (apelidado de REUNI da Pós-Graduação) era então combinar área do conhecimento com as necessidades regionais, o que seria possibilitado por meio de um trabalho coordenado entre todas as universidades federais de cada região. Em paralelo, entendia-se que a proposta apresentada reforçaria o papel das universidades públicas na formação de doutores que pudessem dar sustentação aos eixos principais do Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, lançado em outubro de 2007. Cumpre destacar também a importância da representação da Andifes em conselhos externos: o autor participou ativamente no período como membro de duas das principais instâncias de discussão do assunto, a saber, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e o Conselho da CAPES.

Tendo por premissas a educação como um bem público e o conhecimento como um patrimônio social, em agosto de 2007 a gestão propôs e a Andifes lançou o Plano Nacional de Assistência Estudantil, com a intenção de defender as classes menos favorecidas e promover o acesso e a permanência universal à educação superior. O Plano Nacional de Assistência Estudantil, apresentando as diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos que visavam a articulação de ações assistenciais para a permanência e a conclusão de curso por parte dos estudantes carentes, na perspectiva da inclusão social, de melhoria do desempenho acadêmico e de qualidade de vida, buscou satisfazer as demandas da sociedade brasileira e dos alunos das universidades federais, constituindo-se, assim, em meta prioritária para a Andifes na época. Aprovado e implementado pelo governo, nele tem-se ainda hoje um marco histórico que representa o compromisso de todos os dirigentes das universidades federais com a inclusão e a permanência de jovens carentes nestas instituições.

Em 2007, foram divulgados dados preocupantes referentes à educação brasileira. Uma estimativa do Ministério da Educação demonstrara que sete em cada dez professores de 5ª a 8ª série do ensino fundamental e médio

das disciplinas de ciências não possuíam formação específica para lecionar. O Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) 2006 revelou que os jovens brasileiros de escolas públicas e privadas obtiveram o sexto pior resultado mundial. Um relatório do Conselho Nacional de Educação ressaltou a escassez de professores no ensino médio, demonstrando que um número cada vez menor de jovens optava por seguir a carreira do magistério, sendo a falta de profissionais agravada pela aposentadoria e pelo afastamento dos docentes. Com a intenção de colaborar para a superação de um dos mais graves problemas nacionais e preocupada em debater como o ensino superior poderia intervir – em especial em como seria a forma de atuação das IFES – para a melhoria da educação básica, e tendo como objetivo principal enfrentar o problema da falta de docentes, a Andifes promoveu, no final de 2007, o “III Seminário Anual de Políticas Públicas para a Educação: Carência de Professores na Educação Básica”, que reuniu o então ministro da Educação, Fernando Haddad, e dois de seus antecessores, Paulo Renato Souza e Cristovam Buarque, além de parlamentares, dirigentes e pró-reitores das IFES e as principais entidades ligadas à educação brasileira. A partir das apresentações e dos debates realizados durante o seminário, a associação organizou publicação com o objetivo de fornecer subsídios para que se encontrem soluções para a carência de professores na educação básica.

A problemática das fundações de apoio vinculadas às Universidades Federais, bem como as dificuldades criadas pela falta de autonomia, eram assuntos debatidos há muito e, em 2002, a Andifes reuniu-se com os ministros do Tribunal de Contas da União e o então ministro da Educação, Paulo Renato Souza. As constantes discussões nos anos subsequentes culminaram em várias iniciativas, das quais aqui se destaca a realização do I Fórum sobre as IFES, organizado pelo TCU e pela Andifes em novembro de 2007, ocasião em que ministros, educadores, parlamentares, procuradores, diretores de hospitais universitários, pró-reitores e membros do governo federal compareceram e contribuíram para o debate. Em abril de 2008, foi lançada uma publicação com resumos dos debates e sugestões. A realização do Fórum e a publicação do livro não encerraram o debate sobre a questão, sendo instrumentos para buscar soluções para os problemas enfrentados nas universidades federais, sem se perder o foco, novamente diagnosticado e realçado, quanto à necessária autonomia das IFES.

A interface das questões relativas às fundações de apoio com os hospitais universitários foi outro dos principais assuntos também tratados na mencionada reunião em 2002. Uma das principais facetas dessa interface foi demonstrada por meio do levantamento que a Andifes recém concluíra, com a dívida do conjunto dos hospitais vinculados às IFES superando então a casa do meio bilhão de reais, em estudo coordenado pelo autor e que já fora apresentado ao governo com sugestões para a superação dos entraves, apontando principalmente para a necessidade de vagas do quadro efetivo para reposição de pessoal – as obrigações salariais com quadro técnico crescente majoritariamente contratado por fundações de apoio constituíram-se em motor do endividamento, ocasionando problemas como seguidos atrasos em pagamentos a fornecedores, o que realimentava mensalmente a dívida – e para a necessidade de uma política efetiva de financiamento dos HUs, dos quais apenas um contava com orçamento próprio. Era preciso rediscutir o modelo, para o que a Andifes promoveu, em conjunto com a ABRAHUE, seminário realizado no início de 2008. Os problemas e sugestões então levantados foram apresentados, como já mencionado, em março do mesmo ano ao então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A iniciativa desta gestão da Andifes veio a se somar àquelas de gestões anteriores e, com certeza, embasou iniciativas das posteriores, em processo de construção que viria, em 2010, a resultar no lançamento do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais, o REHUF, e, mais recentemente, na criação pelo MEC, em 2011, da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, a EBSERH.

Outro marco importante da gestão que necessariamente deve ser destacado foi o esforço realizado para aumentar a inserção internacional das IFES, com destaque para a realização do Curso Andifes de Gestão da Internacionalização Universitária e para as viagens de delegações de reitores (Alemanha, Espanha e Cuba). Durante a realização do evento Universidad 2008 em Cuba, além de questões referentes à cooperação, os dirigentes que estiveram presentes, em função de problemas com o processo de reconhecimento dos diplomas de estudantes brasileiros que cursavam medicina naquele país, visitaram a Escola Latino-Americana. Um grupo foi destacado para elaborar relatório sobre a situação, o qual, com sugestões para a superação do impasse, foi entregue ao Ministério da Educação e ao Ministério da Saúde. Na Espanha, o autor participou de encontro histórico, em que pela primeira

vez estiveram reunidos o Consejo Universitario Iberoamericano (CUIB) e a Associação das Universidades Europeias (EUA), quando foram discutidos mecanismos de fomento para aumentar os programas de cooperação internacional. Importante ainda mencionar que a delegação da Andifes, já então presidida por nova diretoria executiva, esteve presente ao evento organizado pelo IESALC na Colômbia em junho de 2008, que se seguiu ao realizado em Belo Horizonte em setembro de 2007, em que a Andifes também marcara forte presença. A gestão 2007-2008 esteve envolvida com a preparação de ambos os eventos. Em novembro de 2008, culminando praticamente um ano de esforços conjuntos, foi criado o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, em iniciativa do autor com o reitor da Universidade de Coimbra, com a solenidade de instalação realizando-se em Portugal em cerimônia inesquecível e que precedeu a primeira reunião de trabalho do grupo.

Esta gestão 2007-2008 foi fortemente marcada pela interlocução com entidades ligadas à educação brasileira. A intenção foi promover o debate entre os diversos atores relacionados à área para fortalecer o sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, no início de 2008, a Andifes articulou e divulgou, juntamente com CNTE, CONCEFET, CONSED, CONTEE, FASUBRA, PROIFES, UBES, UNE e UNDIME, um manifesto no qual defendia a manutenção dos recursos destinados à educação, no difícil cenário após a queda da CPMF. A partir disso, as entidades mantiveram forte interlocução com o Legislativo e o Executivo no sentido de impedir que os recursos para a área fossem submetidos a restrições, cortes ou contingenciamentos devido a problemas conjunturais e eventuais desequilíbrios tributários.

Como planejado, após vários meses de intensa articulação, em outubro de 2007 realizou-se o relançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública, com o então principal objetivo, dentre outros, de promover o debate da Reforma Universitária. Foram muitas as participações de membros da diretoria em sessões das comissões do Congresso. No início de 2008, uma comissão de dirigentes visitou a Câmara e o Senado para tentar apressar a votação dos projetos de lei de interesse da Andifes, com a preocupação da gestão em manter uma interlocução permanente com o Poder Legislativo.

Nesta gestão, a Andifes aprovou a criação da RedeIFES, infovia que visava permitir às universidades federais acesso a um sistema de permuta de



programas de rádios e TVs universitárias. Essa rede de integração de conteúdos multimídia veio então ao encontro do anseio de preservação e difusão da diversidade regional, uma vez que incentivava a disseminação do pensamento científico, a popularização da ciência, a reflexão sobre os direitos e os deveres do cidadão, o conhecimento e a valorização dos grupos culturais.

A partir da criação da RedeIFES, a Andifes passou a atuar como interlocutora na relação entre as rádios e TVs universitárias, na proposição de políticas públicas, na busca de recursos para a área de difusão de sons e de imagens e na luta pela concessão de canais abertos para as IFES. Nesse sentido, a associação promoveu amplo debate com os ministérios da Educação, da Ciência e Tecnologia e das Comunicações, com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República e com a Rede Nacional de Pesquisa para transformar a RedeIFES em política pública, como solicitado ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da reunião já mencionada. Essa iniciativa culminou, ao final da gestão, em realização de Seminário da RedeIFES em Uberlândia em maio de 2008, com importantes contribuições para a consecução dos objetivos propostos.

Espera-se que, com a apresentação deste artigo, ao demonstrar que a maior parte das metas traçadas para o período foram cumpridas, o autor tenha contribuído para o devido registro e manutenção da memória histórica da Andifes. Tendo pautado sua atuação, respeitando a forma de gestão colegiada já mencionada, o autor pode contar com o auxílio de muitas pessoas para a condução dos trabalhos, em especial dos demais membros da diretoria executiva, reitores José Ivonildo do Rêgo, Alan Kardec Martins Barbiero, José Carlos Ferraz Hennemann e Edward Madureira Brasil, com quem teve a honra de compartilhar o mandato e aos quais sempre será grato. Uma palavra também de agradecimento – e o autor tem certeza de que a transmite em nome de toda a diretoria executiva do período 2007-2008 – pelo inestimável apoio recebido de todos os membros do diretório nacional, dos dirigentes das IFES, dos pró-reitores, das comissões, dos fóruns e grupos de trabalho, bem como da equipe administrativa da Andifes, ao longo de toda a gestão.

Deseja o autor, por fim, também expressar seu reconhecimento aos colegas que o antecederam no honroso cargo de presidente da Andifes. Uma palavra final de carinho fraterno e gratidão ao Prof. Carlos Antunes, “in memoriam”!



CA  
PÍ  
TU  
LO  
**14**



PRESIDENTE **AMAROLINS**  
(UFPE)  
2008-2009

DIRETORIA EXECUTIVA:

*1º Vice-presidente:*

**Reitor Edward Madureira Brasil** (UFG)

*Suplente:*

**Reitor Ronaldo Tadêu Pena** (UFMG)

*2º Vice-presidente:*

**Reitor João Carlos Brahm Cousin** (FURG)

*Suplente:*

**Reitor Hidembergue Ordozgoith da Frota** (UFAM)



A EXPANSÃO E  
DEMOCRATIZAÇÃO DO  
ACESSO À EDUCAÇÃO  
SUPERIOR NO BRASIL

A história da Andifes, desde o seu início em 1989, está intrinsecamente ligada à história da educação superior no Brasil. O seu papel institucional: de fórum de discussão de temas da educação, representante legal das IFES, articulador do sistema federal de universidades, tem sido desempenhado com muito zelo e competência, através da soma dos esforços dos seus membros e das diversas direções que por ela passaram, ao longo desses anos. Em cada momento, estavam sempre em pauta assuntos de natureza orgânica das instituições, tais como o financiamento e a questão dos recursos humanos, além de temas específicos que ganhavam relevância à medida que a associação elaborava propostas para a política de educação no país ou essas eram encaminhadas pelo governo federal, em resposta às demandas da Andifes ou por iniciativa própria do governo do momento.

Embora os períodos de cada gestão à frente da Andifes sejam curtos, apenas um ano, a forte dinâmica do debate sobre a educação, em diferentes contextos políticos e econômicos, faz com que esses períodos sejam muito ricos para a Andifes e para todos os que se envolvem no debate.

Ao assumirmos a direção da Andifes em 2008, junto com os colegas reitores João Cousin, Edward Madureira, Ronaldo Tadeu Pena e Hidembergue Ordozgiath, estabelecemos como prioridades da gestão, sem esquecer as diversas ações já em andamento, a luta pela conquista da tão ambicionada autonomia universitária, priorizada por todas as gestões anteriores, a implantação do processo de expansão das IFES e a solução dos vários problemas dos hospitais universitários.

Naquele ano, havia um ambiente de grande euforia com os avanços observados nas políticas sociais do governo Lula, em seu segundo mandato. Em 5 de agosto de 2003, no primeiro ano do governo, na primeira audiência do presidente com os reitores das IFES, a Andifes havia apresentado uma proposta para a expansão da educação superior que estabelecia metas a serem alcançadas e compromissos a serem assumidos pelo governo federal. Entre eles, o compromisso de duplicar o número de alunos na graduação e pós-graduação, ofertar mais 25.000 vagas nos cursos noturnos, formar mais 50.000 professores do ensino básico, titular 250.000 professores sem graduação. Como contrapartida do governo federal, demandava-se a recomposição do quadro de pessoal, a recuperação dos orçamentos em níveis compatíveis com as necessidades das instituições, a recuperação da

infraestrutura e dos hospitais universitários e, de modo particular, a necessidade imperiosa da implantação de uma efetiva autonomia universitária. A partir daí, a expansão tornou-se um tema recorrente, tanto no seio da Andifes e das universidades quanto na sociedade, de modo particular, nos diversos municípios do interior dos nossos estados que não se sentiam atendidos pelas IFES.

As notícias sobre uma possível expansão das IFES geraram um forte movimento de prefeitos e parlamentares, associações de classe e representações da sociedade, no sentido de avançar rápido nesse processo tão aguardado pela população do interior do país. A discussão sobre a educação superior saiu das salas dos conselhos universitários e ganhou os espaços públicos, gerando uma grande expectativa quanto à possibilidade de criação de instituições ou dos seus *campi* nos territórios mais longínquos do país.

Independentemente do lançamento de qualquer programa estruturado para a expansão, o governo federal possibilitou, inicialmente, a criação de novos *campi* universitários, através da análise das propostas apresentadas individualmente pelas universidades. Esse era um passo inicial, ainda tímido, porém, já indicava uma direção que deveria ser seguida no futuro. Os primeiros *campi* das IFES começaram a ser criados a partir de 2005. Os recursos aplicados nessas expansões foram obtidos do próprio orçamento já alocado ao MEC, sem uma rubrica específica ou dotação extraordinária. Sendo assim, havia uma grande expectativa dos reitores quanto a conclusão das obras, contratação de pessoal e início efetivo das atividades acadêmicas. No nosso ponto de vista, o que ocorreu foi um contrato firmado na base da confiança do governo, nas intenções dos reitores e dos compromissos assumidos no discurso governamental e, em particular, na palavra empenhada do ministro Haddad e do presidente Lula. O resultado final foi extremamente exitoso, como podemos comprovar hoje em todo o país.

Somente em 2007, após várias e acaloradas reuniões da Andifes com o MEC, foi acertado um pacto para a expansão da educação superior nas IFES, formalizado através do Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007, instituindo o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O programa tinha o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos

humanos existentes nas Universidades Federais. As diretrizes gerais do programa apontavam na direção da redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno. Na criação de novas vagas, foi dada ênfase à formação de professores. É importante enfatizar a enorme contribuição das nossas instituições para a qualificação da educação básica, através da expansão dos

cursos de licenciatura e pedagogia e da oferta de educação continuada para os professores que já se encontravam em sala de aula. Esses acordos foram, posteriormente, reafirmados na assinatura de convênios com o Ministério da Educação, no Plano Nacional de Formação de Professores.

Outro aspecto muito relevante do projeto REUNI foi a ênfase na ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil, o que viria mais tarde materializar-se no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O programa visava apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. O plano possibilitou a ampliação da oferta de moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, entre outras ações. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deveria acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. Em 2008, o programa recebeu, no seu primeiro ano, R\$ 125,3 milhões em investimentos, que foram sendo ampliados gradualmente, a cada ano, chegando a, aproximadamente, R\$ 600 milhões em 2013.

O processo de discussão dos projetos institucionais do REUNI, no interior das IFES, criou um ambiente extremamente acalorado e ao mesmo tempo rico, com a polarização dos favoráveis ao REUNI e os seus opositores. Foram momentos de grande tensão, com a invasão de reitorias e reuniões dos Conselhos Superiores por membros da comunidade universitária, entre outras ações mais intensas. Felizmente, ao final, prevaleceu o diálogo e o compromisso da comunidade com a democratização da universidade pública.

---

*O PROCESSO DE DISCUSSÃO  
DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS  
DO REUNI, NO INTERIOR DAS  
IFES, CRIOU UM AMBIENTE  
EXTREMAMENTE ACALORADO E  
AO MESMO TEMPO RICO, COM A  
POLARIZAÇÃO DOS FAVORÁVEIS  
AO REUNI E OS SEUS OPOSITORES.*

---

A liberação da primeira parcela do REUNI ocorreu no final de 2007, enquanto a sua efetiva implantação desenvolveu-se a partir de 2008. Durante esse processo, foram feitos diversos ajustes na programação inicial de várias IFES, o que proporcionou uma otimização de recursos e extrapolação das metas inicialmente previstas.

Os dados referentes ao REUNI, no ano de 2008, mostravam-se muito favoráveis e demonstravam a capacidade das IFES de utilizarem os recursos de maneira eficiente, eficaz e muito comprometida com um modelo de educação superior voltado para o desenvolvimento econômico e social do país.

De acordo com o Relatório REUNI 2008 – Relatório do Primeiro Ano – MEC/Sesu, a pactuação do REUNI, em 2007, previa um aumento de 146.762 vagas, significando um acréscimo de 11%. No entanto, já em 2008, as IFES superaram essa meta, oferecendo um total de 147.277 novas vagas. O aumento da oferta de vagas também foi acompanhado do crescimento do número de matrículas projetadas. A previsão inicial era de um aumento de 10% em relação a 2007. Essa meta foi superada, chegando ao final de 2008 com 715.185 matrículas projetadas. Em relação ao aumento previsto do número de cursos de graduação presenciais projetados, verificou-se, em 2008, um percentual de execução de 98%.

Considerando-se o forte crescimento do número de cursos e alunos nas IFES, foi necessário um grande esforço para implantar toda a infraestrutura planejada. Em função da rigidez e inadequação da legislação vigente, em relação à realidade e necessidades das IFES e da deficiência de pessoal técnico habilitado, esse processo foi muito penoso. Houve alguma defasagem entre o início de cursos e atividades em novos *campi* em relação à disponibilidade da infraestrutura necessária. Apesar da grande inquietação e desconforto da comunidade acadêmica, foi possível avançar na implementação do projeto, contando com o compromisso e compreensão de todos os envolvidos. Apesar das críticas severas e por vezes injustas, acreditamos que a decisão de iniciar, rapidamente, o processo de expansão, foi acertada, sendo necessários alguns ajustes que perdurarão ainda por muitos anos.

Apesar do grande esforço empreendido para a expansão da educação superior pública, verifica-se que a sua taxa de crescimento ainda é muito pequena, se comparada com a expansão das vagas no setor privado. Entre 2003 e 2011, houve um acréscimo de 73% no número total de vagas, sendo que

78% desse aumento ocorreu no setor privado e, apenas 22% no setor público. Analisando-se esses dados, verifica-se a necessidade urgente de se definir com clareza o papel das IFES na formação de nível superior, bem como na geração de conhecimentos necessários para o desenvolvimento do país. Essa questão está inserida na discussão longa que se realiza no Congresso Nacional sobre o Plano Nacional de Educação (PNE).

O crescimento verificado nos quadros de servidores docentes e técnico-administrativos e a ampliação da infraestrutura das universidades criavam, também, uma grande oportunidade para o fortalecimento e expansão da pós-graduação. Em março de 2008, na gestão do reitor Arquimedes Cilon, foi demandado ao presidente Lula o apoio para a elaboração de uma proposta de fortalecimento da pós-graduação nas IFES, a partir dos investimentos realizados no projeto REUNI, com uma complementação do MEC e MCT que seria aplicada em um novo programa nacional. A elaboração dessa proposta viria a envolver diversos segmentos da sociedade, tais como Andifes, MEC, MCT, MDES, Casa Civil e CNI. De modo particular, houve uma intensa participação da comunidade acadêmica de todas as IFES. Na reunião anual com o presidente Lula, em maio de 2009, foi apresentado o esboço do projeto, que tinha como eixos principais: 1. a diminuição das desigualdades regionais; 2. o equilíbrio entre as áreas do conhecimento, tendo como referência o Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e a Política Industrial e de Comércio Exterior; 3. o fortalecimento das relações da educação superior com a educação básica. Apesar do apoio e interesse do presidente, não houve um entendimento entre o MEC e MCT para a efetiva implantação do projeto.

Em 2008, após a discussão e aprovação do projeto REUNI, o MEC buscou interlocução com a Andifes para discutir uma proposta de reestruturação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), no sentido de que esse se tornasse um instrumento para seleção dos candidatos para o acesso à educação superior. De acordo

---

*O CRESCIMENTO VERIFICADO  
NOS QUADROS DE  
SERVIDORES DOCENTES E  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS  
E A AMPLIAÇÃO DA  
INFRAESTRUTURA DAS  
UNIVERSIDADES CRIAVAM,  
TAMBÉM, UMA GRANDE  
OPORTUNIDADE PARA O  
FORTALECIMENTO E EXPANSÃO  
DA PÓS-GRADUAÇÃO.*

---



---

EM 2008, APÓS A DISCUSSÃO  
E APROVAÇÃO DO PROJETO  
REUNI, O MEC BUSCOU  
INTERLOCUÇÃO COM A ANDIFES  
PARA DISCUTIR UMA PROPOSTA  
DE REESTRUTURAÇÃO DO  
EXAME NACIONAL DO ENSINO  
MÉDIO (ENEM), NO SENTIDO  
DE QUE ESSE SE TORNASSE UM  
INSTRUMENTO PARA SELEÇÃO  
DOS CANDIDATOS PARA O  
ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR.

---

com o MEC, essa proposta tinha como objetivos fundamentais: democratizar o acesso à universidade de uma forma mais uniforme no território nacional e balizar os conteúdos ministrados pelas escolas no ensino médio.

Após discussões com as instituições, foi criado um Comitê de Governança do Novo Enem. Em 2009, o comitê aprovou uma matriz de referência para o Enem daquele ano. Essa matriz era constituída de quatro áreas de conhecimento, tomando como base os conteúdos ministrados no ensino médio, enfocando os temas de forma interdisciplinar.

Além da utilização do Enem como elemento para seleção de candidatos para ingresso nas instituições de ensino superior, o MEC propôs a utilização de um sistema único de seleção para ingresso nas universidades. Dessa maneira, foi criado o Sisu – Sistema de Seleção Unificada, que tem como parâmetro único o resultado no Enem. Esse é um sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC) no qual *instituições públicas de ensino superior oferecem vagas* para candidatos participantes do Enem.

Na edição do SISU de 2011/1, foram oferecidas 83.125 vagas em 83 instituições públicas de ensino superior. A oferta representou um aumento de 77% em relação à edição do primeiro semestre de 2010, quando 47 mil vagas foram disponibilizadas pelo sistema. Na edição de 2012, foram disponibilizadas 108.552 vagas, por 92 instituições. Na atual edição de 2013, foram oferecidas 129.319 vagas em 101 instituições públicas de ensino superior.

Desde o início de sua utilização, o Enem esbarrou em diversas dificuldades, tais como roubo do caderno de provas, vazamento de questões, problemas de logística, etc. Entretanto, o exame tem conseguido vencer as dificuldades e aperfeiçoar a cada ano o processo.

Em função do processo de expansão das IFES, foram criados novos e pesados encargos acadêmicos, administrativos e financeiros, além dos

inúmeros compromissos já assumidos no passado. Entretanto, muitas das questões crônicas que, historicamente, as afligia, ainda permaneciam sem uma solução duradoura. Esse era o caso dos hospitais universitários. Após inúmeras reuniões, seminários e outros encontros entre o MEC e a Andifes, particularmente com a Comissão de Hospitais Universitários, várias propostas de modelo de gestão foram discutidas, sem obter-se um acordo entre as partes. Posteriormente, esse processo evoluiu, sendo conduzido com muita eficiência pelas gestões posteriores. Vale, no entanto, ressaltar que houve um grande avanço no levantamento e encaminhamento de algumas soluções urgentes relacionadas com as demandas dos HUs, resultando em instrumentos criados em anos recentes, tais como o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais – REHUF e a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH.

É importante salientar que a Andifes contou, ao longo de toda a nossa gestão, com um grande apoio dos ministérios, particularmente MEC, MCT e MPOG, no enfrentamento das diversas questões que se apresentaram à época. Houve um grande empenho do ministro Fernando Haddad e do próprio presidente Lula, para que pudéssemos avançar na expansão de oportunidades do sistema federal universitário. Foi, também, de imensa valia o apoio e atenção dados pelos parlamentares, de modo particular nas Comissões de Educação e Ciência e Tecnologia e na Frente Parlamentar de Apoio à Educação, que em muito contribuiu para o fortalecimento das nossas IFES.

CA  
PÍ  
TU  
LO  
**15**



PRESIDENTE **ALAN BARBIERO**  
(UFT)  
**2009-2010**

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

*1º Vice-presidente:*

**Reitora Ana Dayse Dórea (UFAL)**

*Suplente:*

**Reitor Damião Duque de Farias (UFGD)**

*2º Vice-presidente:*

**Diretor-geral Flávio Antônio dos Santos (CEFET-MG)**

*Suplente:*

**Reitor Alvaro Toubes Prata (UFSC)**

→ **ANDIFES 2009/2010:  
DA COMPLEXIDADE  
E DINÂMICA DE  
UM PROCESSO EM  
CONSTRUÇÃO**

## BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A Andifes e o seu papel para o ensino superior e para o conjunto da sociedade só podem ser compreendidos dentro de uma perspectiva histórica, que guarda em sua diversidade convergências em temas prioritários, estabelecidos em diferentes momentos; alguns superados, diga-se de passagem, outros recorrentes. Autonomia e financiamento, expansão e desenvolvimento da educação superior e o fortalecimento da própria instituição são três dos temas que destacamos para o período em análise, transcorrido de junho de 2009 a julho de 2010. Por ser um processo contínuo, em permanente construção, a abordagem aqui não se faz de forma a isolar uma gestão da entidade, mas sim de articular o momento em apreço com as situações anteriores e posteriores.

O contexto, à época, estava marcado pela busca de um novo marco para o avanço da autonomia universitária, implantação do REUNI, transformação do Enem como instrumento de seleção para o ingresso no ensino superior, construção do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2021), assim como pelos fortes questionamentos dos órgãos de controle sobre o papel das fundações de apoio.

Além disso, de forma mais ampla, o Brasil vivia um processo pré-eleitoral, sobre o qual demandava um debate acerca de um projeto para o país. Era fundamental garantir os importantes avanços alcançados pelo governo Lula, em especial aqueles ligados à educação, e dar o passo seguinte nas políticas de transformação econômica e social, inserindo as universidades como elementos estratégicos no desenvolvimento. Reflexões organizadas sobre os “Cenários do Brasil nos próximos 20 anos e o papel da Educação Superior” reuniram personalidades nacionais na Andifes. Os dirigentes das IFES deixavam as contingências operacionais da gestão para mergulhar em uma reflexão mais nobre sobre o país.

Foi um período de diálogo e, ao mesmo tempo, de tensionamento entre a Andifes e o Ministério de Educação (MEC). Por vezes, críticas institucionais eram absorvidas como pessoais, bem como impressões pessoais, recebidas como posições institucionais. Uma situação que gerou constrangimentos, superados ao longo de meses, mas abrindo uma discussão interna, de certa forma velada, sobre esse relacionamento. A posição da diretoria da entidade se lastreava na superioridade dos projetos em jogo frente àquele momento de

---

*FOI UM PERÍODO DE DIÁLOGO  
E, AO MESMO TEMPO, DE  
TENSIONAMENTO ENTRE A  
ANDIFES E O MINISTÉRIO DE  
EDUCAÇÃO (MEC). POR VEZES,  
CRÍTICAS INSTITUCIONAIS ERAM  
ABSORVIDAS COMO PESSOAIS,  
BEM COMO IMPRESSÕES  
PESSOAIS, RECEBIDAS COMO  
POSIÇÕES INSTITUCIONAIS.*

---

degradação de relação. Foi no debate sobre esses projetos que as relações entre a gestão da Andifes e a alta direção do MEC foram reconstruídas.

A interlocução da Andifes junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) teve relevância para firmar entendimentos sobre o papel das fundações de apoio e seu marco regulatório; da mesma forma, junto ao Congresso Nacional e ao Executivo. Com as entidades representativas dos diferentes níveis da educação ocorreram debates

para a elaboração de um novo PNE. Nosso principal desafio era abordar a educação como um sistema interdependente e ter o seu fortalecimento como um todo, e não de forma fragmentada.

Temas setoriais ocuparam também a agenda. A política de financiamento e de pessoal para os hospitais universitários e conveniados; a proposta de implementação do Programa de Apoio à Pós-Graduação da IFES (PAPG-IFES); a consolidação e a expansão da educação a distância e a internacionalização das IFES projetavam a Andifes na busca permanente de mediação com diferentes atores, a exemplo do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério da Saúde (MS), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) Itamaraty, embaixadas, Capes, CNPq, fóruns e colégios de pró-reitores. Questões estas importantes, mas não ao ponto de tirar o foco dos eixos centrais.

## **AUTONOMIA E FINANCIAMENTO: ATÉ QUANDO?**

Possivelmente o debate e o esforço para conquistar a autonomia universitária perpassam todas as gestões da Andifes, desde a sua criação até os dias atuais. Embora alguns avanços tenham sido alcançados, estamos longe de tê-la da forma como os reitores e as comunidades universitárias gostariam.

Nossa proposta histórica foi aprovada pelo Conselho Pleno, em abril 2002, no encontro de Foz do Iguaçu. No documento final, os reitores expressam a necessidade de criar, com base no artigo 207 da Constituição Federal,

uma “instituição legal de ente jurídico próprio, denominado Universidade Pública Federal, integrante da Administração Federal, revestido de personalidade jurídica de direito público interno, como forma de organização, titular das prerrogativas de autonomia...”. Como se vê, não se trata de uma proposta de revisões pontuais, mas de transformação da personalidade jurídica para garantir às universidades sua autonomia.

Todavia, esse debate remete diretamente ao do financiamento. Se a conquista de autonomia não estiver vinculada a uma forma adequada de financiamento, corre-se o risco de o resultado ser o inverso do esperado. Isto porque alguns setores organizados da sociedade, avessos ao ensino superior público e gratuito, podem aproveitar dessa autonomia para querer “desonerar” o Estado de sua manutenção.

Existe uma dificuldade histórica do poder executivo de encampar uma proposta bem articulada de autonomia e financiamento público, decorrente, em grande parte, das visões predominantes sobre o papel do Estado e sua relação com as universidades. Mesmo em governo com tendência a um Estado-Social, como foi o do presidente Lula (2003-2010) – que assumiu um compromisso com os reitores de dotar as Universidades Federais de autonomia –, não foi possível cumprir essa pauta. Na verdade, nunca houve no Brasil uma correlação de força favorável à autonomia universitária. Em função disso, diferente da proposta apresentada e defendida pela Andifes, tivemos somente avanços pontuais, importantes, mas limitados.

Na esteira da criação do dispositivo de reposição de pessoal docente de forma autônoma, denominado Banco de Professor Equivalente, foi proposto o Quadro de Referência de Técnico-Administrativos. A lógica era a mesma, guardadas as peculiaridades de cada categoria. As IFES passariam a ter autonomia para realizar concurso e dar posse, sem a necessidade de prévia autorização do MPOG e do MEC. Esse mecanismo foi bom por um lado, mas gerou uma série de questionamentos em função do período de corte para o estabelecimento dos valores de referência. De toda forma, estancou-se a redução de efetivos por força de exoneração, aposentadoria ou falecimento, mantendo um patamar abaixo do qual não haveria mais possibilidade.

Dentro de um projeto amplo de autonomia, as IFES poderiam prescindir das fundações de apoio. As limitações impostas por lei à gestão universitária impulsionaram a multiplicação dessas organizações que assumiam, de

forma crescente, novos serviços, muitas vezes questionados pela comunidade universitária e, principalmente, pelos órgãos de controle. Como alguns formulavam: “as fundações de apoio são um mal necessário”.

Em meio a denúncias e exposição à imprensa nacional, o debate sobre as fundações foi intensificado, envolvendo reitores, dirigentes do MEC e do MCT, ministros do TCU, representantes do Andes – Sindicato Nacional, comunidade científica e Congresso Nacional. A questão central estava na falta de autonomia financeira e orçamentária, principalmente na gestão dos recursos destinados às IFES, muitas vezes liberados no final do exercício. Estes, por sua vez, não podiam ser reprogramados para o ano subsequente ou remanejados para outras rubricas. Sem outras possibilidades, e no intuito de não “perder” os recursos conseguidos, os dirigentes realizavam o empenho para as fundações de apoio.

Assim, os principais questionamentos do TCU aconteceram na realização de obras por parte das fundações, de forma direta ou indireta. Isto porque a legislação que regulamentava a relação entre as universidades e suas fundações não definia ao certo o que era “desenvolvimento institucional”. Para os reitores, obras de infraestrutura estariam contempladas; para o TCU, elas não estariam.

Seminários e reuniões entre os diferentes atores buscaram a construção de um entendimento. O resultado não foi um consenso, mas possibilitou maior clareza e institucionalidade naquela relação. Alteraram-se a Lei das Fundações e o decreto que regulamentava as suas ações, exigindo agora um maior controle por parte dos conselhos universitários. Além disso, a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) criou um dispositivo que permitia às IFES serem restituídas dos recursos previstos no orçamento do ano em vigor, porém não empenhados no mesmo exercício fiscal e devolvidos ao Tesouro.

Sobre o financiamento, o debate se baseava no artigo 55 da LDB, que prevê “...recursos suficientes para a manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior...”. Um passo importante foi dado com a promulgação da Emenda Constitucional nº 59, que instituiu o fim da Desvinculação de Receitas da União (DRU) para o setor. O MEC passaria a contar com cerca de R\$ 9 bilhões a mais por ano em seu orçamento.

No Seminário “Universidades Federais: Consolidação e Expansão – 2011 a 2020 – Subsídios ao PNE”, aprovamos metas a serem defendidas pela Andifes na Conferência Nacional de Educação (Conae): 40% dos jovens de 18

a 24 anos no Ensino Superior, sendo 40% nas universidades públicas. Para isso, deveria ser destinado 8% do PIB para a Educação e 1,2% do deste para o ensino superior. Durante esse debate, alguns colaboradores produziram textos de referência para enriquecer as discussões sobre o PNE, a saber: “Projeções para o financiamento da expansão das IFES no contexto do novo PNE 2011-2021”, do professor Nelson Cardoso Amaral (UFG); “O papel da universidade pública”, do reitor José Ivonildo do Rêgo (UFRN); “Gestão acadêmico-administrativa das IFES - caminhos para a inovação, eficiência e qualidade”, do reitor Rômulo Polari (UFPPB) e “Modos de formação e modelos curriculares na educação superior”, do reitor Naomar de Almeida Filho (UFBA).

Nesse período, podemos dizer que, por um lado, houve uma ampliação dos recursos de investimentos e custeios das IFES, principalmente em função de seus planos institucionais de expansão, mas, por outro, criou-se espaço para que tivéssemos duas universidades dentro de uma só: a resultante do REUNI e a outra, já existente. Esse contraste levou o surgimento de alguns movimentos contrários à expansão, impulsionados também pelo debate sobre a reestruturação acadêmica das IFES.

## A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR SE SOBREPÕE À REESTRUTURAÇÃO ACADÊMICA

O REUNI foi lançado inicialmente como uma proposta de reestruturação acadêmica. A minuta de decreto apresentado pelo Ministro da educação à diretoria da Andifes sugeria a implantação de um programa denominado “Universidade Nova”. Isso se deu na gestão anterior da entidade, da qual tivemos a oportunidade de fazer parte. Essa proposta gerou polêmica. As ideias defendidas pelo reitor Naomar de Almeida Filho (UFBA) encontravam adeptos no MEC. Percebia uma vontade de desencadear no Brasil uma reforma acadêmica inspirada, em parte, no processo de Bologne. As teses centrais eram de construir estruturas curriculares mais flexíveis e de menor duração, dando ao acadêmico a possibilidade de criar seu próprio itinerário de formação. Os bacharelados interdisciplinares se tornaram a referência para esse novo modelo.

Como promover uma reforma com essa dimensão? O MEC estava disposto a bancar essa mudança, mas não a faria sem oferecer uma contrapartida capaz de motivar a adesão das IFES. Depois de uma década sem políticas públicas estruturadas para o crescimento da educação superior no Brasil,



financiar a expansão daquelas instituições que apresentassem uma proposta de reestruturação parecia ser o ideal. Nascia ali o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), cabendo aos Conselhos Universitários a aprovação de adesão institucional e de um Plano de Reestruturação e Expansão. Em 2003, a Andifes havia formulado uma proposta para duplicar as vagas nas Universidades Federais, mas não para promover uma reestruturação acadêmica.

O fato é que o REUNI foi uma proposta ambiciosa, principalmente no que diz respeito à mudança de paradigma. Talvez faltasse um diagnóstico mais preciso sobre a ambiguidade que está na própria natureza da universidade: a de ser um espaço público inovador e, ao mesmo tempo, conservador. O “gene” da “Universidade Nova”, presente no REUNI, despertou um debate que levou a invasão de quase todos os Conselhos Universitários. Embora aquelas teses ganhassem corpo em algumas IFES (UFBA e UFABC, principalmente), proporcionaram também a multiplicação de resistentes.

Grupos de estudantes organizavam manifestações contra o REUNI, muito mais motivados pela possibilidade de inovações acadêmicas do que pela ampliação da presença do Estado na oferta de vagas para o ensino superior. Além disso, a meta de chegar a uma relação entre professor/aluno de 1/18 levou também à mobilização do movimento docente. A pressão da comunidade acadêmica fez encolher as possibilidades de mudanças estruturais nas universidades. Majoritariamente, os planos apresentados enfatizaram a expansão em detrimento dos poucos elementos inovadores, quase que somente para cumprir as exigências do decreto que instituiu o programa.

Do ponto de vista do crescimento da oferta de vagas nas Universidades Federais, o REUNI foi um sucesso. A Andifes publicou um Relatório de Acompanhamento do REUNI em 2010 que demonstra isso. Vale ressaltar que esse crescimento foi realizado com ganhos em qualidade. Os investimentos em infraestrutura e a contratação de pessoal deram uma nova dinâmica às universidades. A ampliação de cursos nas engenharias e licenciaturas demonstra a presença de visão estratégica, assim como a maior oferta de cursos noturnos, a preocupação social das diferentes propostas.

Nesse período de nossa história, a ambição do MEC foi também de transformar o ensino médio. A avaliação que se tinha era de que o ensino médio estava centrado em preparar o aluno para passar no vestibular. O

conteúdo e a forma que se ensinavam eram organizados segundo as exigências das universidades em seus processos seletivos. Portanto, só seria possível reestruturar o ensino médio se isso fosse induzido pela mudança no vestibular. O discurso político era pelo “fim do vestibular”. Na verdade, era a substituição do processo de seleção tradicional por uma ampliação do uso do Enem, o “Novo Enem”. A nota deste exame nacional serviria tanto para a avaliação do ensino médio, quanto para o ingresso às universidades. A ideia central era de formular questões reflexivas para promover no estudante uma formação baseada mais em sua capacidade de análise do que de memorização. Ademais, a proposta trazia também o desejo de ampliar a mobilidade com a construção de um Sistema de Seleção Unificado (Sisu).

Foram vários os debates sobre a proposta. Em julho de 2009, a equipe do MEC apresenta o protótipo do Sisu ao Pleno da Andifes. O sucesso dependia da adesão das universidades, principalmente das federais e estaduais. O conceito exposto despertou o interesse da maior parte dos reitores, mas havia desconfiança sobre a capacidade operacional de executar o novo sistema. Outros acreditavam que o vestibular passava por um processo de inovação com relação à forma e ao conteúdo, sendo esse eficiente para seleção e indução positiva do ensino médio, não havendo, portanto, a necessidade de extingui-lo. O MEC decide vincular a ampliação dos recursos para a assistência estudantil à adesão ao Enem. A Andifes se posiciona contrária a essa decisão.

Em outubro de 2009 ocorre fraude na gráfica, durante a reprodução das provas. O certame é cancelado. Foi um momento de muita exposição do MEC na imprensa nacional. Os veículos de comunicação não poupavam críticas sobre a iniciativa, colocando em risco uma proposta que guardava méritos, mas ainda não estava amadurecida.

É certo que esse tema não constava anteriormente na agenda da Andifes. Tínhamos uma construção difícil com a Secretaria de Educação Superior (Sesu) sobre a autonomia universitária e estávamos em plena implantação do REUNI, com diversos problemas inerentes a um processo de grande complexidade. Em meio às pautas prioritárias ainda não esgotadas – a exemplo da necessidade de aprovação do projeto de lei para criar os cargos de professores e técnicos para os cursos já iniciados pelo REUNI e a necessidade de repactuação orçamentária –, fomos atravessados por uma polêmica nacional

sobre a viabilidade do “Novo Enem”, retirando o nosso foco dos objetivos estratégicos até então estabelecidos.

A Andifes se colocou em apoio ao MEC por entender que não podíamos deixar ocorrer sua fragilização naquele processo. Os desafios eram enormes para ter um ministério enfraquecido. Naquele mesmo mês, o pleno aprova nota de apoio ao MEC e sua defesa é feita perante os veículos de comunicação. Em seguida é apresentada à Andifes a nova logística de aplicação do Enem. As discussões continuaram ao longo de 2010, com novos procedimentos implementados, havendo um maior envolvimento de diversos reitores, por meio de uma comissão criada com tal objetivo. O processo foi se consolidando com o passar do tempo, ocorrendo, gradativamente, uma maior adesão das IFES.

## O FORTALECIMENTO DA ANDIFES E AS POLÍTICAS SETORIAIS

A intensificação da interlocução da Andifes com os diversos setores do governo e da sociedade foi dando mais musculatura à instituição. O período foi complexo, mas os resultados dos trabalhos contribuíram para manutenção e fortalecimento de sua imagem institucional.

Tivemos avanços importantes advindos do trabalho da Comissão de Hospitais Universitários. Esta foi protagonista na estruturação de uma política que possibilitaria um salto com relação à realidade dos hospitais universitários. Um dos princípios básicos era a repactuação orçamentária entre Ministério da Educação e Ministério da Saúde, proposta aprovada em agosto de 2009 pela Andifes. Em 2010, o presidente da República assina o Decreto nº 7.082, instituindo o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Federais (REHUF), que prevê uma série de ações de recuperação da infraestrutura física e do quadro de recursos humanos dos HUs, para que as unidades pudessem desempenhar plenamente suas funções, tanto na dimensão da educação quanto da assistência à saúde. No âmbito do REHUF, estabeleceu-se uma parceria entre o MEC e o Banco Mundial, que previa empréstimo de R\$ 756 milhões para a recuperação dos HUs. Além do mais, foram realizadas discussões que resultaram na criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

O crescimento expressivo da educação a distância foi outro ponto importante. No seminário “Diretrizes e ações para EAD nas IFES”, realizado em março de 2010, começamos a construir nossas propostas para essa modalidade. Foi elaborada a primeira matriz de distribuição de vagas docentes e uma pauta

própria a ser discutida com o MEC. Um relatório de acompanhamento da EAD nas IFES foi realizado, o que possibilitou organizar e sistematizar todas as informações obtidas até aquele momento.

A Andifes apresenta, em julho de 2009, para o então ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, o relatório sobre o PAPG-IFES. Por ser um dos principais instrumentos de formação de quadros altamente qualificados e de produção de conhecimento e inovação para o país, a pós-graduação necessitava de um programa específico para garantir sua expansão e fortalecimento. O PAPG-IFES tinha como objetivo principal resolver as assimetrias regionais, intrarregionais e entre áreas do conhecimento para contribuir com o desenvolvimento da nação. Havia a necessidade de se instalar imediatamente uma Comissão Técnica Interministerial. Em agosto daquele ano, o MCT realiza sua nomeação e os trabalhos são iniciados. A primeira reunião ocorreu em seguida. Contudo, pouco se fez.

Em verdade, o PAPG-IFES sofria de três problemas de origem. O primeiro era por ter sido uma proposta gerada no seio da Andifes, não encontrando paternidade nem no MCT nem no MEC, o que acarretou falta de interesse e apoio governamental. Depois, porque poucos compreendiam a essência e o funcionamento do programa que estava centrado na construção de um espaço de articulação entre diferentes ministérios e iniciativa privada com vistas à demanda e oferta de pós-graduação em uma estratégia de desenvolvimento nacional. Por fim, era principalmente uma proposta de redução de assimetrias regionais, despertando menor interesse por parte das grandes universidades.

A proposta de internacionalização das IFES foi diferente do pífio resultado do PAPG-IFES. Em maio de 2010, aprovamos o documento elaborado pela Comissão de Relações Internacionais intitulado “Internacionalização das atividades acadêmicas das Instituições Federais de Ensino Superior”,

---

*EM MAIO DE 2010, APROVAMOS O DOCUMENTO ELABORADO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS INTITULADO “INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR”, QUE CONTINHA UM DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DAS IFES E SETE PROPOSTAS EM DIFERENTES EIXOS DE ATUAÇÃO.*

---

—  
*VALE REITERAR QUE A ANDIFES  
NÃO É RESULTADO DE PERÍODOS  
ISOLADOS, MAS, AO CONTRÁRIO,  
DE UM CONJUNTO DE  
INTELIGÊNCIA QUE TRABALHOU  
E CONTINUA TRABALHANDO  
PARA A EXCELÊNCIA DA  
EDUCAÇÃO SUPERIOR  
NO PAÍS, NUM AMBIENTE  
CÍVICO E REPUBLICANO.*  
—

que continha um diagnóstico da situação da internacionalização das IFES e sete propostas em diferentes eixos de atuação. Em abril do mesmo ano, outro documento foi elaborado sobre “Programa de Mobilidade Internacional de Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior”. O ambiente nacional era favorável à implantação dessa política. O Brasil adquire um espaço de destaque em nível internacional e precisa projetar suas universidades em um contexto de inserção global. Na sequ-

ência das propostas elaboradas pela Andifes, é lançado o Programa Ciência sem fronteiras, que passa a oferecer milhares de bolsas aos estudantes brasileiros para fazerem parte de sua formação no exterior.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A força da Andifes vem de sua heterogeneidade e unidade. De ser um espaço que acomoda diferentes estratégias e perspectivas. Um espaço democrático e dinâmico. De independência e autonomia, mas também de interação e parceria. Por ser um projeto inacabado, sua fonte de vigor está no contraditório, na troca de experiência e na complementariedade. A Andifes se fortalece na discussão sobre o todo, mas também na reflexão sobre o relacionamento entre as partes. Muito do que acumulamos vem das diferentes comissões, dos fóruns de pró-reitores e dos debates setorizados, que envolvem diversos atores.

Vale reiterar que a Andifes não é resultado de períodos isolados, mas, ao contrário, de um conjunto de inteligência que trabalhou e continua trabalhando para a excelência da educação superior no país, num ambiente cívico e republicano. Entre 2009 e 2010, tivemos a oportunidade de contribuir para o debate, principalmente, acerca dos aspectos autonomia e financiamento, expansão e desenvolvimento da educação superior e o fortalecimento da própria instituição, conforme colocado anteriormente, com resultados palpáveis para o crescimento de nossas universidades.

Se somarmos isso aos grandes projetos consolidados ao longo da história da instituição, com a perspectiva de um futuro ainda mais promissor em termos de articulação para a construção de políticas que transformem o Brasil em um país sempre melhor, não podemos ter dúvidas sobre o caminho que está sendo trilhado pela Andifes, o caminho da complexidade e da dinâmica de um processo sempre em construção.

CA  
PÍ  
TU  
LO  
**16**



PRESIDENTE **JOÃO LUIZ**  
(UFOP)  
**2011-2012**

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

*1º Vice-presidente:*

**Reitor Álvaro Toubes Prata (UFSC)**

*Suplente:*

**Reitor Carlos Edilson Maneschy (UFPA)**

*2º Vice-presidente:*

**Reitor Jesualdo Pereira Farias (UFC)**

*Suplente:*

**Reitora Maria Lúcia Cavalli Neder (UFMT)**



**PANORAMA DE UMA  
GESTÃO: FATOS,  
DIAGNÓSTICOS  
E TENDÊNCIAS**

O Brasil é privilegiado em belezas naturais, com diferenciada cultura e população, cuja composição étnica possibilita a existência de várias nações dentro de um só País. Fazemos parte de uma nação sem conflitos externos, sem guerras e vivenciamos um processo de estabilidade econômica e política que constitui elemento essencial para colocá-la como protagonista no cenário internacional. A tendência é que, em função da sua dimensão territorial, equilíbrio econômico e democracia interna, venham a concretizar as previsões de que o Brasil seja, na próxima década, o quinto Produto Interno Bruto (PIB) do mundo. Diante dessa perspectiva, o País necessita desencadear políticas para o alcance das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, bem como criar ações efetivas para ciência, tecnologia e inovação que permitam um crescimento sustentável.

O cenário pressupõe que as universidades tenham papel estratégico nesse processo, pois, sabe-se que, apesar de jovens e com múltiplas atribuições (diferentemente das mais famosas universidades internacionais, as universidades brasileiras, além de formar recursos humanos, também produzem novos conhecimentos), constituem-se num conjunto de qualidade. Observa-se que mais de 95% da produção científica nacional e, seguramente, mais de 90% dos programas de pós-graduação estão nas instituições públicas de educação superior. Grande parte da inovação nasce da pesquisa gerada em nossas universidades e esses elementos colocam o Brasil, no cenário internacional, em 13º lugar no *ranking* de produção de artigos científicos. Esses fatores, em sintonia com uma política de Estado que permitisse mais investimentos em educação, ciência e tecnologia, certamente facilitariam a solução de inúmeros problemas nacionais, além de possibilitar mais desenvolvimento.

Na esteira dessas oportunidades, as Universidades Federais constituem equipamento do Estado brasileiro, patrimônio do nosso povo, que resistiu às inúmeras tentativas de privatizações e ao sucateamento imposto durante décadas. Doravante, as Universidades Federais terão muitos desafios, não só em relação à consolidação dos últimos processos de crescimento (expansão), mas também na luta pela qualidade, excelência e internacionalização do ensino superior. Não cabe às IFES (não podem e nem devem) substituir o Estado brasileiro em suas obrigações, mesmo tendo a capacidade de construir projetos (modelos) que, se aplicados pelo Estado, contribuiriam para resultados positivos em todas as áreas do conhecimento.



Como um espelho, a liberdade e a democracia precisam refletir as imagens tanto da sociedade quanto da universidade. Uma grande conquista para a democracia nas Universidades Federais foi o direito de a comunidade acadêmica realizar a escolha do seu dirigente máximo, cuja complexidade vai desde a forma (paritária ou proporcional) até o conteúdo. Em muitos casos, ela se assemelha a um pleito eleitoral comum com inúmeros componentes políticos. Nesse sentido, é preciso enaltecer a coragem e a determinação das pessoas que se submetem a esse processo. Além disso, como a formação do dirigente (docente) é construída por componentes acadêmicos e políticos, torna-se ainda mais difícil conviver com tantas diferenças e desafios, em vários casos, contrários as suas concepções ideológicas. Na verdade, são circunstâncias compreensíveis, haja vista que todo dirigente, em relação às decisões da sua comunidade acadêmica, goste ou não, precisa respeitá-las e conseqüentemente cumpri-las.

O jogo de interesses e os conflitos que um gestor precisa administrar para ver sua instituição superar desafios, sem perder de vista a defesa da sua comunidade acadêmica, é muito complexo. Sem contar que simultaneamente costuma ser surpreendido por pressões e urgências (que nem sempre são as da sua instituição), vindas do mantenedor, sedento por ações e políticas que respondam à imagem do governo no dia a dia. Então, qual seria a formação adequada desse gestor? Pedagogia, engenharia, farmácia, medicina, administração, matemática, psicologia, economia? Não seria razoável que uma delas fosse a escolhida (ou mesmo todas), mas uma característica é essencial para quem visa ocupar o cargo de dirigente: a sensibilidade para saber ouvir a sua comunidade acadêmica.

Assumir responsabilidades, coordenar equipes, desenvolver projetos, programas e ações institucionais, mediar conflitos, facilitar os processos democráticos, aperfeiçoar os modelos e indicadores de qualidade de sua instituição, ampliar orçamento, planejar o futuro e compreender o binômio “consolidar e crescer” são alguns dos desafios de quem pretende conduzir uma universidade.

Quando um dirigente depara-se com um quadro reduzido de docentes, quando não pode decidir sobre a contratação de um professor substituto para que um outro docente possa se afastar para qualificação, ou mesmo, quando uma secretária adoece e ele não consegue visualizar uma solução, deve per-

guntar-se: será que esses problemas ocorrem somente na minha instituição? Em outros momentos, quando observa que o orçamento não será suficiente para fechar o exercício e assim conclui que não poderá honrar todos os compromissos, deve se perguntar: será que existe alguma alternativa para superar esses problemas? Quando chegam as demandas por novos espaços, prédios, laboratórios, equipamentos, utensílios, bem como pela ampliação do valor das bolsas de assistência estudantil, além de outras voltadas às melhorias das condições de trabalho dos professores e técnico-administrativos, o que deve pensar: será que isso ocorre somente com a minha universidade?

Bom, a resposta a todas essas questões não é simples. As soluções estão ligadas a variáveis que, quase sempre, não dependem somente da habilidade do gestor, mas também das construções coletivas. Certamente a força para que grande parte dessas soluções seja construída deriva da união do todo, da sintonia entre os dirigentes, da luta em defesa de um dos maiores equipamentos do Estado brasileiro: as instituições federais de ensino superior.

Essas soluções não estão na Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes), mas certamente passam por ela, ou seja, sem esse coletivo, estarão mais longe as soluções permanentes, bem como a construção das que são estruturantes. Cada instituição será mais forte, a partir do momento em que o coletivo se tornar consistente. O fortalecimento desse conjunto, pela organização e união de todas as IFES, constitui o alimento necessário para o sucesso de cada uma das nossas universidades e, conseqüentemente, para a qualidade na formação dos recursos humanos na geração de novos conhecimentos e para o exercício de seu papel estratégico no desenvolvimento do nosso país.

Ainda no que se refere a esses dirigentes, sabe-se que a versão correta do teorema é a seguinte: “Ser presidente da Andifes implica ser dirigente de uma das IFES associadas”. A recíproca é falsa. Essa afirmação configura-se então um privilégio e, evidentemente, uma honra o fato de ser presidente dessa importante entidade. A presidência da Andifes requer a compreensão das demandas de cada uma das suas associadas e a necessidade de cada dirigente levar soluções para resolver os problemas hodiernos. Requer também entendimento sobre a indispensável contribuição de vários atores.

Por tudo isso, é oportuno agradecer a colaboração e os ensinamentos dos nossos ex-presidentes, pró-reitores, secretário executivo, servidores e,

principalmente, dos colegas dirigentes, que integraram a direção executiva no período em que estivemos à frente da sua presidência. Foi uma grande honra conduzir nossa Associação, período importante para minha vida profissional e pessoal, em que vivenciei mais momentos felizes e de realização que difíceis. A companhia agradável e a relação de confiança construída com os colegas e os ensinamentos da “escola Andifes”, (em que cada um foi professor dedicado e comprometido na mediação de conflitos e na construção dos caminhos para que o consenso prevalecesse à votação dos diversos assuntos e temas de interesses das nossas IFES, são coisas que ficarão guardadas para sempre em nossa memória.

As representações da Andifes sempre foram oportunidades relevantes para que pudéssemos construir soluções para o nosso conjunto. As inúmeras reuniões com o Ministério da Educação sempre foram cercadas de expectativas e surpresas. No período em que fui presidente, o relacionamento com o MEC se deu com dois Ministros da educação: Fernando Haddad e Aloizio Mercadante. Embora fossem da mesma pasta, apresentaram conteúdo, postura e qualidade distintos, mas semelhança quanto ao imediatismo e à execução de determinadas políticas para a educação superior.

Sem perda de generalidade, quanto aos inúmeros temas de interesse, a autonomia universitária e o financiamento perene de suas atividades diárias e futuras sempre constituíram eixos centrais de nossa luta. Foram muitas conquistas e muitos avanços que possibilitaram saltos de qualidade nos seus processos de gestão. Se por um lado a escolha democrática dos dirigentes pela comunidade acadêmica foi um avanço importante, a criação dos bancos de professor equivalente e de referência dos técnico-administrativos, apesar da necessidade de aperfeiçoamento, inaugurou uma conquista para a autonomia de pessoal, em que se firmou para cada IFES a condição imediata, sem a necessidade de autorização do Ministério do Planejamento, da reposição dos docentes e técnico-administrativos em caso de morte, aposentadoria e demissão. Outras lutas dos ex-presidentes e ex-dirigentes, como a criação de diagnósticos e panoramas para a solução dos problemas de pessoal dos HUs, não alcançaram o mesmo êxito. Entretanto, se por um lado a solução com a criação da EBSEH resolveu problemas para algumas IFES, para outras significou aumento deles.

Durante décadas, a Andifes tem pautado o debate sobre a autonomia universitária para a escolha do chefe da Unidade Jurídica da Procuradoria

Federal. Nesse ponto, em 2012, formalizou pedido à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) autorizando a inclusão do nome da nossa Associação como parte integrante da ação de inconstitucionalidade, em função da retirada do quadro de pessoal de procuradores. Por outro lado, apesar das dificuldades e equívocos, avanços foram alcançados no que diz respeito às normas de relacionamento entre as IFES e suas fundações de apoio. Embora haja muitas conquistas, sempre é necessário retomar o diálogo com o nosso mantenedor, na busca de novos avanços para a consolidação da autonomia universitária. A fim de que esse objetivo seja alcançado, é imprescindível o fortalecimento da Comissão de Autonomia da Andifes.

Quanto às questões de financiamento, é importante registrar que, nos últimos anos, as condições estiveram bem mais favoráveis do que em outras décadas. Isso não pode ser motivo de acomodação, haja vista que as condições ideais ainda não se apresentaram. Nesse sentido, é necessário registrar que o orçamento do nosso mantenedor vem crescendo a uma proporção bem maior do que o montante disponibilizado às IFES.

É fato que as Universidades Federais, que são parte das soluções e não dos problemas (como alguns opositores à educação superior pública se ocupam em descrevê-las), desempenharam importante papel. Na última década, dobrou o número de vagas nos cursos de graduação visando ao cumprimento das metas do PNE. Diante da qualidade, do compromisso e da contribuição na formação de recursos humanos e na geração de novos conhecimentos, esperava-se que o MEC fosse o principal defensor da ampliação de recursos para que cada uma delas tivesse condição mais estável para a sua sustentabilidade, bem como para planejar melhor, e com qualidade, o seu futuro.

Infelizmente, ainda faltam muitas coisas, em relação ao financiamento, para que nossas IFES possam se consolidar, embora o trabalho do Forplad, da Comissão Andifes de Orçamento, da Comissão de Modelos e as parcerias com a Sesu devam ser enaltecidos. Ainda há muitas outras ações visando à melhoria do modelo de distribuição de recursos para a adequação dos critérios para o financiamento da Assistência e Permanência Estudantil, para a manutenção do sistema, haja vista o crescimento natural (vegetativo) das nossas IFES (gerado, em grande parte, pelo aumento das terceirizações), bem como para a melhoria dos mecanismos que venham possibilitar reposição de pessoal.

A maioria das IFES inicia o ano letivo ciente de que os recursos da Lei de Orçamento Anual (LOA) não serão suficientes para a manutenção das suas atividades, tampouco para a conclusão das suas obras. Nesse sentido, justifica-se a luta permanente da Andifes visando intensificar o relacionamento com o MEC para que essas questões sejam resolvidas, eliminando-se, caso seja possível, as buscas por soluções individualizadas. Apesar de legítimas, elas são inapropriadas, pois acabam enfraquecendo a luta e, conseqüentemente, as conquistas do grupo.

A Andifes possui colaboradores, de dirigentes a pró-reitores, que têm habilidades para a construção de modelos que governam o financiamento das atividades das IFES, portanto podem contribuir para a elaboração de diagnóstico e, posteriormente, soluções visando superar, de vez, as imperfeições orçamentárias vivenciadas pela maioria.

Assim como em outras gestões da Diretoria Executiva e do coletivo da Andifes, a Assistência e Permanência Estudantil foi pauta de luta da nossa entidade. A criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi também uma conquista das IFES. A cada ano, o montante destinado a essa política é assunto da Andifes junto ao MEC. No ano da sua criação (2008), foram 126 milhões de reais, cerca de 201 milhões em 2009, aproximadamente, 295 milhões em 2010, um pouco mais de 390 milhões em 2011 e, em 2012, 540 milhões. Em 2013, esses valores chegaram a 700 milhões. Infelizmente, a previsão de aumento para 2014 deve ser inferior a 11%. No mês de agosto de 2011, a Andifes organizou um seminário sobre Assistência e Permanência Estudantil, em que a pesquisa sobre o Perfil Socioeconômico dos Estudantes das universidades federais foi divulgada. O seminário serviu para induzir políticas e possibilitou, a partir de então, alimentar informações que foram determinantes para que a entidade defendesse, com muita propriedade, a ampliação dos recursos financeiros e de pessoal, objetivando o atendimento da assistência e permanência desses estudantes.

Há que se registrar a indispensabilidade de ações que ampliem os recursos para esse fim, mas também para o aperfeiçoamento do modelo que possa distribuir os recursos para as IFES, mediante indicadores possíveis de serem auditados, mais adequados e transparentes.

Outro grande desafio tem sido o oferecimento de cursos na modalidade a distância. A Andifes, atenta à adesão das IFES a essa modalidade, a

partir da comissão de EaD (Educação a Distância), deu início ao relacionamento com o MEC, por meio da Capes, buscando a construção de caminhos possíveis que levassem à institucionalização dessa modalidade. As IFES criaram novos cursos, ampliaram o número de vagas e aumentaram o número de polos, segundo o Ministério da Educação. Ainda na gestão do Ministro Haddad, entretanto, as IFES cumpriram os seus compromissos, mas, infelizmente, o MEC, até 2012, não havia liberado as vagas de docentes e de técnicos prometidas. O seminário que discutiu a EaD e a Expansão das IFES, no âmbito da Andifes, trouxe contribuições interessantes e ino-

vadoras, visando contextualizar não apenas a UAB, mas principalmente a vanguarda desse tipo de educação. Foram discutidos temas como democratização do acesso à educação superior, financiamento, convergência entre as modalidades presencial e a distância, questões relacionadas ao pessoal docente e técnico-administrativo, problemas com os tutores, avaliação dos cursos, dilema sobre o mantenedor do polo (IFES ou prefeituras?) e as novas tecnologias aplicadas em EaD como ferramentas para o modelo presencial.

No início do mês de setembro de 2011, a Andifes organizou o Seminário sobre Pós-Graduação, Inovação e Expansão das Universidades Federais com a presença do então ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, o presidente da Capes, Jorge Guimarães, e inúmeros outros convidados especiais (caso da palestra do ex-reitor da UFSC, Álvaro Prata), que contribuíram significativamente para as conclusões que hoje integram o documento final sobre as Diretrizes de Expansão, Internacionalização e Excelência das Universidades Federais. Nesse seminário, foram confirmadas muitas tendências, dentre elas, o quadro de assimetrias regionais, que revela limitações no número de doutores em exercício em algumas regiões, e tam-

---

*OUTRO GRANDE DESAFIO TEM SIDO O OFERECIMENTO DE CURSOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA. A ANDIFES, ATENTA À ADEÇÃO DAS IFES A ESSA MODALIDADE, A PARTIR DA COMISSÃO DE EAD (EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA), DEU INÍCIO AO RELACIONAMENTO COM O MEC, POR MEIO DA CAPES, BUSCANDO A CONSTRUÇÃO DE CAMINHOS POSSÍVEIS QUE LEVASSEM À INSTITUCIONALIZAÇÃO DESSA MODALIDADE.*

---

bém o reduzido número de programas de pós-graduação. O mapa nacional do quantitativo de doutores e de programas de pós-graduação demonstra um desequilíbrio e um enorme desafio a ser superado, sob pena de, num futuro próximo, nosso país aprofundar-se ainda mais nas desigualdades regionais.

Várias alternativas foram pensadas, mas aquela que mais se aproximou do consenso foi a relacionada à implementação de um REUNI da Pós-Graduação.

O Seminário sobre Graduação e a Expansão das Universidades Federais também foi organizado pela Andifes, em novembro de 2011, e trouxe contribuições importantes para o fortalecimento de ações e algumas conclusões: ampliar as vagas nos cursos de graduação, reduzir a evasão, melhorar os percursos para a garantia da mobilidade acadêmica, ampliar o relacionamento entre educação superior e educação básica (formação de professores), além de apontar novas diretrizes para os processos de avaliação do sistema de educação superior.

Uma política de expansão para as Universidades Federais requer estratégias e diretrizes que abram caminhos para a construção dos processos necessários ao alcance dessa meta. Com essa compreensão, a Andifes organizou um novo seminário sobre esses temas. A visão de ministros do então presidente do Ipea, prof. Márcio Poschmann, do ex-presidente da Andifes e ex-reitor da UFPe Amaro Lins e do ex-reitor da UFC Roberto Claudio contribuíram sobremaneira para a construção de alternativas que convergissem para um diagnóstico fundamental ao estabelecimento das referências dessas dimensões.

Os resultados desses seminários, das contribuições dos dirigentes, dos colégios e fóruns de pró-reitores e também de especialistas e demais atores da sociedade organizada, aliados às conclusões do último seminário Andifes sobre internacionalização, possibilitaram a concretização do documento

---

*ANDIFES NÃO DETÉM O PODER  
DE SOLUCIONAR OS PROBLEMAS  
QUE AFLIGEM AS NOSSAS  
IFES, MAS CERTAMENTE O  
CAMINHO PARA VENCER OS  
DESAFIOS PASSA POR ELA.*

---

final das Diretrizes de Expansão, Excelência e Internacionalização das Universidades Federais, entregue à sociedade brasileira, servindo como documento norteador na definição de políticas públicas voltadas à educação superior para a próxima década.

Como descrito anteriormente, a Andifes não detém o poder de solucionar os problemas que afligem as

nossas IFES, mas certamente o caminho para vencer os desafios passa por ela. A divisão de tarefas, a análise de conjectura, a leitura que os mais experientes fazem da educação superior, a compreensão dos caminhos que levam à deliberação das questões, a união de esforços e a dedicação às causas coletivas, somadas ao comprometimento do nosso secretário executivo, fizeram da vivência com a Diretoria Executiva da Andifes uma escola, onde todos aprendem e ensinam simultaneamente. Na gestão desse coletivo, não é possível declinar do apoio permanente das comissões, dos fóruns e colégios de pró-reitores no que tange às questões estratégicas, minuciosamente diagnosticadas, analisadas, com encaminhamento de soluções e posterior deliberação.

Nossos fóruns de pró-reitores são integrados por instituições públicas e algumas privadas, em função do crescimento expressivo do sistema federal de educação superior. O coletivo da Andifes desencadeou processo de criação dos Colégios de Pró-Reitores como subconjunto desses fóruns, sem perder o papel estratégico de subsidiar nossas IFES. Nesse período, surgiram os colégios de Pró-Reitores de Graduação, de Pós-Graduação e Pesquisa, de Extensão e de EaD.

A Andifes também é caracterizada como porto seguro, apoio e referência de luta contra problemas estruturais, frutos de políticas inadequadas das últimas décadas. Nessa esfera, a atenção e a mediação da entidade perante o MEC em prol da carreira e reposição dos quadros de pessoal dos Colégios vinculados às IFES (Aplicação, Técnico, Agrícolas e Rurais e outros), bem como a gestão permanente da Andifes com relação às distorções de carreira de pessoal técnico da área de tecnologia de informação, foram lutas com poucos avanços que carecem ser retomadas.

Essas comissões Andifes são fundamentais no assessoramento dos dirigentes das IFES. No último período, o trabalho dos membros da Comissão dos Hospitais Universitários foi determinante para revitalização do financiamento deles, com recomposição dos investimentos e custeios, a fim de que pudessem superar o quadro de sucateamento. Tal iniciativa possibilitou que nossos equipamentos de Estado (hospitais universitários) retomassem a confiança para o atendimento de milhares de pessoas, visto que, em algumas regiões do País, eles representam a única alternativa de acesso à saúde pública.

As Comissões de Orçamento e a de Modelos foram incansáveis no mapeamento e na forma propositiva de atuar, porque construíram subsídios



---

*INFELIZMENTE, OS  
ORÇAMENTOS DOS ANOS  
SUBSEQUENTES NÃO SEGUIRAM  
A MESMA LÓGICA E, DE 2012  
PARA CÁ, VIVENCIAMOS  
A ANTIGA PRÁTICA DE  
NEGOCIAÇÕES PONTUAIS, EM  
QUE O ATENDIMENTO TEM SIDO  
REALIZADO POR DEMANDA  
INDIVIDUAL E NÃO COLETIVA.*

---

para alimentar os dirigentes com argumentos (pelos resultados gerados por análise teórica e numérica dos modelos), possibilitando a formulação de propostas criteriosas a serem levadas pela Andifes ao MEC.

Por ocasião da negociação do orçamento das IFES de 2011, diagnósticos sobre a evolução desse orçamento foram gerados à luz dos acordos de Metas do REUNI, e estimativas sobre os recursos necessários para a manutenção do sistema foram geradas, tanto para a garantia do tamanho quanto

para o seu crescimento. Mediante avaliação segura do montante de recursos disponíveis no MEC para ser aplicado à educação superior, os estudos dessas comissões foram decisivos para que, nas negociações desse ano, a Andifes conquistasse, além da ampliação de recursos de investimentos para todo o coletivo das IFES, outros avanços importantes. Infelizmente, os orçamentos dos anos subsequentes não seguiram a mesma lógica e, de 2012 para cá, vivenciamos a antiga prática de negociações pontuais, em que o atendimento tem sido realizado por demanda individual e não coletiva.

Além disso, já tínhamos identificado um fato que vem desagregando o nosso grupo que é a forma insistente de o MEC solicitar levantamentos de demandas por obras e instalações. Nos últimos dois anos, as instituições foram chamadas a apresentar, individualmente, suas necessidades de investimentos, preenchendo inúmeras planilhas com essas requisições (inclusive em momentos políticos delicados, como durante o período da grande greve de 2012), inaugurando uma prática política pouco original, se compararmos com administrações anteriores.

Durante décadas, a Andifes foi ignorada pelos governos, prova disso é que esse coletivo dificilmente era recebido pelos gestores da pasta da Educação. Por outro lado, os governantes da época não tinham como interferir nem influenciar as nossas decisões. Hoje a Andifes é recebida, com frequência, até mesmo pela presidenta da República; entretanto, temos que conviver com

práticas políticas inapropriadas que desconsideram o potencial dos nossos dirigentes, do nosso coletivo, em construir conjuntamente propostas para a educação superior. Em alguns momentos, vivenciamos preocupações e tentativas de interferência no processo de sucessão da Diretoria Executiva; em outros, o absurdo de condicionar o diálogo à demissão do nosso secretário executivo.

A avaliação sempre foi um tema de interesse do coletivo das nossas IFES. As dimensões do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) estão presentes na pauta das inúmeras reuniões, o que contribui para uma aproximação ainda maior com o Inep, haja vista que boa parte dos avaliadores pertence ao quadro permanente de nossas IFES. Dentre os temas de interesse do conjunto, sempre esteve o Enem, apesar de, nas últimas edições, os encaminhamentos do MEC terem sido desenvolvidos longe da participação mais efetiva dele. O Enem foi cercado de muita polêmica e de desconfiança, quando da sua retomada, por causa dos episódios de vazamento de informações e de logística nos processos de elaboração e aplicação das provas. No que se refere a sua concepção, operacionalização e adesão pelas IFES, o Enem suscitou muito debate entre os dirigentes, mas sem a profundidade necessária requerida pelo tema. Paralelamente, vivenciou-se deliberação do MEC em condicionar a distribuição de parte dos recursos destinados à Assistência e Permanência Estudantil à adesão integral ao Enem e ao SisU.

Apesar de desempenhar papéis distintos, a Andifes e o CRUB se aproximaram, em alguns momentos, em 2011 e 2012, unidos por uma pauta comum: o Plano Nacional de Educação. Isso pôs em contato, de forma efetiva, a Andifes, a SBPC, a ABC, a UNE e outras entidades, não só em função da importância das Metas estabelecidas no Plano, que visam ao futuro da educação das nossas crianças, jovens e adultos, mas também na luta pela destinação dos recursos proveniente dos *royalties* do petróleo em favor da educação, ciência, tecnologia e assistência estudantil.

A Andifes tem assento no Conselho Superior da Capes (conquista da nossa entidade), cujas reuniões sempre foram cercadas de expectativas, haja vista que os temas tratados tinham ligação direta com os objetivos das nossas universidades. O estreitamento da relação com os conselheiros e com a Capes ampliou sobremaneira ações, projetos e programas.

Os convites que a Diretoria Executiva recebe para participar de eventos, conselhos, comissões e outras representações produzem muitos resulta-

dos. Em alguns casos, são debates delicados, com motivações, necessidades de políticas de governo e não de Estado. Nessa dimensão, a participação da Andifes na Comissão Pró-Transformação dos CEFETs de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, deliberação do Conselho Pleno da Andifes, frustrou consideravelmente boa parte de dirigentes, ao verem sua proposta ser paralisada em secretarias do Ministério da Educação. É fato que esse episódio trouxe desgastes, tanto para a Andifes, que se dispôs a lutar por essa causa, quanto para as comunidades acadêmicas desses CEFETs, que acreditavam nesse grande passo para a construção de um futuro melhor para a educação tecnológica e superior com qualidade.

O convite à Andifes para integrar a comissão de acompanhamento da expansão das IFES resultou na elaboração de um relatório que está disponível para todos, com informações importantes sobre o crescimento do sistema federal, a ampliação do quadro de pessoal, de investimentos e o resultado positivo para a pós-graduação. Registra também – em função do limitado quadro de pessoal e das demandas por melhor infraestrutura, congeladas por décadas de ausência de investimentos – que a expansão, em particular o REUNI, trouxe muitos avanço. É preciso enaltecer a postura do Ministro Haddad (de toda a sua equipe), bem como a sensibilidade de todos os dirigentes das Universidades Federais que unidos conseguiram construir um grande projeto de Estado para educação superior. Porém faz-se necessário ampliar ainda mais o volume de recursos financeiros e de pessoal para resolver problemas crônicos não previstos e não financiados por essas novas expansões. Esse relatório aponta, igualmente, a carência de ampliação de recursos para a assistência estudantil e outras demandas específicas.

O relacionamento com o Congresso Nacional, papel histórico da Andifes, foi intensificado em 2011 e 2012. O aprofundamento dessas relações foi estratégico para enaltecer a missão da nossa entidade como parceira e protagonista na busca de políticas de Estado para a educação. As negociações com os deputados e senadores, representantes do povo brasileiro de diferentes partidos políticos, produziram avanços e conquistas. Destaca-se, também, nesse período, a aprovação do projeto de lei de criação de cargos do REUNI, as inúmeras participações nas comissões da câmara e do senado em defesa do Plano Nacional de Banda Larga, do Plano Nacional de Educação, da destinação dos recursos proveniente dos *royalties* do petróleo para a Educação,

Ciência e Tecnologia, dentre outras. A retomada da construção da Emenda Andifes junto à Comissão de Educação e Cultura foi, da mesma forma, uma ação notável da nossa entidade. É importante lembrar que essa Emenda foi confiscada na administração Haddad, retomada na administração Mercadante, porém, ainda não obteve sucesso.

Como demonstração de coerência democrática, a Andifes esteve ao lado de algumas representações, como UNE, FASUBRA, ANDES e PROIFES, nas questões estudantis e de pessoal, de condições de trabalho e de valorização do nosso maior patrimônio, os trabalhadores da Educação, sem perder a independência e o respeito às diferenças de papéis.

Nossos dirigentes conhecem bem o universo de cada uma das suas instituições. As inquietações da comunidade acadêmica e as reivindicações das categorias que compõem nosso quadro de pessoal sempre integraram a pauta interna de negociações, entretanto, algumas delas eram reivindicações nacionais e, portanto, sem possibilidade de solução interna.

A partir dessa visão, a Andifes, por meio da diretoria executiva, apresentou ao ministro Haddad um pedido (alerta) de abertura das negociações efetivas com as entidades representativas dos trabalhadores da Educação, visando à construção de propostas de correção salarial, de carreira e de valorização dos nossos trabalhadores. Caso isso pudesse ser construído, não só greves, mas, certamente, prejuízos aos recentes processos de expansão também poderiam ser evitados. Infelizmente, pouco foi feito para evitar a greve de 2011. Mais ainda: a demora na abertura de negociações, na construção de soluções factíveis e na apresentação de propostas conciliadoras ocasionou uma situação única, que se assemelha à política inadequada de governos anteriores que não tinham representação popular – o uso da justiça como solução para a greve.

Um novo ministro chegava para assumir a pasta da Educação – Aloizio Mercadante. Antes mesmo da posse oficial no cargo, o então ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação fez um convite à diretoria executiva para um encontro em janeiro de 2012. A reunião foi cercada de grande expectativa, e o ministro abriu o encontro fazendo um breve relato sobre as suas motivações para assumir os novos desafios da Educação. Os membros da diretoria executiva tiveram a oportunidade de apresentar a ele as muitas pendências do conjunto das instituições. Dentre os vários temas, mais uma vez, a direto-

ria informou ao ministro a necessidade de construir reposição salarial, carreira e valorização dos trabalhadores da Educação e saiu convencida de que não vivenciariamos novamente os problemas de 2011.

A mesa de negociação do governo com as entidades de classe dos trabalhadores da Educação foi estabelecida nos últimos meses de 2011, resultado de entendimento com os docentes e do acordo da greve, do mesmo ano, dos técnico-administrativos. Durante um longo período, a Andifes acompanhou atenta, porém distante, haja vista que a orientação do governo era negociar com as entidades de classe sem participar direta da nossa associação, pois alguns assessores alegaram que a nossa presença fortaleceria essas entidades e não o governo. Infelizmente, essas mesas não chegaram aos acordos esperados e a greve (anunciada com seis meses de antecedência) foi deflagrada.

Desde então, meses se passaram e as negociações foram paralisadas, e a Andifes tomou a iniciativa de buscar a Câmara dos Deputados, por meio do presidente da Comissão de Educação e Cultura, as lideranças governamentais, a ministra das Relações Interinstitucionais, bem como os Ministros da educação e do planejamento, intensificando o apelo para que as negociações fossem reabertas. Além disso, nossa entidade abriu espaços importantes nas reuniões do seu Pleno (Assembleia geral da entidade) para ouvir e dialogar com todas as lideranças do movimento e com o Ministério da Educação, sinalizando para ambos a disposição de contribuir para a construção de um diálogo capaz de pôr um fim à greve. Intransigências de ambas as partes ficaram evidentes e contribuíram para que a paralisação tivesse um desfecho desagradável para os trabalhadores, para os estudantes, para a sociedade e para o governo. Motivados pela disputa política, cada um dos lados trabalhava para derrotar politicamente o outro, esquecendo-se da principal luta que era a busca por soluções e não por desqualificação de adversários.

Acreditamos que todos saíram derrotados. É certo que as universidades não pertencem ao governo, tampouco aos sindicatos, na verdade, constituem patrimônio da sociedade e resistiram a todas as formas de opressão e precisam ser protegidas de motivações políticas partidárias.

No biênio 2011-2012, foram muitas as realizações e as contribuições da nossa Associação para a educação do nosso país. A união dos nossos dirigentes, defendendo os temas estratégicos para a construção de políticas

duradoras, permitiu que tivéssemos o respaldo indispensável para aprofundar o relacionamento com, por exemplo, o MEC, outros ministérios, as agências de fomento, os setores produtivos e as entidades da sociedade organizada. A Andifes buscou exercer a sua credibilidade pela participação em eventos e representações importantes, destacando-se, também, o convite da presidenta da República para que a nossa entidade integrasse a comitiva oficial do governo do Brasil em viagem aos Estados Unidos, a fim de participar da Conferência: Brasil

– Estados Unidos parcerias para o século XXI (Washington-DC-USA). Nesse evento, a Diretoria Executiva teve a oportunidade de apresentar as realizações e todo o seu potencial.

Para dar um fechamento as minhas memórias do período à frente da presidência da Andifes, é fundamental registrar a reunião com a presidenta Dilma Rousseff, em que foi possível apresentar a ela nossas ideias para o fortalecimento das nossas IFES, no caminho necessário e suficiente, como forma de contribuir com a formação de pessoas e com a geração de novos conhecimentos, visando sempre à transformação do nosso país em uma grande nação.

---

*PARA DAR UM FECHAMENTO  
AS MINHAS MEMÓRIAS  
DO PERÍODO À FRENTE DA  
PRESIDÊNCIA DA ANDIFES, É  
FUNDAMENTAL REGISTRAR A  
REUNIÃO COM A PRESIDENTA  
DILMA ROUSSEFF, EM QUE  
FOI POSSÍVEL APRESENTAR  
A ELA NOSSAS IDEIAS  
PARA O FORTALECIMENTO  
DAS NOSSAS IFES*

---

